



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA- EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

TOMADA DE CONTAS

EXERCÍCIO 2008

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT
CNPJ	01.263.896/0001-64
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério de Ciência e Tecnologia, foi criado pelo Decreto 91.146 de 15 de março de 1985, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formação de diretrizes da Ação governamental.
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco E – 5º andar CEP: 72 067-900 – Brasília-DF Telefones: 61-3317-7603-3371-7604
Endereço da página institucional na internet	http://www.mct.gov.br
Norma de criação	Decreto nº 5886 de 6 de setembro de 2006 Portaria nº 758 de 3 de outubro de 2006
Código da UJ titular do relatório	Secretaria Executiva - 240112
Código das UJ abrangidas	240113 - SCUP 240101 - CGRL 240102 - CGOF 240133 - CGRH 240135 - GABIN 240136 – CONJUR 240117 - CTNBio
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, das Despesas Operacionais da ASCOF e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito do MCT
Função do Governo predominante	Ciência e tecnologia.
Tipo de atividade	Assistir ao Ministro da Ciência e Tecnologia na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas.

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos:

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas:

A Secretaria Executiva tem como responsabilidade institucional assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério; auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais; coordenar os trabalhos relacionados à avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados às áreas de competência do Ministério; supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive os de fundos setoriais; identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional; supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa; avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; exercer outras competências que lhe forem cometidas e exerce ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e de Administração a ela subordinada.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas:

A Secretaria Executiva atua na inclusão e ampliação das parcerias, envolvendo a participação de todas as instâncias do governo federal, dos governos estaduais, por meio dos conselhos de secretários estaduais de C&T e das fundações de amparo à pesquisa. Envolve também, o setor privado, institutos, universidades, Confederação Nacional da Indústria e federações de indústrias. Inclui ainda, ampla colaboração dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e, em especial, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional de 2008 a 2010, tem como objetivo principal definir um amplo leque de iniciativas, ações e programas que possibilitem tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no desenvolvimento sustentável do país. Várias das iniciativas previstas são voltadas para estimular as empresas a incorporarem as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) no seu processo produtivo. O Plano prevê o apoio à pesquisa científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento, porém com maior estímulo para as áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.

2.3 Programas:

A Secretaria Executiva e suas unidades subordinadas estão inseridas dentro do Plano Plurianual de 2008 a 2011 (Plano Brasil de Todos), cuja estrutura programática converge para as Prioridades Estratégicas do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional no período de 2007 a 2010.

2.3.1. Programa 0460 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Tipo de programa: Finalísticos
Objetivo geral	Formar e capacitar recursos humanos, visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação
Objetivo específico	Expandir e consolidar o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Gerente do programa	Marco Antonio Zago
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Serão informados pelo CNPq
Público-alvo (beneficiários)	Pesquisadores, estudantes de nível médio e superior, instituições de pesquisas, centros de pesquisa e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicos nos setores público e privado

2.3.2. Programa 1388- Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Programa inserido na Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas que são viabilizadas por meio da intensificação das ações de fomento da inovação e de apoio tecnológico nas empresas.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas a melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, a criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e a ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional
Objetivo específico	Promover a inovação tecnológica nas empresas.
Gerente do programa	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente Executivo	Antonio Ibanez Ruiz
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Não Cadastrado
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Mestres e doutores em atividade de P&D
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de pesquisa e toda comunidade científica e tecnológica

2.3.3. Programa 0461- Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Programa inserido na Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que tem o objetivo de integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores
Objetivo específico	Expandir e consolidar o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação
Gerente do programa	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente Executivo	Carlos Oiti Berbert
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Secretário Executivo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Foram avaliados os índices de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa concedido pelo CNPq; de Produtividade Científica e Tecnológica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT, dos números de Instituições de Ensino e Pesquisa Qualificadas como Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e do número de Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI.
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 6995 Fomento a Projetos de fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica

Tipo	Atividade Orçamentária
Finalidade	Fortalecer a capacidade científica e tecnológica no país especialmente em áreas novas e/ou estratégicas, com vistas ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos ofertados, proporcionando maior competitividade à indústria nacional e estímulo ao crescimento e desenvolvimento da base científica e tecnológica do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretária Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretário Executivo
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	34.370.000,00	34.301.790,00	99,80
Física	16	21	

Comentário: A execução da Ação neste programa estimulou na implantação do centro de pesquisa e desenvolvimento da qualidade da cachaça – convênio MCT/UNESP; Aquisição de difratômetro de Raio-X para a Universidade Federal de Roraima- UFRR; Apoio a Semana Nacional de C&T de Potiguar, para a UFERSA; Projeto Molinete, Pneumática, eletrotécnica e eletrohidráulica, por meio do convênio com a obra social Dom Bosco; Projeto de Beneficiamento da Casca de Coco Verde, convênio firmado com a Secretaria de Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação da Bahia; Programa de Tecnologia assistiva e desenvolvimento para inclusão social, firmado convênio com o ITS; Fórum Nacional de Ciência e Tecnologia, convênio firmado com a Frente Nacional de Prefeitos; 6º Bienal de Arte, Ciência e Cultura, convênio firmado com a União Nacional dos estudantes; Recursos descentralizados para a CBPF; Mostra do filme científico, convênio com a ASSMAM; Implantação do biotério de produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Apoio a Semana da Nacional de Ciência e Tecnologia do Maranhão; Bioeletromagnetismo, descentralização de recurso para o CNPq; Centro de Informação em Propriedade Industrial - CIPI- qf/ABIFINA- Associação Brasileira das Indústrias de Química- Fina, Biotecnologia e suas especialidades -ABIFINA; Cooperação internacional com a UNESCO; Festival de tecnologia de Petrópolis; Programação acadêmica de conferência internacional e atividades de pós-doutorado; descentralização para a FUB; Deserto de Cristal (expedição para Antártica) descentralização para UFRS e Desenho e caracterização de nanoemulsão de interesse biomédico. O fortalecimento de

Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológico do Estado do Amapá, como objetivo de proporcionar melhorias as atividades e procedimentos laboratoriais de fototerapia, de análise biológicas e tecnologia de alimentos; promover melhorias as atuais condições de conservação e guarda de amostra genéticas do patrimônio biológico do Estado; fomentar a aplicação da capacidade operacional dos projetos e atividades centradas no uso de geotecnologias e demais sistemas de tratamento complexo de dados. Dar continuidade a implantação do Tecnovia Parque Tecnológico, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. Na construção dos equipamentos catalisadores, dentre eles: O Museu da Ciência e Tecnologia que terá equipamentos destinados a educação, divulgação e popularização da ciência em nível nacional e internacional; O Parque Tecnológico que fará parte da inclusão social através do desenvolvimento sustentável; Projetos estruturantes de fortalecimento das Redes temáticas que será desenvolvido para melhor difundir a inclusão social no Estado. Fortalecer o projeto implantação do SERGIPE-TEC, por meio de convênio firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Governo do Estado do Sergipe. Fomentando o desenvolvimento sustentável local e regional; propiciar novas capacitações e oportunidades de trabalho; promover a inovação tecnológica; estimular o empreendedorismo; oferecer atividades sobre educação ambiental; incentivar a parceria pública e privada; estimulando a competitividade local, através do conhecimento.

Ação 2D34 – Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores – no Município de Porto Alegre - RS.

Tipo	Atividade Orçamentária
Finalidade	Promover estudos, pesquisas e formação de recursos humanos altamente especializados em tecnologia de semicondutores e áreas correlatas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretária Executivo
Coordenador Nacional da Ação	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretário Executivo
Unidade Executora	Secretaria Executiva - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Coordenação-Geral de Recursos

Meta da Ação:

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	1.292.653	1.292.653	100%
Física	10	10	100%

Comentário: Instalar piso elevado nas áreas de escritório (Design Center, Engenharia de processo e instalar gerador de emergência de 380KVA para alimentar as redes de computadores, servidores,

iluminação e ventilação de emergência do Design Center Administrativo, Engenharia de Processo, Auditório e Salas de Aula; Instalar No Break de 125KVA para alimentar as redes de computadores, servidores, iluminação e ventilação de emergência do Design Center, Administrativo, Engenharia de Processo, Auditório e Salas de aulas; Restante da Instalação dos 20 gabinetes e distribuição dos gases especiais (equipamentos, pipeline, storage and supply system) e fornecimento de gases de alto volume. Conexões dos equipamentos de produção de semicondutores às facilidades eletromecânicas da sala limpa (Hook-UP); Revisão, limpeza, montagem e treinamento referente equipamentos de produção de semicondutores doados pela Motorola, a fim de viabilizar sua operação (Set-UP); Execução de 72% do escopo de serviços relativos à adequação da sala limpa e das facilidades eletro-mecânicas aos equipamentos de processo que serão instalados no Prédio da Fabricação, para produção de semicondutores, incluindo as etapas de elaboração do projeto, execução de bases e pedestais que sustentarão os equipamentos, fornecimentos e interligações eletro-mecânicas; Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização – Projeto de Construção do Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada.

2.3.4. Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informações e conhecimento técnico-científico visando a inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais.
Objetivo específico	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas.
Gerente do programa	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Números de núcleos de biogeoinformática institucionais constituídos. Sistema de informação em biodiversidade
Público-alvo (beneficiários)	Comunidade científica, indústria, comunidades locais e o poder público.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 10ZU – Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal–

Tipo	Projeto orçamentário
Finalidade	Implantar o Centro de Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação, voltados para as condições específicas do Bioma Pantanal, visando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e melhores condições de vida das populações locais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executivo
Coordenador Nacional da Ação	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Tipo	Projeto orçamentário
Unidade Executora	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretário Executivo

Meta da Ação:

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	1.500.000,00	1.500.000,00	100%
Física	15	15	100%

Comentários: Implantar o Centro de Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação, voltados para as condições específicas do Bioma Pantanal, visando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e melhores condições de vida das populações locais.

Construção de infraestrutura necessária ao Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal para satisfazer as demandas técnicas e científicas no âmbito dos recursos naturais. Promovendo a formação de redes temáticas de pesquisas, articulando órgãos de fomento, instituições de ensino e pesquisa governamental, empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Fomentar a geração, difusão e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias visando à sustentabilidade dos ecossistemas brasileiros, promovendo a capacitação e formação de recursos humanos e a disponibilidade de subsídios para a definição de políticas públicas para a gestão do ecossistema. Ampliando o conhecimento técnico científico, por meio de articulações e gerenciamentos dos múltiplos agentes, consolidando a expansão e a integração do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.3.5. Programa 0464 – Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas.
Objetivo específico	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais. Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas. Realizar teste do motor do primeiro estágio do VLS com sucesso * 4 lançamentos com sucesso de foguetes de sondagem * Testes de recepção de imagens CBERS com sucesso no Egito e África do Sul * lançados editais de licitação para Subsistema de Controle de Atitude e Gestão de Bordo da PMM e para Câmera do satélite Amazônia-1 * Testes do modelo de engenharia do satélite CBERS-3 iniciados * Conclusão da fase- A e início da fase- B do projeto do satélite MAPSAR, em cooperação com o DLR (Ag. Esp. Alemã) * Decisão sobre alocação de território para implantação da empresa ACS no CLA. Compor o capital da empresa Alcântara Cyclone Space, de modo a permitir o início do seu funcionamento e operação no Brasil, bem como implantar o sítio de lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara. Consiste na participação pela União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa binacional “Alcantara Cyclone Space – ACS”, que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone 4, no Centro Espacial de Alcântara.
Gerente do programa	Presidente da Agência Espacial Brasileira
Gerente Executivo	Himilcon de Castro Carvalho
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Secretaria Executiva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	- Grau de domínio tecnológico nacional na área espacial (GDTEC). Índice de participação do setor empresarial nacional na PNAE(IPSEN).aloNúmero-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa Taxa de Participação da Indústria Nacional na Execução do Programa Desenvolvimento de P&D na área espacial Os contratos firmados em 2008 foram 40% com as indústrias nacionais Crescimento de 20% sobre o grau de desenvolvimento tecnológico dentro das instituições e centro de pesquisas.
Público-alvo (beneficiários)	Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

Ação 0B18. - (0001) - Participação da União no Capital - Alcântara Cyclone Space –

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Compor o capital da empresa Alcântara Cyclone Space, de modo a permitir o início do seu funcionamento e operação no Brasil, bem como implantar o sítio de lançamento do Cyclone-4 no Centro Espacial de Alcântara. Consiste na participação pela União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa binacional “Alcantara Cyclone Space – ACS”, que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone 4, no Centro Espacial de Alcântara, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia, promulgado pelo Decreto nº 5.436, de 28/04/2006
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretária Executivo, Subsecretária de Planejamento e Orçamento e Coordenação Geral de Recursos Logísticos.
Coordenador Nacional da Ação	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretário Executivo
Unidade Executora	Secretária Executivo, Subsecretária de Planejamento e Orçamento e Coordenação Geral de Recursos Logísticos
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretária Executivo, Subsecretária de Planejamento e Orçamento e Coordenação Geral de Recursos Logísticos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Ministério de Ciência e Tecnologia.

Meta da Ação:

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	58.782.145	10.400.000,00	17,69%
Física	7	0	

2.3.6. Programa 1113- Nacional de Atividades Nucleares (PNAN)

Inserido no Plano plurianual de 2008 a 2011 através da estrutura programática de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas implementadas por meio do fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o país

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o uso seguro e pacífico da energia nuclear , desenvolver ciência e tecnologia nuclear para atender as áreas estratégicas, como a medicina, a indústria, a agricultura, o meio ambiente e a geração de energia, para atender o mercado de equipamentos , componentes e insumos para a indústria nuclear e de alta tecnologia. Agregar significativo valor a produção nacional de combustível nuclear, permitindo alcançar elevado índice de nacionalização no ciclo do combustível e substancial economia de divisas ao país
Objetivo específico	Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento em áreas estratégicas. Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia
Gerente do programa	Odair Dias Gonçalves.
Gerente Executivo	Francisco Roudinele
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear Número de Pacientes Atendidos com Produtos e Técnicas Nucleares Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional Expansão do número de procedimentos médicos viabilizados com produtos e técnicas nucleares Produção de equipamentos para a indústria pesada com apoio do programa e da taxa do ciclo combustível nuclear com processo de produção nacional Publicação de artigos em periódicos indexados nacionais e internacionais
Público-alvo (beneficiários)	Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 2463 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar o Desenvolvimento de Combustíveis Nuclear Avançados para Reatores Nucleares de Potência e de Pesquisa do tipo ligas especiais cerâmicas e metálicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria Executiva
Gerente Executivo	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	2.358.930	2.358.930	100%
Física	1	1	100%

Comentários: Para desenvolver o Combustíveis Nuclear Avançados para Reatores Nucleares de Potência e de Pesquisa do tipo ligas especiais cerâmicas e metálicas, foram necessária montagem de infra-estrutura para desenvolvimento de combustíveis avançados através da revitalização de equipamentos laboratoriais e aquisição de novos instrumentos e equipamentos; aquisição de insumos para desenvolvimento dos estudos, processos de produção, caracterização e análise de ligas metálicas para combustíveis avançados; produção de amostras de ligas metálicas de combustível nuclear tipo Urânio-Molibdênio e Urânio- Zircônio-Nióbio, em escala laboratorial, com respectiva caracterização; e Produção de lote 100kg de combustível nuclear cerâmico tipo veneno queimável Urânia-Gadolínea, caracterização, ajustes de processos e testes de equipamentos para qualificação dos processos.

- Concluídas com sucesso a produção dos primeiros lotes dos três tipos de combustível nuclear (100kg de U,GdO₂; 100g de U-Zr-Mo e 150g U-Mo);
- Os relatórios técnicos emitidos indicando contaminação das amostras e necessidade aperfeiçoamentos no processo que já estão sendo implementados para produção de novas amostras até que se chegue à qualidade desejada;
- A revitalização da infra-estrutura para viabilizar o desenvolvimento dos três tipos de combustíveis avançados foi integralmente realizada. Cabe lembrar que as necessidades de

infra-estrutura adicionais serão apresentadas à medida que se avançar nas etapas subsequentes do projeto;

- Foram atualizados tecnologicamente diversos equipamentos bem como dada a devida manutenção;
- Novos equipamentos e instrumentos foram adquiridos para viabilizar a execução e gerenciamento dos experimentos e análises previstos;

Objetivo: Obter êxito no domínio do processo de obtenção desses tipos de ligas de combustíveis nucleares mas aquisição e fixação de amplo conhecimento nessa área de forma a permitir criar massa crítica de competências para alavancar projetos maiores na área de combustível nuclear. Com isso seria possível inserir o Brasil no grupo de países capazes de desenvolver alta tecnologia e participar de projetos internacionais como os reatores de geração IV, no qual o projeto do combustível que tenham características especiais é uma de suas bases. O projeto prevê a continuação do desenvolvimento em 2009 com a participação de outras organizações como o IPEN, CDTN, USP e COPPE.

2.3.7. Programa 0471- C,T&I para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Programa inserido no Plano Plurianual de 2008-2011(Plano Brasil de Todos) cuja estrutura programática converge para as Prioridades Estratégicas do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010- *Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social*, prioriza a promoção da popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciência nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologia e inovação para a inclusão e o desenvolvimento social.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos bens gerados pela ciência e pela tecnologia e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade local e regional de gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e a qualidade de vida.
Objetivo específico	Apoiar projetos e atividades de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, visando a competitividade e a inclusão no processo produtivo das populações carente.
Gerente do programa	Joe Carlo Viana Valle
Gerente Executivo	Antonio Fernando Silva Rodrigues
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Será fornecido no relatório de Gestão da SECIS.
Público-alvo (beneficiários)	Comunidade que necessite de inclusão social.

2.3.8. Programa- 0473 - Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Programa inserido na Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tem o objetivo de integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional.

Tipo de programa	Apoio as políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento do conjunto de atividades que refletem a política de ciência, tecnologia e inovação nacional.
Objetivo específico	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.
Gerente do programa	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente Executivo	Maria do Socoro Fernandes
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Secretário Executivo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 008A - (0001) Contribuição a Academia Brasileira de Ciências – ABC.

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a Academia Brasileira de Ciências .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria Executiva
Gerente Executivo	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	2.100.000,00	2.100.000,00	100%
Física	1	1	100%

Comentário: O Ministério de Ciência e Tecnologia como membro institucional, contribuiu com a cota anual, cumprindo assim seu compromisso estatutário em benefício da ciência, tecnologia e inovação, elevando este ministério a condição de Membro Institucional da Academia Brasileira de Ciências.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem, entre outros, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), serviços administrativos; pessoal ativo; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria Executiva
Gerente Executivo	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	3.353.297,00	3.339.548,00	99.6%
Física	0	0	

Ação 4523 Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional. Manter as atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que inclui a realização de reuniões, visitas técnicas, capacitação dos membros e dos técnicos da Secretaria Executiva e realização de estudos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretaria Executiva - Coordenador-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança -CTNBio.
Gerente Executivo	Jairon Alcir Santos do Nascimento
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	2.000.000,00	842.621,00	42.1.6%
Física	36	386	

Comentários: As ações que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio tem promovido na área de biossegurança de OGM buscam incentivar o desenvolvimento seguro da engenharia genética no país, atividades que resultam em amplas aplicações em benefício do homem, do meio ambiente e do conjunto da sociedade. São amplamente conhecidos os inúmeros benefícios que a biotecnologia traz para a geração de bens sociais, sobretudo para o setor produtivo nacional.

Ação 4641 – (0001) Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam a informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmentos da população para adotar comportamento que lhe traga benefícios sociais, como o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Maria Lucia Muniz de Almeida
Gerente Executivo	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	1.000.000,00	1.000.000,00	42.1%,
Física	1	1	100%

Comentários: A execução teve a criação de: layout e finalização de botons do MCT; veiculação e organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, vídeo documentário dos 57 anos do CNPq e vídeo do evento Fórum Executivo em Circuitos Integrados, participação na 60° SBPC através de montagem de stander dos institutos e na confecção de material promocional e institucional. Apoio promocional e institucional a Exposição sobre Energia Nuclear – Exercício de Emergência Nuclear, divulgando ações da INB em vários estados.

2.3.9. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a participação da Agroenergia na Matriz Energética nacional, de forma sustentável e competitiva.
Objetivo específico	Ampliar a participação da Agroenergia na Matriz Energética.
Gerente do programa	Manuel Vicente Fernandes Bertone
Gerente Executivo	Liane Rucinski
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	Secretaria Executiva

Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de participação da Agroenergia nacional.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais através das suas associações e cooperativas, produtores Industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial de desenvolvimento para trabalhar com o biocombustível. Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ação 10ZS – (0001) Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol – CNTE

Tipo	projeto
Finalidade	Implantar o Centro que atuará como entidade âncora de uma rede de grupos de pesquisa de Universidades e instituições científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do estudo da cadeia produtiva do etanol, desde a pesquisa básica até os processos industriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretário Executivo
Gerente Executivo	Secretaria Executiva
Unidade Executora	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Executiva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Secretaria Executiva

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	1.500.000,00	975.000,00	86.7%
Física	15	1	

2.4. Desempenho operacional:

Eficiência: Dos recursos autorizados na LOA 2008 no âmbito da Secretaria-Executiva, no valor de R\$ 59.873.467,00, foram liquidados R\$ 58.110.542,00, representando o percentual de execução de 97% .

Eficácia: Com relação às metas físicas estabelecidas na LOA 2008, relacionadas a este orçamento, destaca-se o alcance total das metas estabelecidas em aproximadamente 100% das ações.

Efetividade: A atuação da Secretaria- Executiva tem sido no sentido de efetivar estratégias para financiamento à pesquisa, com ênfase na ampliação e otimização dos recursos investidos em C,T&I no país. Ressalta-se a ampliação da capacidade nacional de produção científica e tecnológica, com participação mais equilibrada entre as diferentes regiões do país e crescente comprometimento não só de governos estaduais na execução de ações relacionadas ao desenvolvimento de C,T&I mas, também de empresas no investimento em P&D com vistas à inovação. Esses resultados, dentre outros, somados à implementação de mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa, têm contribuído com a estratégia maior de expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I e, conseqüentemente, com a melhoria de indicadores de impacto tanto econômico como social das políticas públicas relacionadas.

2.4.1 – Evolução de gastos gerais – UGR 240112/240135/240136

DESPESAS COM PASSAGENS				
Exercício		2006	2007	2008
	PASSAGENS	1.309.813	853.123,46	794.861,40
DESPESAS COM DIARIAS E RESSARCIMENTOS DE VIAGENS				
Exercício		2006	2007	2008
	DIARIAS SERVIDOR E COLABORADOR	587.873	438.875,96	528.648,39
DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS				
Exercício		2006	2007	2008
	Publicidade	9.967.201,57	499.666,24	995.624,65
	Outras Terceirizações	2.016.679,13	2.259.651,71	1.635.016,93
DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO				
Exercício		2006	2007	2008
199962401	SAQUE - CARTÃO DE PAGAMENTO GOV.FEDERAL	16.137,00	6.093,00	0,00
199962402	FATURA - CARTÃO DE PAGAMENTO GOV.FEDERAL	5.433,20	14.697,92	14.836,02

3. Reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos: Não há informações.**4. Restos a pagar de exercícios anteriores – UGR 240112/240135/240136**

Ano	RP Processados				RP Não Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar
2006	30.489.000,00		10.000.000	20.489.000	3.960.452,25	3.276.712,68	656.573,71	27.165,86
2007	23.535.009,11	9.699,73	23.525.309,38		26.458.820,28	325.337,56	15.257.832,72	10.875.650,00
2008	10.883.258,51		10.883.258,51		14.654.189,04	1.527,00	14.652.662,04	
Total:	64.907.267,62	9.699,73	34.428.567,89		45.073.461,57	3.603.577,24	30.567.068,47	10.902.815,86

Fonte – SIAFI GERENCIAL – CGOF.

5. Demonstrativo de transferências realizadas no exercício:

ÓRGÃO	OBJETIVO	VALOR
CNPq	7º Congresso Internacional sobre Geração Distribuída e Energia no meio rural –AGRENER 2008	80.000,00
CNPq	6º Workshopp Internacional sobre radiações não ionizantes	250.000,00
FUB	Programação Acadêmica de conferencias internacional	1.250.000,00
FUMT	Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do pantanal	1.500.000,00
FURG	Implementação do Centro de Estudos dos Oceanos, Mudanças climáticas	502.166,71
Marinha	Combustíveis Avançados, Cerâmicos e metálicos para reatores nucleares	2.300.000,00
UFRR	Aquisição de Difratometro de RAIIO X	250.000,00
UFRS	Execução de Expedição científica ao continente antártico	200.000,00
CNPq	Desenvolvimento da nano em materiais com materiais com interesse biomedico	49.350,00

6. Previdência complementar patrocinada: Não requer.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos: Não cabe.

8. Renúncia tributária: Não houve.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renuncia: Será informado no Relatório da CGRH.

10. Operações de Fundos: Se houver será informado pelo ASCOF.

11. Despesas com cartão de crédito:

Despesas com cartão de crédito				
	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	15	5.433,20	33	16.137,00
2007	22	14.697,92	19	6.093,00
2008	21	14.836,02	-	0,00

Limite de utilização total da UG:	32.008,00
Natureza dos gastos permitidos:	339030/339039
Limites concedidos a cada portador	Exercício de 2008
Portador	Limite
Antonio Carlos Morgato	2.500,00
Claudia S Prates	4.000,00
Kelson Vieira Senra	3.000,00
Liney Toledo Soares	17.324,00
Obdulia A Belmonte	5.184,00

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno: Inserido no volume II.

13. Determinações e recomendações do TCU: Não há.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão: Será informado no Relatório da CGRH.

15. Dispensas de instauração de TCE e cujo envio ao TCU foi dispensado: Não há.

16. Informações sobre a composição de recursos humanos:

Força de Trabalho da SEEXEC e Adjacentes

Mapa do quantitativo de pessoal, em 31.12.2006 e 31.12.2007 e 31.12.2008

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	2	Sem vínculo	2	Sem vínculo	2
CDT	8	CDT	-	CDT	-
Terceirizado					20

Força de Trabalho da SCUP

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	1	Sem vínculo	1	Sem vínculo	1
CDT	4	CDT	2	CDT	2

Força de Trabalho da SPOA

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	1	Sem vínculo	-
CDT	2	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGGI

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	-	Sem vínculo	1	Sem vínculo	-
CDT	8	CDT	5	CDT	2

Força de Trabalho da CGTI

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	-	Sem vínculo	-	Sem vínculo	-
CDT	4	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGOF

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	3	Sem vínculo	3
CDT	3	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGRH

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	4	Sem vínculo	4
CDT	11	CDT	7	CDT	5

Força de Trabalho da CGRL

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	5	Sem vínculo	2	Sem vínculo	5
CDT	5	CDT	4	CDT	3

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevante para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão: Já mencionadas.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupos de unidades afins: Consta nos relatórios de Gestão das UJ.

Multissetorialidade

O MCT em 2008 participou com Ações em Programas coordenados pelos seguintes Ministérios:

- Defesa- MD

✓ Programa Antártico Brasileiro (Proantar)

Ação 4130- Fomento à Pesquisa na Antártida (implementada pelo CNPq)

- Planejamento – MP

✓ Programa Inclusão Digital

Ação 6492- Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital (implementada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social - SECIS)

- Meio Ambiente – MMA

✓ Programa Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer)

Ação 2063- Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais (implementada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE)

✓ Programa Comunidades Tradicionais

Ação 2B50- Fomento à Difusão de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais (implementada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social- SECIS)

- Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento – MAPA

✓ Programa de Desenvolvimento da agroenergia

Ação 8971- Pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis.

Ação 10ZS- Implantação do Centro nacional de tecnologia do Etanol- CNTE

Indicadores nacionais de ciência e tecnologia (C&T)

Os indicadores de nacionais de ciência e tecnologia (C&T) estão na página do MCT, em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/740.html>. Resultam de processo constante de aperfeiçoamento na elaboração, tanto de estudos visando superar dificuldades metodológicas e de acesso às múltiplas fontes primárias utilizadas, como da introdução de novos indicadores que permitam uma melhor avaliação das potencialidades da base científica e tecnológica do Brasil.

Os indicadores nacionais de C&T seguem as recomendações dos manuais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), adotados internacionalmente, e permitem a comparação entre indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de diferentes países. Segundo os manuais, ciência e tecnologia (C&T) refere-se à pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) e às atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC).

Destaques que refletem o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a participação do governo federal neste processo:

- ✓ crescimento dos investimentos do governo federal em ciência e tecnologia (C&T) aplicados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia;
- ✓ no tocante à formação de recursos humanos para a pesquisa, a superação da meta prevista para 2006 de formar dez mil doutores por ano;
- ✓ na produção científica em revistas indexadas, o Brasil já ultrapassa a 2% da produção de artigos científicos no mundo. Em 2002 o percentual era de 1,6%;
- ✓ crescimento do universo de pesquisadores, de 110 mil em 2000, para 200 mil, em 2006, com 60 mil pesquisadores doutores e 74 mil pesquisadores com mestrado.

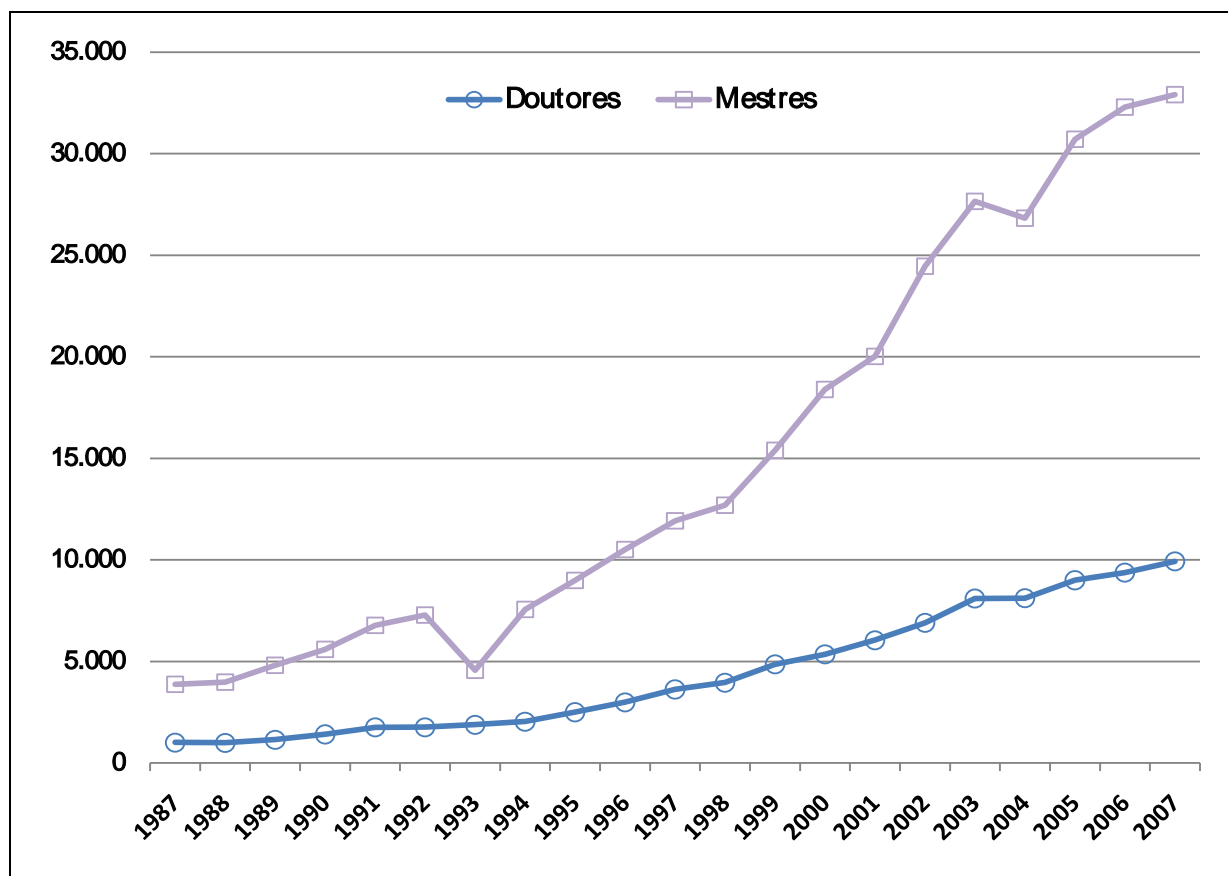
Evolução do percentual dos investimentos em C&T aplicados pelo MCT em relação ao PIB e índice de crescimento, 2000-2007

Ano	Investimentos em C&T aplicados pelo MCT		% Investimentos em C&T aplicados pelo MCT / PIB
	R\$ milhões correntes	Índice (base: 2000 = 100)	
2000	1.255,6	100,00	0,11%
2001	1.613,4	128,49	0,12%
2002	1.514,1	120,59	0,10%
2003	2.000,9	159,36	0,12%
2004	2.228,6	177,49	0,11%
2005	2.690,5	214,28	0,13%
2006	3.232,0	257,41	0,14%
2007	3.683,8	293,39	0,14%

Fonte: MCT.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Mestres e doutores titulados anualmente no Brasil, 1987-2007



Fonte(s): disponível em <<http://ged.capes.gov.br/AgDw/silverstream/pages/frPesquisaColeta.html>>, acesso em 17/03/2009, às 15:00.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Nota(s): o mestrado inclui mestrado acadêmico e profissionalizante (somente passou a existir a partir de 1999).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP

Relatório de Gestão / 2008
Assessoria de Captação de Recursos -- ASCAP

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP
Natureza Jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Portaria Nº 340 de 12 de maio de 2005 – Art. 64, revogado pelo Decreto Nº 5.886, Art. 9º, de 6 de setembro de 2006.
Endereço completo da Sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco “E” sala T- 77 CEP: 70.067-900 – Brasília / DF Tel: (61) 3317 7801
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia

2. Responsabilidades Institucionais

À Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP, unidade integrante da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia compete: i) assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico; ii) planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia; iii) identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias; iv) identificar, cadastrar e manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos; v) elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

3. Gestão de Programas e Ações

3.1 – Projetos com Recursos Orçamentários

Projeto de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE

Objetivo

O Projeto de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE, tem por objetivo oferecer apoio técnico ao País tornando-o mais equitativo, sustentável e competitivo a partir de uma base adequada de governança e de ajustes microeconômicos. A Assistência Técnica do Banco Mundial para a implementação do Programa de Crescimento ao País foi concebida como um programa através do instrumento de Empréstimo Programático Adaptável (APL), considerando: a) a alta demanda, por parte das diversas entidades governamentais envolvidas na implementação do programa de crescimento; b) o espaço fiscal limitado para acomodar neste momento um empréstimo maior de assistência técnica; e, c) o acordo estabelecido entre o governo e o Banco quanto à importância de desenvolver parceria de longo prazo visando a enfrentar algumas das principais questões que limitam o crescimento do País.

O PACE foi concebido envolvendo 20 (vinte) entidades governamentais, sendo 4 (quatro) Ministérios (Fazenda, Justiça, Ciência e Tecnologia e Transportes) e 16 (dezesesseis) outros entes que compreendem secretarias ministeriais, autarquias e agências reguladoras.

A coordenação geral do Projeto está a cargo do Ministério da Fazenda (MF), tendo os demais órgãos como executores do Projeto.

O Projeto está em execução desde outubro de 2004 por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O objetivo do Componente relativo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, executado pela Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP, consistiu em aumentar a efetividade de recursos públicos aplicados em P&D, estimular a inovação no setor privado e incentivar os processos de inovação atrelados ao mercado de crédito de carbono previsto pelo Protocolo de Kyoto. As duas principais atividades do componente foram: a) Estruturação, Desenvolvimento e Implantação do Portal de Inovação, b) Apoio ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O Ministério da Ciência e Tecnologia solicitou o cancelamento do seu Componente ao Ministério da Fazenda em outubro de 2007, devido ao fato de o Banco Mundial e o PNUD não entrarem em acordo quanto aos procedimentos que deveriam ser adotados para a execução do projeto, além da acentuada demora no processo decisório que envolveu os vários atores participantes do Programa.

Ações em 2008

Durante o ano de 2008, a Assessoria de Captação de Recursos tomou diversas medidas no sentido de dar andamento ao cancelamento do Componente do MCT: acompanhamento da Revisão Substantiva do Programa, realizada pelo Ministério da Fazenda, e Monitoramento da Devolução dos Recursos repassados pelo MCT ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que devem ser, por sua vez, devolvidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Até o final do ano de 2008, a Revisão Substantiva do Programa não havia sido concluída. Dela depende o cancelamento do Componente do MCT e impede a devolução dos recursos à STN. Segundo informações do Ministério da Fazenda, ela só será efetivada no primeiro semestre de 2009.

3.2 – Ações/Programas com Recursos Diversos

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

1. Objetivo

Em Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) são apresentados detalhes sobre os Fundos Setoriais de C&T, instrumento instituído para garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, em simultâneo, a criação de um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo, na definição de prioridades e com foco nos resultado.

2. Atividades

A Assessoria de Captação de Recurso tem por missão atuar no sentido de atender os interesses do MCT e garantir os recursos previstos em Lei para os Fundos de C&T. No ano de 2008, as atividades relativas ao acompanhamento de assuntos relacionados aos Fundos de C&T foram: **a)** Acompanhamento de Assuntos Relacionados aos Fundos de C&T: Acompanhar iniciativas que visam diminuir recursos destinados aos Fundos de C&T. No Ano de 2008, a ASCAP elaborou um total de 11 notas técnicas subsidiando a tomada de decisão da Secretaria Executiva do MCT quanto a assuntos relacionados ao Fundos de C&T; **b)** Monitoramento da Arrecadação dos Fundos de C&T: Verificar sistematicamente o fluxo da entrada de de recursos previstos para os Fundos de C&T, de acordo com o estabelecido pela LOA. A Arrecadação dos Fundos Setoriais vem cumprindo a sua principal finalidade de performance ascendente de recolhimento de recursos e de baixa sonegação. O volume dos recursos em 2008 atingiu um total de R\$ 2,07 bilhões; **c)** Elaboração de Relatórios Gerenciais: São elaborados diversos relatórios gerenciais com dados da Arrecadação, Dotação Orçamentária e Execução Financeira do Fundos de C&T que são disponibilizados no site do MCT, Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT), e demais formatos; **d)** Elaboração da projeção de arrecadação dos Fundos Setoriais de C&T para o ano de 2009, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda, Agências Reguladoras e outros Ministério.

Acompanhamento de Assuntos Relacionados aos Fundos de C&T (Notas Técnicas)

1) Nota Técnica N° 01/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 20/02/2008

Assunto: Análise sobre o Projeto de Lei nº 23, de 2003, o qual “Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências, constituindo fundo especial para financiar pesquisas e fomentar a produção de energia elétrica a partir da energia eólica e da energia solar”.

2) Nota Técnica N° 02/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 26/02/2008

Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 2.844, de 2008, o qual “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, modificando dispositivos referentes ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para

autorizar a utilização de recursos desse fundo para o financiamento de projetos de inclusão digital.”

- 3) Nota Técnica Nº 03/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 26/02/2008

Assunto: Análise sobre a Mensagem nº 835, de 2007, a qual “Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei no 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.”

- 4) Nota Técnica Nº 05/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 27/05/2008

Assunto: Parecer do Relator sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2004, a qual “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar recursos mínimos às atividades de pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico”.

- 5) Nota Técnica Nº 07/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 22/07/2008

Assunto: Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, o qual “Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6-A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências”.

- 6) Nota Técnica Nº 08/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 29/07/2008

Assunto: Análise do impacto de proposta de decreto que dispõe sobre o Fundo Amazônia e de projeto de lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, nos fundos setoriais de C&T.

- 7) Nota Técnica Nº 09/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 31/07/2008

Assunto: Análise do PL-205/2007, o qual “Destina parcela da arrecadação do Imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte às autarquias e fundações públicas federais de ensino superior”.

- 8) Nota Técnica Nº 10/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 27/08/2008

Assunto: Análise do PLS-8/2008, o qual “Altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.”

- 9) Nota Técnica Nº 11/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 27/08/2008

Assunto: Análise sobre o Projeto de Lei do Senado nº 303/2008, o qual “Autoriza a criação da Agência de Fomento do Centro Oeste S.A.”

- 10) Nota Técnica Nº 15/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 17/11/2008

Assunto: Arrecadação do CT-ESPACIAL

11) Nota Técnica Nº 16/2008/ASCAP/SEXEC/MCT, de 17/11/2008

Assunto: Incremento de Recursos para o CT-ESPACIAL

Monitoramento da Arrecadação dos Fundos de C&T

FUNDOS SETORIAIS	Arrecadação	Projeto de Lei	LOA (Lei nº 11.647, de 24/03/2008)		
			Despesa (A)	Reserva de Contingência (B)	Total (C)=(A)+(B)
CT-AERONÁUTICO	44.047.119	38.809.675	34.929.392	3.880.283	38.809.675
CT-AGRONEGÓCIO	102.776.614	90.555.909	81.500.761	9.055.148	90.555.909
CT-AMAZÔNIA	21.540.324	20.184.646	18.167.080	2.017.566	20.184.646
CT-AQUAVIÁRIO	44.266.168	25.781.828	23.203.884	2.577.944	25.781.828
CT-BIOTECNOLOGIA	44.047.119	38.809.675	33.128.831	5.680.844	38.809.675
CT-ENERG	179.422.539	292.894.434	76.088.211	74.806.223	150.894.434
CT-ESPACIAL	10.102.666	-	4.743.991	-	4.743.991
CT-HIDRO	8.434.964	50.660.501	45.595.290	5.065.211	50.660.501
CT-INFO	43.187.426	36.685.898	33.017.398	3.668.500	36.685.898
CT-INFRA	497.729.163	550.638.301	317.543.181	159.927.139	477.470.320
CT-MINERAL	13.727.642	9.903.995	8.913.756	990.239	9.903.995
CT-PETRO	1.064.402.005	680.152.492	118.575.493	637.361.085	755.936.578
CT-SAÚDE	102.776.614	90.555.909	81.501.273	9.054.636	90.555.909
CT-TRANSPORTE	78.303	518.518	518.518	-	518.518
CT-VERDE-AMARELO	293.647.471	303.860.797	273.540.283	11.686.756	285.227.039
Total Despesa	2.510.186.138	1.580.794.717	1.150.967.342	-	1.150.967.342
Total Res. Conting.	-	649.217.861	-	925.771.574	925.771.574
TOTAL GERAL	2.510.186.138	2.230.012.578	1.150.967.342	925.771.574	2.076.738.916

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Subprograma de Ciência e Tecnologia – SPC&T/PPG7

Objetivo

O objetivo da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia, integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, foi o de promover e disseminar, de forma coordenada e cooperativa, pesquisas científicas e tecnológicas em áreas relevantes do conhecimento, visando contribuir para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Foi fundamentada em dois temas prioritários, a saber: Manejo Integrado de Ecossistemas e Recuperação de Áreas Degradadas; Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Ecossistemas Aquáticos e Recuperação de Áreas Degradadas.

A Fase II contou com três componentes:

- Componente I - Projetos de Pesquisa em Temas Estratégicos: Abrangeu a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica em temas estratégicos para a Região Amazônica, visando pesquisas inovadoras e o fortalecimento da capacidade regional de pesquisa. Por meio do Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 48/2005, foram selecionadas onze sub-redes temáticas, integradas por 52 projetos de pesquisa.;

- Componente II - Divulgação de Informações e Resultados das Pesquisas: Teve por objetivo a implementação de projetos de divulgação científica dos resultados das pesquisas geradas no âmbito do Subprograma, tendo como público-alvo os beneficiários e/ou os usuários finais do Programa Piloto no âmbito da Região Amazônica, sobretudo gestores públicos, educadores e comunidades locais, embasado em uma estratégia de divulgação científica.

- Componente III - Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação: Avaliar e monitorar o gerenciamento dos projetos com o objetivo de facilitar o processo de integração, para a solução de eventuais divergências, para a preparação de produção conjunta, bem como para o gerenciamento de aspectos administrativos.

A ASCAP é a Unidade de Coordenação Geral do Subprograma teve a função de supervisionar assuntos financeiros, técnicos e executivos. Coube ao CNPq o papel de Unidade Executora, com a função de implementar os projetos.

O Subprograma teve o encerramento de suas atividades em 31 de dezembro de 2008.

Recursos Orçamentários

Para a implementação da Fase II, o Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958, efetivado em 16/08/2005, envolveu recursos da ordem de US\$ 6,553,553.00, sendo US\$ 5,100,000.00 provenientes da USAID, US\$ 700,000 do Rain Forest Trust Fund (RFT) e US\$ 753,553.00 do Governo Brasileiro. Devido a defasagem cambial do Dólar/Real, ocorrida em 2007, a Fase II do SPC&T/PPG7 teve perda significativa dos recursos da Doação, cujo montante total foi de US\$ 5.800.000,00. Em consequência disso, naquela época, foi inviabilizada a execução de algumas das atividades previstas no cronograma do SPC&T Fase II para 2007 e 2008, conforme estabelecido no Plano de Implementação do Projeto – PIP.

Ressalta-se que, em função dessa situação financeira, foi aprovado pelo BIRD a solicitação de cancelamento de contratação de consultoria para revisão de Meio-Termo e da Conferência de C&T/Encontro das redes de pesquisa, ambas previstas para 2007. Diante desse cenário, caracterizado pela valorização da moeda brasileira em relação ao dólar americano, foi apresentado à Comissão de Coordenação Brasileira – CCB, à Comissão de Coordenação Conjunta – CCC, que fazem parte do Projeto Piloto – PPG7, à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG e

ao BIRD uma proposta de aditivo e remanejamento de recursos entre categorias do acordo de doação do SPC&T Fase II. Em 13 de fevereiro de 2008 esta proposta foi aprovada na reunião da COFIEIX e a documentação (ata da reunião devidamente assinada) foi encaminhada ao BIRD para homologação.

Distribuição dos recursos entre categorias do Acordo de Doação

Categoria	Acordo de Doação Atual (US\$)		Acordo de Doação com Aditivo (US\$)	
	USAID	RFT	USAID	RFT
(1) Sub-doações de pesquisa	4.300.000	0	5.000.000	500.000
(2) Sub-doações de Divulgação Científica	0	300.000	0	310.000
(3) Consultoria	0	80.000	0	40.000
(4) Treinamentos e Seminários	393.000	0	100.000	190.000
(5) Custos Operacionais	0	255.000	0	60.000
Não alocado	407.000	65.000	0	0
Total	5.100.000	700.000	5.100.000	1.100.000
	5.800.000		6.200.000	

Sumário da Implementação do SPC&T - FASE II

A Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia abrangeu uma etapa preparatória, entre 1999 e 2005, na qual foi definido o desenho do Subprograma e elaborados os documentos para a efetividade do Acordo de Doação.

O Acordo de Doação foi assinado em agosto de 2005, seguido do lançamento do Edital MCT/CNPq/PPG7 N° 48/2005 para seleção das sub-redes e dos projetos de pesquisa. Foram selecionadas 11 Sub-Redes com um total de 52 projetos de pesquisa. O período de execução acordado foi de agosto de 2005 a setembro de 2008. Em 2006, foi realizada Oficina para elaboração de uma estratégia de divulgação científica e, em 2007, lançado o Edital MCT/CNPq/PPG7 N° 03/2007, para seleção de projetos de divulgação científica.

No período de 2006 a 2008, ocorreram as reuniões de avaliação e integração das sub-redes de pesquisa. Em 2007 e 2008, as sub-redes passaram a se reunir de forma conjunta, organizadas em quatro grupos temáticos, potencializando assim a troca de informações, metodologias e resultados, otimizando recursos e favorecendo a integração.

Os projetos de pesquisa encerraram em 30 de setembro de 2008 e os projetos de divulgação científica em 15 de novembro de 2008. A conferência do SPC&T Fase II foi realizada em Belém, em dezembro de 2008, e reuniu, de forma inédita, pesquisadores especialistas nos diferentes temas abrangidos pelos editais.

Atividades realizadas em 2008

Componente I

Entre os meses de setembro e outubro de 2008, foram realizadas quatro reuniões para avaliação e integração das sub-redes de pesquisa dos quatro Grupos Temáticos, conforme o quadro abaixo:

GT	Sub-rede	Coordenador	Local/Data	Consultores
I	HIDRO-PURUS	Andréa Waichman	CNPq, Brasília, DF, de 03 a 05/09/2008	Íris Ferrari, Maurício Amazonas, Odete Rocha, Rebecca Abers
	H ₂ O LIMPA	Wanderley Bastos		
II	BASPA	Carlos E. Carvalho	UFAM, Manaus, AM, de 30 a 31/10/2008	Ângelo Agostinho, José Roberto Verani, Lúcia Ferreira, Maurício Amazonas
	MAPEVAM	David McGrath		
	PROPEIXE	Vera de A. Val		
III	RECUPERAMAZ	Cláudio Carvalho	INPA, Manaus, AM, de 28 a 29/10/2008	Maurício Amazonas, José Roberto Guilherme, Nelson Venturim
	RECUPERA	Oriana Almeida		
	CONSERVAMAZÔNIA	Phillip Fearnside		
IV	MANFLOR	Olegário Carvalho	UFPA, Belém, PA, de 09 a 11/09/2008	Alaíde Braga, Ariane Peixoto, Nelson Venturim
	APAFBIO	Luiz Nascimento		
	UATUMÃ	William Magnusson		

Componente II

Foi realizada em novembro de 2006, em Brasília-DF, a Oficina para Subsidiar a Elaboração da Estratégia de Divulgação da Fase II do SPC&T/PPG7, da qual participaram pesquisadores, jornalistas, especialistas em divulgação científica e educação ambiental, tendo como produto o Plano de Divulgação Científica. Constaram desse plano as diretrizes a serem seguidas para a divulgação dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas obtidas nos projetos de pesquisa do componente 1, possibilitando também a divulgação de pesquisas apoiadas na Fase I do Subprograma de Ciência e Tecnologia, desde que apresentasse conexão com sub-temas implementados pelo SPC&T Fase II. Com base nos resultados da Oficina, foi realizada reunião em Brasília-DF, em dezembro/2006, de especialistas em divulgação científica e educação ambiental e representantes do CNPq e MCT, para discussão da estratégia de divulgação da Fase II, que subsidiou a confecção do Edital MCT/CNPq/PPG7 n° 03/2007, lançado em 27 de abril de 2007.

Em 2008, durante a conferência realizada em no mês de dezembro, em Belém, Foram apresentados os resultados dos projetos selecionados e seus respectivos produtos.

Componente III

O Comitê Consultivo, instituído em 2006, não teve nenhuma reunião realizada ao longo da execução do SPC&T Fase II; entretanto, os membros do Comitê Consultivo, a Dra. Ariane Luna Peixoto e o Ângelo Antonio Agostinho, representantes da comunidade científica do referido

Comitê, contribuíram de forma fundamental durante a avaliação presencial nas reuniões de sub-redes, elaboraram relatórios científicos, bem como integraram o Comitê Científico da Conferência, revisando os artigos enviados para os Anais da Conferência, participando de artigos sobre os Grupos Temáticos dos Anais e de Mesas-Redondas durante o evento.

Foi realizada a Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia – SPC&T Fase II, em Belém, no período de 01 a 04 de dezembro de 2008. Ela teve como objetivo promover a integração e o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas entre as sub-redes de pesquisa, divulgar os resultados dos projetos e discutir políticas públicas para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. No evento foram apresentados os resultados finais das pesquisas e da integração das 11 sub-redes, abrangendo 52 projetos de pesquisa nos quatro grupos temáticos. oito projetos de divulgação científica. Foi também discutida a integração entre estes e os outros subprogramas e projetos do PPG7. A Conferência contou ainda com a presença de outros cientistas não participantes dos projetos, tomadores de decisão (gestores públicos), educadores e público em geral, totalizando cerca de 250 participantes.

Situação atual

No presente momento o Subprograma encontra-se em fase de encerramento. A ASCAP está coordenando as atividades relativas ao levantamento de informações sobre a possível existência de saldos financeiros e serão tomadas as devidas medidas para prestações de contas à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Banco Mundial.

Resultados Gerais

Entre os principais resultados obtidos pelo Subprograma está a consolidação do modelo de redes de pesquisa para a Amazônia, de forma multidisciplinar, com cooperação entre grupos consolidados e emergentes, otimizando recursos e gerando pesquisas científicas integradas, de alta qualidade, com potencial para subsidiar a conservação e o uso sustentável da Região Amazônica nos temas Ecologia e Manejo de Organismos Aquáticos, Produtos Madeireiros e Não-Madeireiros, Recuperação de Áreas Degradadas e Gestão de Águas na Amazônia.

Houve aumento constante na produção científica dos pesquisadores do SPC&T Fase II, divulgada por meio de artigos em revistas internacionais e nacionais, periódicos, capítulos de livros, livros, trabalhos completos em Anais de Congressos, dissertações defendidas, resumos em congressos. Em que pese o volume de publicações não ser plenamente conhecido, tem-se que pelo volume e pela qualidade das informações alcançadas o potencial para futuras publicações é imenso. Nesse sentido, a continuidade do financiamento das redes possibilitaria mais produtos de múltiplos autores e instituições envolvidos.

Um dos aspectos relevantes que pode ser ressaltado refere-se ao fortalecimento da capacidade regional de pesquisa, que pode ser atribuído a algumas características inovadoras norteadas pelo referido Edital, tais como: a) pesquisas com a participação de grupos multidisciplinares e multiinstitucionais, integradas em redes temáticas, sob a coordenação de pesquisadores consolidados vinculados a instituições amazônicas; b) participação de grupos emergentes da Amazônia na coordenação de projetos de pesquisa, com orçamento próprio e autonomia no gerenciamento dos recursos; c) participação de grupos consolidados de instituições de fora da Amazônia; d) destinação de 30% do valor total solicitado para a execução do projeto de pesquisa para contratação de bolsistas, da Região Amazônica ou de fora dessa região, o que contribuiu para a formação de recursos humanos naquela região.

O planejamento de um componente específico para gerenciamento, monitoramento e avaliação (Componente 3), com recursos específicos para esse fim, foi determinante para o êxito do Subprograma. A metodologia de avaliação e de fomento à integração das sub-redes adotada foi inovadora, realizada de forma presencial e com a participação de Consultores especialistas, favorecendo a transparência na apresentação dos resultados, permitindo a correção de rumo dos projetos e ajustes metodológicos, e promovendo a integração dos pesquisadores e o fortalecimento de parcerias.

Em síntese, entre os aspectos inovadores do SPC&T Fase II, podem ser destacados: a) Redes de pesquisa para a Região Amazônica; b) Integração de pesquisadores emergentes e consolidados; c) Grupos de pesquisa emergentes com recursos próprios; d) Integração intra e interinstitucional; e) Multidisciplinaridade na prática; f) Reunião de Grupos Temáticos; g) Temas transversais nas pesquisas; h) Divulgação científica com articulação inovadora; i) Pesquisas com impacto socioeconômico e ambiental; j) Monitoramento e Avaliação com recursos específicos; l) Avaliação presencial.

Resultados do Componente I

A análise dos indicadores apontados na Matriz Lógica do Subprograma foi realizada a partir de informações dos relatórios de avaliação das sub-redes e dos projetos de pesquisa, elaborados pelos consultores especialistas durante as reuniões dos grupos temáticos realizadas em 2008, bem como pela equipe técnica do SPC&T Fase II/CNPq.

As avaliações tiveram como base os resultados das sub-redes e respectivos projetos de pesquisa apresentados durante as reuniões dos grupos temáticos, e, ainda, de informações constantes nos relatórios técnicos dos projetos enviados ao CNPq. Foram analisadas, ainda, informações apresentadas no relatório de Avaliação Final do SPC&T Fase II e nos Anais da Conferência do Subprograma, como os artigos-síntese elaborados pelos consultores especialistas do Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 48/2005 e pelos coordenadores de sub-redes.

Resultados do Componente II

O Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 03/2007 apresentou um caráter inovador, sobretudo por concorrerem divulgadores científicos em propostas articuladas com os especialistas nas áreas temáticas, com prioridade aos projetos que atendessem às seguintes diretrizes gerais: a) respeito à diversidade étnica, cultural, biológica e ambiental da Amazônia; b) atendimento às peculiaridades culturais, ambientais da Região Amazônica; c) possibilidade de generalização e transposição em outras áreas que abrangem a Amazônia Legal; d) divulgação de conhecimentos e de tecnologias, visando ao fomento de atividades produtivas sustentáveis nas comunidades locais; e) integração às políticas e ações de instituições governamentais afins; f) valorização de experiências exitosas em divulgação científica; g) composição de parcerias inter e multi-institucionais, envolvendo as Organizações do Terceiro Setor e Instituições de Pesquisa, desde a concepção do projeto; h) respeito à propriedade intelectual dos conhecimentos produzidos pelos projetos de pesquisa, a serem divulgados no âmbito da presente proposta; i) intercâmbio entre os pesquisadores e divulgadores científicos, visando assegurar a fidedignidade das informações divulgadas; j) multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da equipe participante do projeto; k) existência de financiamento de outras fontes (parcerias).

Foram aprovadas, no âmbito do referido Edital oito propostas de divulgação científica, sendo quatro do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, uma da Universidade Federal do Pará - UFPA, uma do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, uma da Embrapa Amazônia Oriental e uma da Embrapa Rondônia, contemplando os três temas de pesquisa previstos no referido Edital, quais sejam: “Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia”, “Produtos Madeireiros e Não-Madeireiros da Amazônia” e “Recursos Pesqueiros e Organismos Aquáticos”.

Distintos públicos-alvo foram atingidos pelos projetos de divulgação científica executados no âmbito do referido Edital, abrangendo a população local, instituições de ensino formal e não-formal (professores, extensionistas, monitores), instituições de públicos específicos (associações, sindicatos, cooperativas), gestores públicos e tomadores de decisão, todos da Amazônia.

Resultados do Componente III

Durante a execução do Componente de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação, houve cumprimento das ações previstas para a participação da UGC/MCT e UCE/MCT nas ações de Monitoramento e Avaliação, especialmente em todas as reuniões de sub-redes e Grupos Temáticos realizadas, na utilização do SIGMA e no funcionamento das demais ações de implementação do sistema de Monitoramento e Avaliação.

O Comitê Consultivo, instituído em 2006, não teve nenhuma reunião realizada ao longo da execução do SPC&T Fase II; entretanto, os membros do Comitê Consultivo, a Dra. Ariane Luna Peixoto e o Ângelo Antonio Agostinho, representantes da comunidade científica do referido Comitê, contribuíram de forma fundamental durante a avaliação presencial nas reuniões de sub-redes, elaboraram relatórios científicos, bem como integraram o Comitê Científico da Conferência, revisando os artigos enviados para os Anais da Conferência, participando de artigos sobre os Grupos Temáticos dos Anais e de Mesas-Redondas durante o evento.

Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF)

Objetivo

O Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) foi constituído em novembro de 1990, no âmbito do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial), com o intuito de apoiar o desenvolvimento de projetos nas áreas de biodiversidade, águas internacionais, mudanças climáticas e redução da camada de ozônio. Posteriormente, duas outras áreas temáticas foram incluídas no âmbito do GEF: degradação da solo e poluentes orgânicos persistentes.

Em meados da década de 90, após a elaboração da agenda 21 das Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e sobre Biodiversidade, chegou-se à conclusão que o GEF deveria ser reestruturado para atender os novos desafios apresentados por tais instrumentos e torna-se o principal mecanismo de financiamento de projetos ambientais.

Cada país receptor de assistência do Fundo possui representantes do governo responsáveis pelas atividades do GEF. No Brasil essas atividades são de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Análise de Projetos de Meio Ambiente – GTAP, colegiado criado por Portaria Interministerial n.º 698, de 22.07.91, composto por um representante dos seguintes órgãos:

- Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MP), que coordena o GTAP e é o Ponto Focal Operacional do GEF no Brasil;
- Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ponto Focal Político do GEF no Brasil;
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), tendo como seu representante a Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP; e
- Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O MCT e o MMA são responsáveis pela análise técnica das propostas de projetos apresentadas ao GTAP.

Resultados (1990 a 2008)

Atualmente o GEF é composto por 178 países, dos quais cerca de 32 contribuem para a reposição dos recursos do Fundo, que é feita a cada quatro anos. Japão, Estados Unidos e Alemanha tem sido os principais doadores. Desde sua criação, o GEF comprometeu aproximadamente US\$ 8,3 bilhões de seus recursos, de forma não reembolsável, na execução de programa e projetos em nível nacional, regional e global, na busca do desenvolvimento sustentado.

O Brasil é um dos maiores beneficiários das doações do GEF. No período de 1990 a 2008, a carteira brasileira de projetos patrocinados por este Fundo soma aproximadamente US\$ 370,8 milhões, o que faz do País o terceiro maior receptor de recursos. No Brasil, os recursos do GEF são destinados a execução de projetos apresentados ao GTAP por órgãos públicos, universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas.

Do total de recursos doados ao Brasil, cerca de US\$ 24,1 milhões foram destinados a projetos apresentados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo US\$ 11,1 milhões para a área de biodiversidade e US\$ 13,0 para mudanças climáticas. Houve ainda, um aporte de recursos do GEF no valor de US\$ 50 mil para a área de biossegurança.

Metas

Para o ano de 2009, o MCT está negociando a aprovação de mais quatro projetos da área de mudanças climáticas, no valor total de US\$ 13,91 milhões.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais- ASCOF

Relatório de Gestão / 2008
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais -- ASCOF

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF	
Natureza Jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006; e Portarias nº 219, de 11 de abril de 2007, nº 596 de 17 de setembro de 2007	
CNPJ	01263896/0023-70	
Nome e Código no SIAFI	Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF Unidade Gestora - 240139/0001	
Endereço completo da Sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco "E" sala 552 CEP: 70.067-900 – Brasília / DF Tel: (61) 3317 7898 Fax: (61) 3317 7885	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, das Despesas Operacionais da ASCOF e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito do MCT	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	ASCOF	240139

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

A Unidade Gestora da ASCOF: criada pela Portaria nº 219 de 11 de abril de 2007, publicada no DOU de 13 de abril de 2007, por ser parte integrante da estrutura organizacional do MCT, de acordo com o Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, tem a finalidade de realizar a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, das despesas operacionais da Assessoria e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito deste MCT, em conformidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

2.1. Responsabilidades institucionais

Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A atuação da ASCOF está centrada no planejamento, coordenação e supervisão das ações dos Fundos Setoriais, em estreita consonância com os Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos – Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT. As principais responsabilidades institucionais cumpridas no exercício estão assim resumidas:

- a) Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais;
- b) Adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais aos objetivos, linhas de ação e metas do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI do MCT;
- c) Programação e distribuição regional das ações dos Fundos Setoriais, garantindo que as normas legais que prevêem a aplicação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e, no caso do Fundo do Petróleo e Gás Natural, 40% para o Norte e Nordeste, sejam cumpridas;
- d) Detalhamento das Ações Verticais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, garantindo a aderência ao escopo de cada Fundo Setorial, conforme lei de criação específica.

A partir do conjunto de responsabilidades acima descrito e seus desdobramentos, a ASCOF exerceu o papel de relacionamento e negociações técnicas e operacionais com as agências executoras CNPq e FINEP, com os Institutos do MCT que participam das ações dos Fundos e com os Ministérios e Órgãos que interagem com o planejamento e execução das nossas atividades.

A avaliação dos Fundos Setoriais mereceu, no exercício, atenção especial da estrutura da ASCOF, tendo sido consolidado o banco de dados com todos os projetos financiados desde a criação dos Fundos e elaborada a metodologia de avaliação que a partir de 2010 será realizada anualmente, dando suporte e orientando todo o processo de planejamento e definição de prioridades no âmbito dos Fundos Setoriais

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Em cumprimento às suas atribuições na gestão dos Fundos Setoriais, a ASCOF concentrou esforços em 2008 nas seguintes atividades principais:

a) Detalhamento do Plano de Investimento

Foram elaborados, aprovados e encaminhados às agências executoras, os Termos de Referência relativos às ações do Plano de Investimento, instrumentos fundamentais que embasam e autorizam toda a execução dos Fundos:

- Termos de Referência para Editais Transversais – 36
- Termos de Referência para Editais Verticais – 35
- Termos de Referência para Encomendas Transversais – 107
- Termos de Referência para Encomendas Verticais – 47

b) Monitoramento da execução orçamentária e financeira

Foi estabelecida uma sistemática de reunião mensal de acompanhamento da execução orçamentária e financeira com as agências FINEP e CNPq, procedimento que se mostrou altamente eficaz para o cumprimento do objetivo principal de aplicar todo o orçamento disponível no âmbito dos Fundos Setoriais, possibilitando identificar problemas, distorções e inadequações e encaminhar correções e soluções em tempo hábil

c) Apoio técnico, operacional e administrativo aos Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT

A ASCOF, dentro de seu papel de Secretaria Técnica e de Apoio aos Comitês que fazem parte da estrutura de decisão no âmbito dos Fundos, exerceu um papel central na organização das reuniões, definição de pauta, elaboração de documentos, relatórios e planilhas e implementação das decisões tomadas. Seu corpo técnico é responsável pela secretaria de todas as reuniões, elaboração dos documentos, apoio logístico, atas e encaminhamento das deliberações

d) Banco de Dados dos Fundos Setoriais

A ASCOF consolidou, em 2008, o Banco de Dados, incluindo todos os projetos financiados, de todos os Fundos, desde a criação de cada um deles, permitindo uma enorme variedade de informações que vai do título do projeto, valor financiado, beneficiário, estado, região, tipo do projeto, área, parcerias, pesquisadores envolvidos etc

e) Avaliação dos Fundos Setoriais

A avaliação dos Fundos mereceu, no exercício, uma atenção especial da estrutura da ASCOF, quando foi elaborada e consolidada uma metodologia de avaliação, possibilitando que a partir de 2010 seja realizada uma avaliação anual dos Fundos, dando suporte e orientando todo o processo de planejamento e definição de prioridades na gestão dos Fundos Setoriais.

2.3. Programas

2.3.1. Programas Executados Pelos Fundos Setoriais

O modelo de gestão dos Fundos Setoriais está inserido em quatro programas do Plano Plurianual, sendo eles, a Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 0461; Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE – 0464; Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais – 1122 e o Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 1388.

A partir do ano de 2007 foi criada a Unidade Gestora da ASCOF – 240139, com o objetivo de apoiar os comitês gestores dos Fundos Setoriais na parte logística e administrativa utilizando recursos dos programas acima mencionados.

Os recursos para a execução das despesas operacionais, a cargo da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF ficam efetivamente relacionados com o financiamento das ações inerentes às Programações Específicas do FNDCT, ou seja, àquelas vinculadas aos Fundos Setoriais, estando sujeitas ao teto de 5% dos recursos arrecadados anualmente nas respectivas fontes. (artigos 13 da Lei 11.540, de 2007). Abaixo, relação dos projetos/atividades executados pela ASCOF em 2008, suportado pelo percentual ora citado:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS/AÇÕES PELA ASCOF – Em R\$ 1,00

PROJETO/ATIVIDADE/LOA		LIMITE DE EMPENHO	DESTAQUE RECEBIDO (X)	PROVISÃO CONCEDIDA	DESPESA EXECUTADA (Y)	RELAÇÃO Y/X
2095	Fomento a projetos de implantacao e recuperacao da infra-estrutura	1.117.011,95	1.117.011,95	0,00	1.117.011,95	100,0%
2113	Fomento a pesquisa e a inovacao tecnologica (ct-verde amarelo)	1.420.114,41	1.420.114,41	301.137,41	1.118.977,00	78,8%
2189	Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de energia	90.272,71	90.272,71	0,00	90.272,71	100,0%
2223	Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de hidro	6.658,42	6.658,42	0,00	6.658,42	100,0%
4043	Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor do agronegócio	21.044,56	21.044,56	0,00	21.044,56	100,0%
4156	Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de petro	295.716,31	295.716,31	295.000,00	716,31	0,2%
4185	Fomento a projetos institucionais para pesquisa no setor de info	20.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	100,0%
TOTAL		2.970.818,36	2.970.818,36	596.137,41	2.374.680,95	79,9%

2.3.2. Principais Ações do Programa

Ações dos Fundos Setoriais

Dentre as ações finalísticas executadas pelos Fundos Setoriais - CT-Aeronáutico, CT-Agronegócio, CT-Amazônia, CT-Biotecnologia, CT-Energia CT-Espacial, CT-Hidro, CT-Info, CT-Infra CT-Mineral, CT-Petro, CT-Saúde, CT-Transp. Aquaviário, CT-Transporte, Verde-Amarelo, a ASCOF operacionalizou parte de suas despesas conforme demonstrado no planejamento abaixo:

DESPESAS PREVISTAS - EXERCÍCIO 2008

1- Reunião dos comitês gestores

- 75 reuniões, 05 reuniões para cada fundo
- 375 passagens aéreas: R\$ 375.000,00
- 375 diárias: R\$ 75.000,00
- aluguel de espaço para eventos, gravação, incluindo infra-estrutura necessária: R\$ 200.000,00

Valor Total: R\$ 650.000,00

2 – Seminário de integração dos fundos setoriais

- 02 seminários
- 150 passagens aéreas: R\$ 150.000,00
- 150 diárias: R\$ 30.000,00
- aluguel de espaço para eventos, gravação, incluindo infra-estrutura necessária, publicações: R\$ 80.000,00

Valor Total: R\$ 260.000,00

3 – Visitas técnicas de supervisão e acompanhamento a entidades executoras

- 100 visitas
- 100 passagens aéreas: R\$ 100.000,00
- 200 diárias: R\$ 40.000,00

Valor Total: 140.000,00

4 – Divulgação e publicidade institucional

- elaboração, produção e divulgação de material sobre os Fundos Setoriais
- contratação de empresas e profissionais para execução dos serviços

Valor Total: R\$ 225.000,00

5 – Ampliação, consolidação e manutenção do sistema de informações gerenciais dos fundos setoriais – SigFS

Valor Total: R\$ 500.000,00

6 – Avaliação dos fundos setoriais – despesas com seminários, estudos, consultores, etc

- 300 passagens aéreas: R\$ 300.000,00

- 1.200 diárias: R\$ 240.000,00

- aluguel de espaço para eventos, gravação, incluindo infra-estrutura necessária, publicações etc.: R\$ 500.000,00

Valor Total: 1.400.000,00

7 – Serviços técnicos de profissionais terceirizados

Valor Total: R\$ 4.500.000,00

8 – Material de consumo/equipamentos

- aquisição de material de consumo e equipamento em geral – papel, pastas, fitas, material de gravação e impressão, computadores e impressoras

- material de consumo: R\$ 125.000,00

- equipamentos: R\$ 200.000,00

Valor Total: R\$ 325.000,00

9 – Total Geral: R\$ 8.000.000,00

Com base nesse planejamento, listamos a seguir os resultados obtidos:

Adesões realizadas pela UG 240139:

ATA N.º	PREGÃO N.º	ORIGEM	PROCESSO	U G	OBJETO	VIGÊNCIA
003/2007	022/2007	INCRA/MDA	01200.001569/2008-64	373083	Locação de espaço físico e apoio à organização e realização de eventos.	06/08/2008
024/2007	024/2007	ABIN/PR	01200.002294/2008-86	110120	Fornecimento de microcomputadores.	28/11/2008
011/2007	048/2007	PRF/MJ	01200.001563/2008-97	200109	Fornecimento de licenças de uso de software.	13/12/2008
026/2007	107/2007	PGR	01200.001702/2008-82	200100	Fornecimento de servidores.	17/12/2008
002/2008	014/2008	MCT	01200.002374/2008-31	240101	Serviços de estenotipia, com fornecimento de equipamentos, gravação e de gravação com elaboração de atas.	29/07/2009

Seminários e Reuniões realizados pela ASCOF:

MÊS	DIAS	LOCAL	ATIVIDADE	TOTAL R\$
MARÇO	25/26	CARLTON HOTEL	1º Seminário Integrado dos Fundos Setoriais e Reuniões dos Comitês Gestores	46.373,00
MAIO	20	GRAND BITTAR	WorkShop de Diretrizes Estratégicas de RH e 38º Reunião Ordinária do Comitê Gestor do CT-PETRO.	10.501,00
OUTUBRO	07	ST. PETER	Reunião dos Fundos Setoriais c/ Agências FINEP e CNPq.	7.936,00
	22/23	CENTRO DE CONVENÇÕES BRASIL XXI	Seminário Integrado dos Fundos Setoriais e das Reuniões dos Comitês Gestores.	103.123,41
TOTAL				167.933,41

Boeing Eventos Ltda.: R\$ 64.810,00 e Aplauso Org. Eventos: R\$ 103.123,41

Reuniões realizadas no MCT (Solicitação de salas através da ASCOF):

DATA	REUNIÃO
16/04	CT-INFO
29/04	CT-AEROESPACIAL
30/04	CT-AGRO
07/05	CT-AEROESPACIAL
14/05	CT-PETRO
15/05	CT-AQUA
27/05	CT-HIDRO
10/10	REUNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASCOF
18/11	CT-INFO
03/12	CT-SAÚDE
17/12	CT-AGRO
18/12	CT-BIO

Resumo das Ações Planejadas versus Ações Realizadas

ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS - ASCOF			
Metas e resultados da ação no exercício - Gestão 2008			
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Reuniões (passagens/diárias)	650.000,00	354.201,04	54,49%
Seminários/Workshops	260.000,00	232.816,41	89,54%
Divulgação e Publicação	225.000,00	0,00	0,00%
SigFS	500.000,00	0,00	0,00%
Locação de Mão de Obra	4.500.000,00	2.153.577,49	47,86%
Material Consumo/Equipamentos	325.000,00	230.223,42	70,84%
Total Geral	8.000.000,00	2.970.818,36	37,14%

2.4. Desempenho Operacional

Não aplicável

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Descrição	2006	2007	2008
1. Passagens		58.795,26	295.000,00
2. Diárias a Servidores no país		10.584,83	35.392,77
2.1. Diárias a Colaboradores Eventuais no país		4.277,85	23.808,27
3.Serviços Terceirizados		-----	-----
3.1. Publicidade/ eventos (reuniões/seminários)		-----	232.816,41
3.2.vigilância, Limpeza e Conservação		-----	-----
3.3. Tecnologia da Informação		4.556,00	-----
3.4. Outras terceirizações – Locação de mão de obra		2.188.839,95	2.153.577,49
3.5. Suprimento de fundos		-----	-----
4. Aquisição de material permanente (mobiliário)			155.230,00
4.1. Material permanente - Informática			68.335,00
5. Material de consumo			6.658,42
6. Serviços de cópia, Reprodução de documentos		6.665,52	
7. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO		-----	-----
TOTAIS		2.273.719,41	2.970.818,36

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas no Exercício)

Transferências Recebidas da UG 240901/0001 para UG 240139/00001

O total das transferências recebidas pela ASCOF foi de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), por meio das Notas de Crédito de N° 04, 27, 63, 64, 65,110,112,113,132,389 e 425 .

Desse montante foi devolvido no final do exercício o valor de R\$ 629.181,64, por meio das Notas de crédito n° 04,10,11,12,13,14,15,16,17,18 e 19, ficando portanto, sob a responsabilidade dessa

Unidade Gestora o total de R\$ 2.970.818,36 (dois milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos)

Transferências Realizada da UG 240139/0001 para UG 240101/00001

ITENS DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
33.90.33	Passagens	295.000,00
33.90.39	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	145.907,41
44.90.52	Equipamento e material permanente	155.230,00
TOTAL		596.137,41

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica

8. Renúncia Tributária

Não aplicável

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável

10. Operações de fundos

Não aplicável

11. Despesas cartão de crédito

Não aplicável

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.

Não aplicável

13. Determinações e Recomendações do TCU

1. Acórdão: nº 3081/2008 – TCU – Plenário

2. Descrição da determinação

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:

9.1.1. em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal, no âmbito de suas respectivas atribuições (arts. 8º, 14, 15, e 18, II da Lei 10.180/2001), estabeleçam normas e procedimentos para a adequada programação e registro contábil dos atos e fatos da gestão

orçamentária e financeira dos fundos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico integrantes do FNDCT(fundos setoriais), em especial quanto:

9.1.1.1. à criação de códigos de Destinação de Recursos específicos e à segregação, por fundo setorial a que se vinculam, das disponibilidades financeiras existentes no Tesouro Nacional (UG 170500) nas fontes 0366 e 0338, detalhamento 02400 – MCT/FNDCT, de modo a evidenciar a efetiva situação patrimonial dos fundos setoriais que contribuiram para a formação de tais saldos;

9.1.1.2. à segregação das receitas do CT-infra (prevista no art. 3º.A do Decreto-Lei 719/1969, acrescida pela Lei 10.197/2001), a exemplo do que já ocorre com os demais fundos setoriais integrantes do FNDCT, mediante a previsão de códigos de Destinação de Recursos específicos para esse fundo setorial e a apropriação automática, a esses códigos, das receitas a ele vinculadas, com vistas a viabilizar registros, individualização e controle mais efetivos das operações financeiras de interesse do referido fundo;

9.1.1.3. à segregação orçamentária e financeira do Programa de Inovação para a Competitividade, distinguindo seus recursos e seus orçamentos dos associados ao fundo Verde-Amarelo, mediante a criação de código de destinação de recursos próprios para o programa com apropriação automática das receitas vinculadas, e a supressão, no título das ações orçamentárias correspondentes, das referências atualmente feitas ao CT-Verde-Amarelo;

9.1.1.4. à identificação das despesas de gestão e administração incorridas pelo FNDCT, em geral, e pelos fundos setoriais, em particular, adotando-se meios que permitam distingui-las mais facilmente das despesas finalísticas, a exemplo da alocação de crédito à ação Gestão e Administração do Programa ou de detalhamento das dotações orçamentárias em planos internos, com vistas a propiciar maior transparências e viabilizar e controle mais efetivo (art. 8º, V, da Lei 10.180/2001) das despesas instrumentais à consecução dos objetivos programados;

9.1.2. estabeleça mecanismos, quando da implementação das chamadas ações transversais, que permitam evidenciar as áreas de interesse de cada financiada e os recursos financeiros que suportaram a despesa correspondente, em observância ao princípio da transparência, da gestão;

9.1.3. suspenda as autorizações para que os órgãos e entidades vinculadas a essa pasta utilize, a exemplo da FINEP, o mecanismo de internalização de recursos, em quaisquer de suas modalidades, em razão de tal procedimento carecer de respaldo legal e provocar distorções nas informações contábeis, com prejuízos para a transparência da gestão e para o controle da regularidade da aplicação dos recursos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, na qualidade de Presidente do Conselho Direto do FNDCT, que adote providências objetivando:

9.2.1. o efetivo cumprimento das disposições constantes dos Arts. 8º e 13 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que trata da fixação, em periodicidade anual, por aquele Conselho, dos limites relativos a taxa de administração e despesas não finalísticas vinculadas àquele Fundo, respectivamente;

9.2.2. a avaliação, por aquele órgão deliberativo, quando da fixação d índice previsto no art. 13, do nível de execução da despesa verificado nos exercícios anteriores, ante o descompasso verificado em relação às receitas arrecadadas, de forma a manter a proporcionalidade legalmente prevista entre despesas finalísticas e não finalísticas;

9.3.determinar à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, que:

9.3.1. suspenda a utilização do mecanismo de internalização de recursos, em quaisquer de suas modalidades, em razão de tal procedimento carecer de respaldo legal e provocar distorções nas informações contábeis relativas a execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico – FNDCT, com prejuízos para a transparência de sua gestão e para o controle da regularidade da aplicação dos recursos correspondentes;

9.3.2. suspenda a utilização de verbas vinculada ao FNDCT para custeio de despesas operacionais relativamente à modalidade de aplicação “equalização dos encargos financeiros nas operações de credito”, prevista no art. 12, inciso I, alínea “c” da Lei nº 11.540, de 2007, uma vez que as taxas equalizadas pelo FNDCT já embutem os custos de captação e operação do programa, assim como a remuneração da empresa;

9.3.3. abstenha-se de efetuar, por nota de lançamento ou qualquer outro mecanismo contábil, a transferência de saldos entre fontes de recursos associadas aos fundos setoriais, a exemplo das promovidas pelas notas de lançamento 50 e 251/2004, da UG 240901, entre várias outras emitidas com a descrição “transferência de recursos entre fontes” ou “acerto de limite de saque”;

9.3.4. somente execute a título de despesas operacionais as atividade materiais acessórias complementares ou instrumentais necessárias a concretização de demandas aprovadas pelos comitês gestores dos fundos setoriais, abstendo-se de executar, a esse título, projetos autônomos, a exemplo do “Concerto FINEP” e do projeto “Ciência as Seis e Meia” , uma vez que as decisões sobre a alocação dos recursos dos fundos são de competência dos referidos comitês; e

9.3.5. submeta ao comitê gestor do Fundo Verde-Amarelo demonstrativo circunstanciado das despesas executadas no âmbito do projeto “Ciência as Seis e Meia”, promovendo a restituição ao fundo, dos valores correspondentes as atividades não referenciadas pelo referido comitê;

9.4. alertar a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP que os limites de dedução previsto para o custeio de despesas não finalísticas deve ser observado em cada uma das distintas ações que compõem os programas orçamentários vinculados ao FNDCT, considerando que cada ação tem objetivos definidos, concretizados em metas físicas de bens e serviços a serem ofertados a sociedade, e que a concentração das despesas não finalísticas de um programa em uma de suas ações comprometeria os objetivos e metas que justificaram sua previsão orçamentária;

9.5. determinar a Secretária Federal de Controle Interno que informe nas contas dos órgãos mencionados nos itens precedentes as medidas adotadas para cumprimento das determinações;

9.6. determinar a 6ª Secex que inclua no planejamento de auditorias novas intervenções na área objeto destes autos, com maior enfoque na avaliação do desempenho de fundos setoriais identificados como de maior significância, sob os aspectos da eficácia e da conformidade das ações desenvolvidas pelos atores envolvidos;

3. Setor responsável pela implementação:

Secretaria Executiva do FNDCT/FINEP e Ministério da Ciência e Tecnologia

4. Providências adotadas:

No que se refere ao item 9.2.1, foi editada a Portaria nº 186 de 16 de março de 2009 que fixa o valor da taxa de administração prevista no Art. 8º da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

As demais providências encontram-se em andamento.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

Não aplicável

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade					07	
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio					07	

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo					1	

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)					05	

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo					45	2.153.577,49
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários						
Total Pessoal Terc + Estag					45	2.153.577,49

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus						
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade						
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	13	
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	45	2.153.577,49
Total Geral		

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e desempenho da gestão

Não aplicável

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupos de unidades afins.

Não aplicável



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas- SCUP

Relatório de Gestão / 2008
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas- SCUP

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome Completo da Unidade e Sigla	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP
CNPJ	031.327.45/0001-00
Natureza Jurídica	Administração Direta
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Endereço completo da sede e da página institucional na <i>Internet</i>	Esplanada dos Ministérios, Bloco “E”, 5º Andar –CEP: 70067-900 – Brasília/DF www.mct.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no DOU	Decreto nº 4.724, de junho de 2003; Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006; Portaria MCT nº 758, de 3 de outubro de 2006; Portarias nº 219 e 596, de 11 de abril de 2007, e de 17 de setembro de 2007, respectivamente.
Código da UJ Titular do Relatório	240101
Códigos das UJ’s abrangidas	Não se aplica
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia
Tipo de atividade	Supervisão, acompanhamento e Fiscalização das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais
Código da UJ no SIAFI	SCUP - 240113

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

2.1. Responsabilidade institucional

Criada pelo Decreto Nº 4.724, de 9/6/2003, que reestruturou o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP sucedeu à Secretaria de mesmo nome e está hoje subordinada à Secretaria-Executiva do MCT. O Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, estabeleceu as seguintes competências para a SCUP:

I - propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;

II - promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;

III - promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;

IV - acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;

V - coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

VI - apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e

VII - promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional – PCI das Unidades de Pesquisa.

Para a execução de suas atividades, a SCUP conta hoje com duas Coordenações-Gerais, a saber:

- a) Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP, cuja finalidade é acompanhar a execução das ações das Unidades de Pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual e negociar, pactuar, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas Unidades de Pesquisa com o Ministério; e
- b) Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais – CGOS, que tem por finalidade negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das Organizações Sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares.

A SCUP desenvolve, também, atividades de suporte técnico-administrativo de controle orçamentário-financeiro-contábil para as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais. Igualmente, provê atividades de apoio à infra-estrutura física das UP's, na forma de acompanhamento de projetos e fiscalização de novas obras e instalações, como também na manutenção e preservação dos edifícios existentes. Conta, igualmente, com uma assistência de apoio administrativo e logístico.

A atividade de acompanhamento e fiscalização das Organizações Sociais, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 9.637/98, é exercida pela SCUP com o auxílio de comissão de especialistas nomeada pelo Senhor Ministro, a quem compete analisar periodicamente os resultados dos Contratos de Gestão e, posteriormente, submeter relatórios semestrais de acompanhamento e anuais de avaliação (conclusivo) ao órgão supervisor (MCT/SCUP) para exame e manifestação final sobre o desempenho do instrumento contratual tendo por base as metas e indicadores, a sistemática de avaliação pactuados no Contrato de Gestão, apontando pela continuidade ou não da parceria.

2.2. Estratégia de atuação

A SCUP, as Unidades de Pesquisa e as Organizações Sociais sob sua supervisão têm uma atuação transversal, com atividades e responsabilidades em várias Linhas de Ação do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 (PACTI), com ênfase:

- I) na Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I (Infra-estrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica);
- II) na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas (Biotecnologia, Nanotecnologia, Tecnologias de Informação e Comunicação, Biocombustíveis, Biodiversidade e Recursos Naturais, Amazônia e Semi-Árido, Meteorologia e Mudanças Climáticas, Programa Espacial); e
- III) na Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Popularização de C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências).

No contexto dessas competências, as atividades da SCUP em geral se concentram em cinco grandes vertentes em relação às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais: apoio técnico à infra-estrutura básica; apoio administrativo e orçamentário-financeiro; apoio à gestão de recursos humanos; apoio à execução dos programas e projetos científicos e tecnológicos e acompanhamento e avaliação dos Termos de Compromisso de Gestão e dos Contratos de Gestão firmados, respectivamente, com as Unidades de Pesquisa de Administração Direta e com as Organizações Sociais, como a seguir enunciado:

2.2.1. Apoio técnico à infra-estrutura básica:

Esse apoio se dá através do acompanhamento de projetos, licitações e fiscalização de novas obras e instalações, como também na manutenção e recuperação dos edifícios e laboratórios existentes. Os recursos para execução dessas atividades provêm de duas fontes: Ação do PPA – Plano Plurianual – Recuperação da Infra-Estrutura Física nas Unidades de Pesquisa - nº 19.571.0461.12C9 e Ação Transversal dos Fundos Setoriais, cujas aplicações resultam de levantamentos periódicos realizados pela SCUP e das demandas contidas nos Planos Diretores de cada Unidade de Pesquisa e Organização Social.

Em 2008, o apoio foi traduzido em recuperações prediais, expansão predial e laboratorial substituição de elevadores, modernização da rede elétrica e lógica, aquisição de equipamentos para laboratórios, implantação de campus avançados, abrangendo o CBPF, CTI, INSA, Cetem, Ibict, INPA, INPE, INT, LNA, LNCC, MAST, MPEG e ON com recursos provenientes da Ação do PPA – R\$ 2.035.805,00 e Ação Transversal denominada Unidades de Pesquisa Científica e Tecnológica do MCT – R\$ 20.800.000,00 para 2008/2009.

2.2.2. Apoio administrativo e orçamentário-financeiro:

No que tange à execução orçamentário-financeira a SCUP terminou o ano com 60% de execução de seu limite orçamentário no valor de R\$ 15.197.520,00 (LOA 2008), ficando o restante inscrito em restos a pagar para 2009.

A equipe da SCUP também trabalhou em conjunto com a SEXEC e SPOA para ampliar os recursos orçamentários das ações finalísticas e de gestão administrativa de todas as UPs, para o exercício de 2008, solicitando na PLOA de 2008 um aumento em média de 10% em relação à LOA de 2007.

Para o PLOA 2008 foram apresentadas, sob coordenação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP, 15 (quinze) emendas parlamentares, dessas tendo sido aprovadas apenas uma (Modernização da Infra-estrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, para o estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas

Amazônicos frente às Mudanças Globais). Para o PPA 2008-2011 foram apresentadas 26 (vinte e seis) emendas, sendo acatada uma na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados (Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas).

No campo administrativo-financeiro, a SCUP descentralizou recursos das suas Ações específicas do PPA para apoio às Unidades de Pesquisa na participação em diversos eventos de caráter técnico-científico (feiras, *workshops*, conferências, congressos, reuniões especiais, exposições) e, em conjunto com a CGRH/SPOA do MCT, nos treinamentos de caráter administrativo (Seminário de abertura do exercício financeiro, encontro de RH Estratégico, Licitações e Contratos – Lei 8666/93, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direitos e Deveres do Servidor Público, Gestão Orçamentária e Financeira, Princípios Gerais e Aplicação da Lei de Inovação, Gestão de Convênios, Folha de Pagamento, cálculos de proventos de aposentadoria e pensões e apuração de tempo de serviço, Operacional de Pregão Eletrônico, Lei 8.112, redação de editais e contratos com vocabulário jurídico, V Encontro Nacional de Dirigentes e gestores públicos, contabilidade pública no SIAFI, Seminário sobre controle interno, Seminário de encerramento do exercício, dentre outros).

Para o acesso contínuo e universal pelo MCT e suas Unidades, ao conjunto de informações científicas e tecnológicas que integram as bases de dados disponibilizadas pelo portal eletrônico da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foram ainda descentralizados recursos orçamentário-financeiros no valor de R\$ 673 mil, e investidos R\$ 2,7 milhões da Ação de Gestão Integrada dos Acervos de Informação em Ciência e Tecnologia, constante do PPA 2004-2007, para a aquisição de títulos de periódicos e livros solicitados pelas UPs.

O Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCT - Sigtec, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas Renato Archer – CenPRA, atual Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, está apoiado na Ação PPA 7603, Programa 0473 - Gestão de Política de Ciência e Tecnologia.

O Sigtec tem como objetivo concentrar em um único sistema todas as atividades de gestão e de pesquisa científica e tecnológica no âmbito de cada Unidade de Pesquisa, racionalizando, dessa forma, a gestão e a aplicação de recursos orçamentários, financeiros e eventualmente de recursos humanos, evitando-se assim, superposição de atividades e oferecendo uma visão integrada do andamento e desempenho das Unidades.

O Sistema que promove a evolução e o aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas, estruturação e registro do acervo de conhecimentos produzidos nas Unidades de Pesquisa, está sendo operado na versão servidor/cliente em 11 (onze) Unidades: CTI, LNA, INPA, INT (incluindo o Cetene em Recife), MPEG, ON, MAST, LNCC, Cetem e INSA.

O ano de 2008 também foi dedicado à preparação da versão web do Sigtec, a qual está em fase de testes e correções.

2.2.3. Apoio à gestão de recursos humanos:

A gestão de recursos humanos, no que concerne às prerrogativas da SCUP, se dá tanto internamente na própria Subsecretaria como nas Unidades de Pesquisa.

No que tange à Subsecretaria s.s. a força de trabalho compreendia até o final de dezembro de 2008, um total de 30 pessoas, das quais, 04 servidores do MCT, 04 cedidos de outros órgãos, 02 temporários, 17 terceirizados, 03 estagiários. No final do ano, foi realizado o concurso público do

Ministério, que destinou 03 vagas aprovadas para a SCUP, as quais deverão se integrar à equipe até o final de março de 2009.

No intuito de agregar aquele pessoal e promover a necessária motivação dos mesmos para os trabalhos, foi realizada no segundo semestre um workshop constituído de quatro etapas, dirigido por empresa contratada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MCT. Isso veio dar um novo ânimo aos integrantes da Subsecretaria.

No caso das Unidades de Pesquisa, a SCUP atuou em três frentes maiores: no apoio à presença de servidores em eventos técnico-científicos e treinamentos administrativos e financeiros; na análise de processos de afastamento do País de servidores a serviço e para participação de eventos no exterior; e na análise de solicitações de bolsas do Programa de Capacitação Institucional – PCI.

Nos últimos 8 anos foram analisados aproximadamente 5.200 processos de viagens ao exterior de servidores com ônus e com ônus limitado, para todos os continentes, e em especial para os norte-americanos, europeu e asiático. Em 2008, foram 828 processos, dos quais 493 (60%) viagens com ônus (283 com recursos das próprias UPs e o restante com recursos do CNPq, FINEP e Capes), e 335 (40%) com ônus limitado (apoiadas pelas Fundações de Amparo à Pesquisa, como FAPESP, FAPERJ e outras instituições).

A maioria das viagens ficou concentrada nos Estados Unidos da América (153 das viagens, 18%), seguidos da China (10%), França (8%) e de 2 países sul-americanos: Argentina e Chile, representando no total dos dois juntos, 12% da soma das viagens. É importante realçar que a China aparece na segunda posição por força do cumprimento do acordo na área da engenharia espacial firmado entre o Brasil e aquele País, sendo o INPE o responsável pelo lado brasileiro na execução do programa.

2.2.4. Apoio à execução dos programas e projetos científicos e tecnológicos:

Esse apoio da SCUP às Unidades de Pesquisa da administração direta e às Organizações Sociais supervisionadas pelo MCT se dá em diversas vertentes, dentre as quais destacaram-se em 2008:

- I) compatibilização de linhas de atividades com o Plano de Ações em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 (PACTI);
- II) acompanhamento da execução dos Planejamentos Estratégicos (PE's) e respectivos Planos Diretores (PDU's);
- III) acompanhamento e avaliação dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG's) e Contratos de Gestão (CG's);
- IV) análise e preparação dos processos de bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI);
- V) consolidação e implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs);
- VI) encaminhamento de propostas de projetos e programas; organização de reuniões de Diretores e de Coordenadores das Unidades de Pesquisa;
- VII) projetos e ações de natureza especial;

VIII) interação inter-UP's/OS's e UPs/OS's/SCUP/outras Secretarias do MCT; e

IX) interação UPS/OS's/Institutos de Pesquisas de outros Ministérios.

A SCUP teve importante papel na elaboração de linhas de ação do Plano de Ação - PA/MCT, em especial as referentes à infra-estrutura das Unidades de Pesquisa, essencial para o avanço nacional em C,T&I, e àquelas voltadas para a Amazônia e o Semi-Árido brasileiros, com destaque para o INPA, MPEG e IDSM, no primeiro caso, e INSA e Cetene/INT no segundo.

2.2.4.1. Acompanhamento do Programa de Capacitação Institucional – PCI

O Programa de Capacitação Institucional – PCI, por sua vez, proporciona às Unidades de Pesquisa bolsistas em várias modalidades distribuídas em curta e longa duração, pagas pelo CNPq, através de repasse de recursos do MCT. Criado em 1996, constitui-se em um dos programas de fomento mais importantes do Ministério junto às suas instituições de pesquisa. Seus objetivos nesses treze anos de operação têm sido amplamente atingidos, através da integração de bolsistas graduados e pós-graduados e estudantes de cursos técnicos e universitários em projetos científicos e tecnológicos das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais envolvidas, proporcionando não só o seu treinamento para a vida profissional (no caso dos estudantes e recém-graduados) como uma enorme contribuição à realização das pesquisas científicas e tecnológicas. O orçamento do Programa para o período maio/2008 a abril/2009 foi de R\$ 16 milhões, tendo sido despendidos cerca de R\$ 9 milhões, tendo sido analisados 1 200 processos de bolsas de longa duração e 173 de curta duração, entre prorrogações e novas bolsas.

2.2.4.2. Acompanhamento do Programa de Inovação Tecnológica

A questão da inovação tem sido uma dos assuntos prioritários para o Ministério da Ciência e Tecnologia, envolvendo não só os incentivos às empresas e instituições de pesquisa externas, como as Unidades internas do MCT.

Nesse sentido, o Plano de Ação 2007-2010, prevê a implantação de cinco Núcleos de Inovação Tecnológica Regionais (NITs) nas Unidades de Pesquisa do Norte do País (INPA e MPEG) e da Região Sudeste (CBPF/Cetem/INT, LNCC, MAST, ON, no Rio de Janeiro, e CTI – Renato Archer/ INPE/LNA/ ABTLuS em São Paulo)) e uma no Nordeste (INSA/Cetene).

Em 2008, foram reforçadas as atuações nas Regiões Norte e Sudeste, com a realização de um grande *workshop* em Belém (A Lei da Inovação: Desafios e Oportunidades para as Unidades de Pesquisa do MCT), no primeiro semestre e apoio a diversas atividades nas UPs voltadas para a questão.

O *workshop*, realizado com recursos da Ação 4661 do PPA – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades de Ciência e Tecnologia, em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCT, foi motivado pela grande demanda no esclarecimento e interpretação de vários artigos da Lei de Inovação ((Lei Nº 10.973, de 02/12/2004) e teve a cooperação . Dele participaram representantes de várias instâncias de controle como a AGU, CGU, TCU, além da Assessoria Especial de Controle Interno e Consultoria Jurídica do MCT, Universidades com experiência em Núcleos de Inovação , Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, Fórum Nacional de Gestores de Inovação – Fortec, alunos, pesquisadores,

tecnologistas e representantes de todas as Unidades de Pesquisa do MCT e Organizações Tecnológicas supervisionadas pelo Ministério. Foram despendidos no evento cerca de R\$ 30.000,00.

Também em 2008, a SCUP empregou recursos da ordem R\$ 518.000,00, alocados na Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades de Ciência e Tecnologia nas seguintes Unidades de Pesquisa: CBPF, LNCC, INT, CTI, MPEG, INPA, ON e Cetem, para execução de diversas atividades de inovação, como redação de novos pedidos de patentes e registros de software, pagamento de depósitos de patentes no Brasil e no exterior, registros de marcas, consultoria especializada para adaptação de modelos de contratos, pesquisa sobre jurisprudência da real aplicação da Lei de Inovação, capacitação de pessoal, preparação de material de divulgação, elaboração de formulários eletrônicos, sistematização de processos de transferência de tecnologia e levantamentos de empresas brasileiras de base tecnológica, estudos de mercado e análises de viabilidades técnica e comercial de tecnologias passíveis de serem comercializadas, treinamento de equipes.

2.2.4.3. Acompanhamento do Processo de Expansão Regional

Consolidação do processo de expansão regional da pesquisa científica e tecnológica - Núcleos Regionais do INPA

A descentralização das instituições de pesquisas científicas e tecnológicas tem sido uma das metas perseguidas pelo MCT desde 2004, tendo se iniciado já em 2003 com a criação do INSA – Instituto Nacional do Semi-Árido, em Campina Grande, PB, seguida, em 2006, com a implantação do campus avançado do Cetem em Cachoeiro do Itapemirim e da Coordenação Regional do INT no Nordeste (Cetene – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste).

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, já havia implantado no passado núcleos regionais nos Estados da Amazônia, que durante anos sobreviveram precariamente, sem investimentos adequados. Ao longo dos anos essas unidades acabaram sendo desativadas e os pesquisadores do INPA ficaram nos Estados, alocados em Universidades Federais, porém sem atividades definidas.

Com o intuito de fortalecer o papel do INPA como instituição líder de C, T & I na Amazônia e consolidar o processo de expansão regional da pesquisa, além do distrito de Manaus, foram planejadas e realizadas em 2008, com recursos da SCUP, provenientes da Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa, as Oficinas de C, T & I em Rondônia, Acre e Roraima com o objetivo de identificar as demandas locais de pesquisas que possam ser atendidas pelo INPA e implementar ações conjuntas com atores estaduais, municipais e federais, tendo em vista um novo cenário social, econômico e ambiental. Em Porto Velho compareceram 44 representantes de instituições públicas e privadas que realizam pesquisa e desenvolvimento tecnológico; em Rio Branco, 34 participantes; e em Boa Vista, 50 representantes das entidades estaduais e federais.

Os trabalhos foram voltados para identificação das dificuldades de atuação do INPA nesses Estados, tanto na área regimental, como na financeira, infra-estrutura, pesquisa e recursos humanos. Foram, ainda, planejadas ações para 2009, com definição de responsabilidades prazos de execução e cronogramas de providências.

O total de recursos gastos nessa atividade foi R\$ 210.000,00.

2.2.5. Acompanhamento dos Contratos de Gestão Firmados com as Organizações Sociais:

2.2.5.1. Contexto Recente e Considerações Iniciais

Concebido como uma estratégia central do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Organização Social (OS) é um modelo de instituição com finalidade pública não-estatal, cujas atividades são de interesse público, porém não-exclusivas de Estado. As Organizações Sociais são regidas pela Lei 9.637, de 15/05/1998, sendo constituídas para atuar na execução de atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

A Organização Social é uma qualificação atribuída pelo poder executivo a entidades de direito privado, sem fins lucrativos (associações, fundações ou sociedades civis). Esta qualificação permite que a organização receba recursos públicos e administre serviços, instalações e equipamentos públicos, após ser firmado um Contrato de Gestão com o Poder Público, por intermédio do Órgão Supervisor (MCT), com objetivos e metas pré-estabelecidos.

A legislação relativa às Organizações Sociais introduz uma nova forma de relação entre o Poder Público e as entidades privadas sem fins lucrativos e constitui uma importante inovação administrativa, pois permite o fomento de atividades não exclusivas de Estado, para o desenvolvimento destas atividades. Pela sua natureza, as Organizações Sociais têm grande capacidade de articulação com a sociedade civil, elemento fundamental para o alcance dos objetivos das políticas públicas nas áreas de sua atuação, bem como permite maior agilidade e flexibilidade administrativa, em comparação com os órgãos públicos.

Como entidade de direito privado a OS não integra a administração pública, nem está necessariamente submetida às normas do direito público. O que vincula a OS ao Poder Público é o Contrato de Gestão e, portanto, suas responsabilidades estão definidas por este instrumento. Cabe ao Poder Público estabelecer condições que julgue necessárias para a celebração do Contrato de Gestão e a liberação de recursos.

As OS's facilitam o controle social, por meio da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos representativos da sociedade civil, ao mesmo tempo que favorecem seu financiamento via compra de serviços e doações por parte da sociedade. Não obstante, gozam de autonomia administrativa muito maior que aquela possível dentro da organização do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição e na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.

O modelo OS foi implantado no âmbito do Serviço Público Federal como parte da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995 e o MCT, pioneiro na sua implementação, mantém contratos de gestão com cinco Organizações Sociais atuantes em diversas áreas da Ciência e Tecnologia, a saber:

- **Associação Brasileira de Luz Síncrotron – ABTLuS:** qualificada por meio do Decreto 2.405, de 26/11/1997. Assinou Contrato de Gestão com o MCT em 29/01/1998 por um período de cinco anos (1998-2003). Em 2002 foi antecipada a renovação do Contrato para o período de mais quatro anos. Após oito anos de vigência do atual Contrato de Gestão, o MCT renovou, em 25/01/2006, a parceria com a ABTLuS por um período de mais quatro anos (2006-2009).
- **Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA–OS:** qualificada por meio do Decreto 3605, de 20/09/2000, assinou Contrato de Gestão com o MCT em

23/01/2001 por um período de cinco anos (2001-2006). Em 19/01/2006 foi renovado o Contrato por um período de mais quatro anos (2006-2009).

- **Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM:** qualificada por meio do Decreto de 04/05/1999, assinou Contrato de Gestão com o MCT em 23/03/01 por um período de cinco anos (2001-2006). Em 13/03/2006 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2006-2009).
- **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP-OS:** qualificada por meio do Decreto 4077, de 09/01/2001, assinou Contrato de Gestão com o MCT em 26/03/2002 por um período de cinco anos (2002-2007). Em 16/01/2007 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2007-2010).
- **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE:** qualificada por meio do Decreto 4078, de 09/01/2002, assinou Contrato de Gestão com o MCT em 16/04/2002 por um período de cinco anos (2002-2007). Em 15/12/2006 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2007-2010).

2.2.5.2. Execução e Fiscalização dos Contratos de Gestão

Conforme previsto no art. 8º da Lei 9.637, de 15/05/1998, a execução dos Contratos de Gestão celebrados com as Organizações Sociais é fiscalizada pelo MCT com o apoio de Comissões de Acompanhamento e Avaliação indicadas pelo Sr. Ministro. As Comissões são compostas por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, que analisam periodicamente os resultados atingidos com a execução dos Contratos baseando-se na Sistemática de Avaliação pactuada no mesmo instrumento.

O processo de fiscalização e supervisão dos Contratos de Gestão tem merecido reflexão por parte do MCT - órgão supervisor - no sentido da melhoria contínua, em que pese os resultados obtidos desde a celebração dos cinco Contratos vigentes terem obtido conceito excelente por parte da instância competente.

Tais resultados refletem diretamente na qualidade da prestação dos serviços ofertados à sociedade, o que aponta para a decisão acertada da implantação do modelo, devendo, como todo processo, ser objeto de aprimoramentos constantes.

2.2.5.3. Destaques de Natureza Administrativo-Financeira

Em 2008, foram celebrados, Termos Aditivos aos Contratos de Gestão da ABTLuS, do CGEE, do IDSM, do IMPA-OS e da RNP-OS, totalizando um repasse financeiro de R\$ 65.870.000,00 (sessenta e cinco milhões e oitocentos e setenta mil reais) por conta das Ações específicas das OS's na Lei Orçamentária Anual – LOA, Unidade Orçamentária MCT. Se considerados, no entanto, os recursos também repassados por outras Secretarias do MCT, Ministério da Educação/Capes e FNDCT/Finep, o total repassado atingiu o montante de R\$ 210.232.422,30 (duzentos e dez milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

2.2.6. Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) firmados com as Unidades de Pesquisas (UPs):

Os Termos de Compromisso de Gestão – TCGs, introduzidos em 2002, são o primeiro instrumento gerencial sistematizado das Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCT, e, à semelhança dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, constituem-se em compromissos assumidos anualmente pelos Diretores das UPs com o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Secretário –Executivo do MCT e o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, mediante a pactuação de metas definidas nos respectivos Planos Diretores e Quadro de Metas especiais, com base em indicadores também específicos.

Como compromissos de gestão, esses Termos apresentam premissas de ambas as partes – MCT e Unidade de Pesquisa – e sua execução é acompanhada ao fim do primeiro semestre e seu desempenho é avaliado ao final do segundo semestre, em discussões *in loco*, com a direção e equipe gerencial de cada Unidade, quando o instituo recebe um conceito e uma nota, mediante critérios pré-determinados. Os resultados obtidos por cada UP são sistematizados também e colocados na página do Ministério na *internet*, à disposição do público.

A cada ano, as Unidades de Pesquisa vêm aprimorando o seu desempenho, não tendo sido diferente em 2008, com destaque para o Cetem, ON, CBPF, MPEG, INT, INPE, MAST e CTI - Renato Archer, que obtiveram conceitos entre “Bom” e “Muito Bom”.

Em 2008, a SCUP descentralizou recursos das suas Ações específicas do PPA para apoio às Unidades de Pesquisa na participação em diversos eventos de caráter técnico–científico (feiras, *workshops*, conferências, congressos, reuniões especiais, exposições) e, em conjunto com a CGRH/SPOA do MCT, nos treinamentos de caráter administrativo (processo administrativo disciplinar, administração orçamentária e financeira, treinamento no Portal da Capes, serviço social e seguridade, pregão eletrônico e presencial, avaliação da execução orçamentária e financeira, recursos humanos, gestão de almoxarifado e patrimônio, encerramento do exercício financeiro, entre outros). Para o acesso contínuo e universal pelo MCT e suas Unidades, ao conjunto de informações científicas e tecnológicas que integram as bases de dados disponibilizadas pelo portal eletrônico da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, foram ainda descentralizados recursos orçamentário–financeiros no valor de R\$ 660 mil, e investidos R\$ 3,8 milhões da Ação de Gestão Integrada dos Acervos de Informação em Ciência e Tecnologia, constante do PPA 2004-2007, para a aquisição de títulos de periódicos e livros solicitados pelas UPs. Também foram destacados R\$ 1.800.000 (hum milhão e oitocentos mil reais) para a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no intuito de dar continuidade à primeira fase de implementação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, apoiando o custeio de bolsas.

2.3. Programas

A SCUP, no exercício de 2008, foi responsável pela gestão de 12 (doze) ações, relacionadas a três programas, incluindo 5 (cinco) ações relacionadas aos Contratos de Gestão celebrados entre o MCT com as Organizações Sociais: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLuS (com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada –IMPA-OS;

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM; Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP-OS, e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE (com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP).

2.3.1. Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Gerente: Secretário Executivo

Gerente Executivo: Carlos Oiti Berbert

Indicadores:

- ✓ Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa Concedido pelo CNPq
- ✓ Índice de Produtividade Científica e Tecnológica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT
- ✓ Número de Instituições de Ensino e Pesquisa Qualificadas como Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
- ✓ Número-Índice de Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI

Público Alvo: Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

2.3.1.1. Principais ações do programa 0461:

Gestão das ações das Unidades de Pesquisa:

2.3.1.1.1. Ação 6780 – Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica

Tipo: Atividade

Finalidade: Dotar as Unidades de Pesquisa - UP's de base bibliográfica fundamental para sua atividade fim, que é a execução dos trabalhos científicos e dos projetos tecnológicos, de acordo com seu regimento interno, o planejamento estratégico e os Termos de Compromisso de Gestão firmados anualmente, oferecendo subsídios para consultas bibliográficas durante o desenvolvimento de pesquisas.

Tem por descrição a reposição e manutenção atualizada do acervo de periódicos e livros presentes nas bibliotecas das Unidades de Pesquisa - UPs.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oiti Berbert

Tabela 1 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Título mantido		Produto: Título mantido			
3.000	3.420.000,00	2.700	2.325.241,00	90%	68%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Foram descentralizados recursos para a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, objetivando o acesso contínuo e universal pelo MCT, ao conjunto de informações científicas e tecnológicas, permanentemente atualizadas, que integram as bases de

dados disponibilizadas pelo portal eletrônico da CAPES, bem como, foram descentralizados recursos as Unidades de Pesquisa: CBPF, CTI, CETEM, IBICT, INPA, INPE, INT, LNCC, MAST, MPEG e ON, objetivando dar andamento ao processo licitatório, referente a aquisição de periódicos - gestão integrada dos acervos de informação científica e tecnológica.

2.3.1.1.2. Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas

Tipo: Atividade

Finalidade: Fortalecer a capacidade de pesquisa instalada no País em áreas novas e/ou estratégicas, nos institutos vinculados ao MCT. Foram descentralizados recursos objetivando atender as necessidades de dar andamento aos projetos em desenvolvimento e indução de novos projetos de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCT; a melhoria da infra-estrutura laboratorial; a contratação de estudos e consultorias; a divulgação de informações, organização de seminários e outros eventos, bem como a projeção de novas linhas de pesquisas.

Descrição: Apoio a projetos em desenvolvimento e indução de novos projetos de pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCT; melhoria da infra-estrutura laboratorial; contratação de estudos e consultorias; divulgação de informações, organização de seminários e outros eventos, bem como a projeção de novas linhas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Tabela 2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Projeto Apoiado	Financeira	Física Produto: Projeto Apoiado	Financeira	Física	Financeira
27	6.900.360,00	26	5.908.241,00	97%	86%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Foram descentralizados recursos às Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT, de acordo com o Termo de Descentralização de Recursos e Plano de Trabalho, objetivando apoiar diversas atividades: manutenção de consultório odontológico, apoio no pagamento das despesas básicas de manutenção, apoio ao ICRA – Cosmologia, astrofísica e afins do CBPF, apoio as atividades de gestão da inovação tecnológica, apoio na aquisição de equipamentos laboratoriais, apoio na instalação do *Campus* Avançado do CETEM em Criciúma/SC, criação dos Núcleos Regionais no Acre, Rondônia e Roraima – pelo INPA, reformas nos prédios do INPE, renovação das frotas de veículos, apoio nos eventos do IDSMM – Mamirauá, apoio nas atividades de divulgação científica, tecnológica e popularização da ciência.

2.3.1.1.3. Ação 12C9 – Recuperação da Infra-Estrutura Física das Unidades de Pesquisa

Tipo: Projeto

Finalidade: A ação tem por finalidade promover a recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) das Unidades de Pesquisa do MCT, visando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas. As etapas a serem cumpridas incluem:

- 1- Projetos de execução, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, tendo como resultado: Projetos Elaborados(para cada Unidade);
- 2- Execução de serviços: Licitação e execução de obras e serviços, conforme objeto de contrato firmado entre a Unidade de Pesquisa e a empresa vencedora do processo licitatório, tendo como resultado: Serviços Executados (para cada Unidade);

- 3- Conclusão da execução das obras e serviços com os "Termos de Aceite" emitidos pelas Unidades de Pesquisa, tendo como resultado: Serviços recebidos e aceitos (para cada Unidade).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Tabela 3 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Unidade Recuperada		Produto: Unidade Recuperada			
6	2.035.805,00	5	1.844.958,00	97%	91%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Os recursos foram descentralizados ao CETEM, MPEG, INT, CBPF, MAST e ON. Por se tratarem, boa parte, de recursos para reformas prediais e laboratoriais, os projetos executivos tiveram que ser reformulados e concluídos para de adaptarem aos recursos que foram aprovados no orçamento de 2008.

Durante a fase de licitação, todas as UP's, sem exceção, tiveram dificuldades junto aos Núcleos da Advocacia Geral da União, o que resultou em atrasos significativos nas contratações, fato que ocorreu somente no final de dezembro, gerando um montante significativo dos empenhos inscritos em Restos a Pagar. Como consequência algumas UP's tiveram um resíduo dos recursos repassados e não tiveram tempo hábil de aplicação em objetivos compatíveis coma a ação.

No caso do CETEM, os recursos repassados que seriam utilizados na aquisição de equipamentos laboratoriais, não foram utilizados na sua totalidade, devido a crise do dólar, o que significou impossibilidade de importação dos equipamentos.

Dessa forma, tivemos como resultado a não utilização de R\$ 190.847,00 na referida ação.

2.3.1.1.4. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tipo: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem, no âmbito do MCT e conforme consta do SIG/MCT: serviços administrativos; pessoal (terceirizados, estagiários); manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Luiz Fernando Schettino

Tabela 4 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: não existe		Produto: não existe			
-	1.000.000,00	-	853.786,00	-	86%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

A execução da referida ação ficou sob a responsabilidade da SPOA/MCT no empenho, liquidação e pagamento das despesas básicas de manutenção, gestão e administração do programa: serviços administrativos; pessoal (terceirizados, estagiários); tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas de C&T e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

2.3.1.1.5. Ação 6190 – Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa

Tipo: Atividade

Finalidade: Promover a difusão do conhecimento em ciência e tecnologia, em todas as fases da educação do cidadão, com a finalidade de divulgar as pesquisas desenvolvidas e as novas tecnologias e produtos gerados. A descrição da ação refere-se ao planejamento e desenvolvimento de estratégias de difusão de forma integrada às áreas de pesquisa e desenvolvimento. Proposição e atualização de ação institucional para difusão de conhecimentos em ciência e tecnologia. Incentivo à introdução de conhecimento e tecnologias no currículo regular dos níveis formais da educação. Incentivo à promoção e apoio à geração de material didático, em todos os setores da sociedade, relacionados à difusão de conhecimentos em C&T. Busca de parcerias e cooperação com universidades, instituições públicas e privadas e agências espaciais para o desenvolvimento de atividades de difusão de conhecimento. Promoção e apoio às sociedades científicas e fóruns nacionais e internacionais na disseminação de conhecimento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oiti Berbert

Tabela 5 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Evento Realizado		Produto: Evento Realizado			
2	141.000,00	2	140.417,00	100%	99%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

A execução da referida ação ficou sob responsabilidade da SPOA/MCT no empenho, liquidação e pagamento referente a: impressão de folders e banners; impressão de material divulgação da SCUP e Unidades de Pesquisa; apoio a parte de eventos do IDSM – Mamirauá; apoio na promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas de C&T; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Gestão das ações das Organizações Sociais - OS

2.3.1.1.6. Ação 4188 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM

Tipo: Atividade

Finalidade: Apoiar o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais na Amazônia.

Tendo como descrição o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social IDSM

Tabela 6 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Artigo Publicado		Produto: Artigo Publicado			
55	6.750.000,00	55	6.750.000,00	100%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Em 2008, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM – Organização Social supervisionada pelo MCT, cumpriu 100% da meta física programada na avaliação do SIG-MCT – Ação 4188 - Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 55 Artigos Publicados.

A meta estabelecida para 2008 foi de 55 publicações científicas, constituídas por artigos, capítulos de livros e livros publicados após análise pelos pares e com registro oficial. 53% (29) das publicações foram realizadas por pesquisadores internos como primeiro autor ou em co-autoria.

Importa esclarecer, que as informações constantes do SIGMCT/SIGPLAN, relativamente ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, considerando a Recomendação/Constatação da CGU sobre o Produto “Artigo Publicado”, ainda permanecem as mesmas de 2008, em virtude da rigidez dos Sistemas quanto ao momento de se processar alterações. Foram retomadas as tratativas junto à ASCAV/MCT e Comissão de Avaliação visando ajustar a informação, o que deverá ocorrer a partir de abril de 2009.

No que tange aos recursos financeiros o MCT, repassou ao IDSM, em 2008, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, o montante de R\$ 7.150.000,00, sendo R\$ 6.750.000,00 (seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), previsto na Ação 4188 e R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) procedentes das Ações 4661 (Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas) e 6190 (Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades Científicas e Tecnológicas, destinados ao fomento e execução de

atividades de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e extensão na área de proteção ambiental com manejo participativo, conforme demonstrativo abaixo:



Demonstrativo da Execução Financeira
Desembolso por OS

Exercício: 2008
Base: 08-JAN-2009
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
UG Executora 240101 COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

CGC	Projeto/Atividade	Item de Informação		
		Empenhos Emitidos	Valores Pagos	Restos a Pagar
03.119.820.0001/95	IDS 4188 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FLORESTAS ALAGADAS DA AMAZONIA	6.750.000,00	6.750.000,00	0,00
	4661 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS LINHAS DE PESQUISA NAS UNIDADES CIE	364.560,00	364.560,00	0,00
	6190 DIFUSAO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS NAS UNID	35.440,00	35.440,00	0,00
TOTAL		7.150.000,00	7.150.000,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial do IDSM, encerrado em 31 de dezembro de 2008, constante do Relatório de Gestão 2008, evidencia um Patrimônio Social Líquido de R\$ 6.022.307,08.

Desse montante, excluindo o valor de R\$ 2.485.962,93, correspondente ao Ativo Permanente (Não-Circulante) e R\$ 195.770,29 referente ao Ativo Compensado (Bens de Terceiros), resulta um saldo efetivo disponível de R\$ 4.630.555,18, incluindo Contas a Receber no valor de R\$ 37.162,00, para fins de programação inicial do conjunto das atividades do IDSM no exercício de 2009.

Demonstrativo das Receitas e dos Dispêndios – Contrato de Gestão 2008

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
Receitas	<u>7.410.231,86</u>
- Contrato de Gestão	7.150.000,00
- Outras (Receitas Financeiras)	260.231,86
Dispêndios	<u>6.421.573,16</u>
- Pessoal e Encargos	3.677.592,02
- Outros	2.743.981,14

Fonte: Relatório de Gestão 2008 – IDSM

Em conformidade com o que determina o Contrato de Gestão, o IDSM procedeu à aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis, tendo auferido rendimentos no valor de R\$ 260.231,86.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do IDSM, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R\$ 3.677.592,02, correspondente à 51,4% do total dos recursos financeiros repassados em 2008, mantendo-se dentro do limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão.

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, nomeada pela Portaria MCT nº 135, de 06/03/2009, reuniu-se nos dias 11,12 e 13 de março de 2009 para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2008, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual.

Após a análise do Relatório Anual de 2008, a CAA verificou que todos os indicadores tiveram suas metas atingidas e, de acordo com a Sistemática de Avaliação estabelecida no Anexo V do Contrato de Gestão, a Comissão entende que o Instituto atingiu plenamente as metas compromissadas, conforme critérios de avaliação pactuados no Contrato de Gestão, atribuindo-lhe pontuação global de 10 (dez) pontos.

COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS EM 2008

Indicador	Peso	Pactuado para 2008	Realizado	Status da Meta	Nota do Indicador	Pontuação
1	3	105	105	Cumprida	10	30
2	2	125	127	Superada em 1,6%	10	20
3	3	120*	270	Superada em 125%	10	30
4	3	39	40	Superada em 2,56%	10	30
5	3	55	56	Superada em 1,82%	10	30
6	3	60	60	Cumprida	10	30
7	3	55	55	Cumprida	10	30
8	2	0,50	0,74	Superada em 47,20%	10	20
9	3	6	12	Superada em 100%	10	30
Indicador	Peso	Pactuado para 2008	Realizado	Status da Meta	Nota do Indicador	Pontuação
10	1	20	15,76	Cumprida	10	20
11	1	30	33,67	Superada em 12,23%	10	30
12	2	40	41,57	Superada em 3,93%	10	20
Total	29					290
Pontuação Global						10

*Alterado conforme correspondência enviada pelo IDSM à SCUP/MCT, em 21 de outubro de 2008, que informa a alteração da meta original de 102 eventos para 120, em função do 16º Termo Aditivo.

2.3.1.1.7. Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA

Tipo: Atividade

Finalidade: A finalidade da ação é realizar pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de matemática.

Tem como descrição a promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social IMPA

Resultados: Em 2007, a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA-OS – Organização Social supervisionada pelo MCT -, alcançou a meta programada na avaliação do SIG-MCT – Ação 4122, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP. Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IMPA-OS, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, (nomeada pela Portaria MCT no. 234, de 13/04/2007) reuniu-se nos dias 03 e 04 de março para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2007, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual. Informações acerca da avaliação estão sendo apresentadas como anexo deste Relatório.

Tabela 7 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Artigo Publicado		Produto: Artigo Publicado			
118	9.300.000,00	124	9.300.000,00	106%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Em 2008, a Associação Instituto Nacional de Matemática Aplicada – IMPA-OS, Organização Social supervisionada pelo MCT, superou em 5% a meta física programada na avaliação do SIG-MCT – Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 124 Artigos Publicados.

No que tange aos recursos financeiros repassados pelo MCT, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, o IMPA-OS recebeu, em 2008, o montante de R\$ 36.630.000,00 (trinta e seis milhões seiscentos e trinta mil reais) e, em 2009, a parcela inscrita em Restos a Pagar no valor de R\$ 1.264.000,00 (hum milhão duzentos e sessenta e quatro mil reais), totalizando R\$ R\$ 37.894.000,00 (trinta e sete milhões oitocentos e noventa e quatro mil reais).

Desse montante, R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais) foram repassados à conta da Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e R\$ 28.594.000,00 das ações 2B08 – Realização de Olimpíadas em Ciências; 4019 – Fomento a Pós-Graduação e 8870 – Olimpíadas Escolares, provenientes do Ministério da Educação – MEC, visando à realização da Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas - OBMEP/2008 e a premiação dos alunos da OBMEP/2007, conforme demonstrativo a seguir:

Tipo de Valor Saldo Atual
 Mês de Referência DEZEMBRO
 UG Executora 240101 COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

CGC	Projeto/Atividade	Item de Informação		
		Empenhos Emitidos	Valores Pagos	Restos a Pagar
03.447.568.0001/43	IMPA 2B08 REALIZACAO DE OLIMPIADAS EM CIENCIAS	12.330.000,00	12.330.000,00	0,00
	4019 FOMENTO A POS-GRADUACAO	1.264.000,00	0,00	1.264.000,00
	4122 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ASSOCIACAO INSTITUTO DE MATEMA	9.300.000,00	9.300.000,00	0,00
	8870 OLIMPIADAS ESCOLARES	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
TOTAL		37.894.000,00	36.630.000,00	1.264.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial do IMPA-OS, encerrado em 31 de dezembro de 2008, devidamente analisado pela CONSULCAMP Auditoria e Assessoria Ltda, Auditoria Independente, Parecer de 06 de março de 2009, evidencia um Patrimônio Social Líquido de R\$ 51.097.345,36.

Desse montante, excluindo o valor de R\$ 13.928.802,80, correspondente ao Ativo Permanente (Não-Circulante, resulta um saldo efetivo disponível de R\$ 37.168.542,56, para fins de programação inicial do conjunto das atividades do IMPA-OS no exercício de 2009.

Demonstrativo das Receitas e dos Dispêndios – Contrato de Gestão 2008

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
Receitas	<u>40.780.475,52</u>
- Contrato de Gestão	38.501.600,00
- Outras (Receitas Financeiras)	2.278.875,52
Dispêndios	<u>33.135.886,96</u>
- Pessoal e Encargos	4.312.261,45
- Outros	28.823.625,51

Fonte: IMPA

Em conformidade com o que determina o Contrato de Gestão, o IMPA-OS procedeu à aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis do Contrato de Gestão, tendo auferido rendimentos no valor de R\$ 2.278.875,52.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do IMPA-OS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R\$ 4.312.261,45, correspondente à 11,4% do total dos recursos financeiros repassados em 2008, mantendo-se dentro do limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão.

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IMPA-OS, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, nomeada pela Portaria MCT nº 133, de 06/03/2009, reuniu-se nos dias 26 e 27 de março de 2009 para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2008, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual.

Após a análise do Relatório Anual de 2008, a CAA verificou que dos 18 Indicadores, apenas o indicador 14 – Número de livros e assinaturas de revistas incorporadas ao acervo bibliográfico do IMPA não teve sua meta atingida em 100%, sendo o resultado de 97% do pactuado. Por outro lado, alguns indicadores superaram a meta em mais de 20%.

Conclui-se que, conforme sistemática de avaliação pactuada no Contrato de Gestão, o IMPA obteve a nota máxima em todos os indicadores, alcançando 10 pontos na pontuação global, com pleno alcance das metas compromissadas.

COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS PARA 2008

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	Grau de Alcance em 2008	Nota	Total de Pontos
Macroprocesso Pesquisa						
1. Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas	10	57	80	140%	10	100
2. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas	8	115	140	122%	10	80
3. Proporção de Pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq	7	80	92	115%	10	70
Macroprocesso Intercâmbio Científico						
4. Número de visitas mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros	5	230	244	106%	10	50
5. Número de visitas-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado	4	150	229	153%	10	40
6. Número de reuniões científicas do IMPA	7	10	12	120%	10	70
Macroprocesso Ensino						
7. Índice de sucesso do doutorado – programa de 4 anos	8	85	86	101%	10	80
8. Índice de sucesso do mestrado – programa de 2 anos	6	85	86	101%	10	60
9. Número de doutores formados anualmente (média últimos 3 anos)	8	12	15	125%	10	80
10. Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado anos ímpares)	3	-	-			
Macroprocesso Desenvolvimento Tecnológico						
11. Número de protótipos e softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões)3,5	3,5	8	9	113%	10	35
12. Número de publicações técnico-científicas e/ou patentes resultantes de Projetos	3,5	6	7	117%	10	35
Macroprocesso Informação Científica						
13. Número de títulos publicados (graduação e pósgraduação)	4	18	18	100%	10	40
14. Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA	2	1.000	965	97%	10	20
15. Número de livros emprestados	1,5	12.300	13.278	108%	10	15
16. Número de consultas à revistas eletrônicas	1,5	8.000	8.291	104%	10	15
Macroprocesso Desenvolvimento Institucional						
17. Nota da CAPS (avaliação a cada três anos)	10	7	7	100%	10	100
18. Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes e aprovados por concorrência ou mérito	5	20	23	115%	10	50
Total	94					940
Pontuação Global						10

2.3.1.1.8. Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Tipo: Atividade

Finalidade: A ação tem por finalidade assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.

Tem como descrição o desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social RNP

Tabela 8 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Serviço Implantado		Produto: Serviço Implantado			
4	13.500.000,00	4	13.500.000,00	100%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Em 2008, a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP-OS, Organização Social supervisionada pelo MCT, cumpriu 100% da meta física programada na avaliação do SIG-MCT – Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 4 Serviços de Rede Implantados.

A meta física estabelecida para 2008 foi de 4 serviços implantados, mais especificamente protocolos, serviços e aplicações de redes IP (Protocolo Internet).

No que tange aos recursos financeiros repassados pelo MCT, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, a RNP-OS recebeu, em 2008, o montante de R\$ 83.358.422,00 (oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e vinte e dois reais) e, em 2009, a parcela inscrita em Restos a Pagar no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), totalizando R\$ R\$ 91.358.422,00 (noventa e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e vinte dois reais).

Desse montante, R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) foram repassados à conta da Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP; R\$ 11.300.000,00 (onze milhões e trezentos mil reais) da Ação 4172 –

Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. As ações 8551 – Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais, 6372 – Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação para a Educação e 4019 – Fomento a Pós-Graduação, provenientes do Ministério da Educação – MEC, somam o montante de R\$ 16.558.422,30 (dezesesseis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta centavos). Os restantes R\$ 49.999.999,70 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e 70 centavos) das ações; 2113 – Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica (CT-Verde e Amarelo); 4019 – Fomento a Pós-Graduação; 6214 – Fomento a Pesquisa, ao Desenvolvimento e a Inovação Tecnológica; 7N34 – Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas Estratégicas; destacados pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP ao MCT, visando atender projetos previstos no PAC C, T & I 2007-2010, por meio de ações transversais dos Fundos Setoriais, conforme demonstrativo a seguir:



Demonstrativo da Execução Financeira
Desembolso por OS

Exercício: 2008
Base: 08-JAN-2009
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
UG Executora 240101 COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

CGC	Projeto/Atividade	Item de Informação		
		Empenhos Emitidos	Valores Pagos	Restos a Pagar
03.508.097.0001/36	RNP 2113 FOMENTO A PESQUISA EA INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE AMAREL	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
	4019 FOMENTO A POS-GRADUACAO	3.558.422,30	3.558.422,30	0,00
	4172 SERVICOS DE COMUNICACAO DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUIS	11.300.000,00	11.300.000,00	0,00
	4655 OPERACAO E DESENVOLVIMENTO DA INTERNET NA ASSOCIACAO REDE NA	13.500.000,00	13.500.000,00	0,00
	6214 FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLOG	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
	6372 INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO PARA A EDUCACAO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
	7N34 PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E AR	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
	8551 COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAI	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
TOTAL		91.358.422,30	83.358.422,30	8.000.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial da RNP-OS, encerrado em 31 de dezembro de 2008, devidamente analisado pela BDO Trevisan, Auditoria Independente, Parecer de 20 de fevereiro de 2009, constante do Relatório de Gestão 2008, evidencia um Patrimônio Social Líquido de R\$ 58.034.373,00.

Desse montante, excluindo o valor de R\$ 20.793.431,00, correspondente ao Ativo Permanente (Não-Circulante), resulta um saldo efetivo disponível de R\$ 37.240.942,00, para fins de programação inicial do conjunto das atividades da RNP-OS no exercício de 2009.

Demonstrativo das Receitas e dos Dispêndios – Contrato de Gestão 2008

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$ 1.000,00)
Receitas	<u>126.794</u>
- Repasses em 2008	83.358
- Saldos de 2007	39.830
- Outras (Receitas Financeiras)	3.606
Dispêndios	<u>43.935</u>
- Pessoal e Encargos	8.083
- Outros	35.852

Fonte: Relatório de Gestão 2008 – RNP-OS

Em conformidade com o que determina o Contrato de Gestão, a RNP-OS procedeu à aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis do Contrato de Gestão, tendo auferido rendimentos no valor de R\$ 3.606 mil.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades da RNP-OS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R\$ 8.083 mil, correspondente à 9,7% do total dos recursos públicos financeiros repassados em 2008, mantendo-se dentro do limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão, *in verbis*:

“CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS HUMANOS
A OS poderá gastar até 60% (sessenta por cento) dos recursos públicos financeiros a ela repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados.”

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e a RNP-OS, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, nomeada pela Portaria MCT nº 132, de 06/03/2009, reuniu-se nos dias 18 à 20 de março de 2009 para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2008, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual.

Após a análise do Relatório Anual de 2008, a CAA verificou como demonstra o quadro de indicadores, metas e resultados, que a RNP-OS superou as metas estabelecidas para 5 dos 12 indicadores pactuados no Contrato de Gestão, sendo que o indicador 9 não foi considerado na avaliação, conforme observações constantes do item 4 deste documento. Apenas a meta do indicador 7 não foi atingida. Assim, de acordo com a sistemática de avaliação que integra o Contrato de Gestão, a RNP-OS obteve pontuação global de 10,0.

COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS PARA 2008

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	Grau de Alcance (%)	Nota	Total de Pontos
1	3	27	27	100%	10	30
2	2	3	3	100%	10	20
3	2,5	100%	100%	100%	10	25
4	1,5	1	1	100%	10	15
5	3	97	107,3	111%	10	30
6	3	99,70%	99,76%	100%	10	30
7	-	50%	18%	36%	-	-
8	1	4	5	125%	10	10
9	0	183	165	-	-	-
10	3,5	60	75,52	126%	10	35
11	3	15.000	21.000	140%	10	30
12	1	16	21	131%	10	10
Totais	23,5					235
Pontuação global						10,0

1. Indicador número 7 foi expurgado considerando as razões apresentadas na sequência.

2. Indicador número 9 não é considerado pela CAA para efeito da avaliação

2.3.1.1.9. Ação 4192 – Pesquisa , Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron – ABTLuS

Tipo: Atividade

Finalidade: Pesquisar, desenvolver e aplicar a fonte de Luz Síncrotron, por meio da manutenção do serviço de fonte de luz síncrotron e suas 12 estações experimentais, além dos laboratórios de microscopia eletrônica, da varredura, de biologia estrutural, de microfabricação e de ciências dos materiais. Apoio a usuários de sua infra-estrutura; desenvolvimento de tecnologia de aceleradores para a geração de luz síncrotron e a instrumentação científica necessária para o seu uso; realização de projetos de pesquisa; desenvolvimento de programas regulares de capacitação de recursos humanos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social LNLS

Tabela 9 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Pesquisa Realizada		Produto: Pesquisa Realizada			
662	19.755.000,00	655	19.755.000,00	99%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Em 2008, a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLuS, Organização Social supervisionada pelo MCT, cumpriu 98,9% da meta física programada na avaliação do SIG-

MCT – Ação 4192 – Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron – ABTLuS, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 655 Pesquisas.

No que tange aos recursos financeiros repassados pelo MCT, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, a ABTLuS recebeu, em 2008, o montante de R\$ 50.930.000,00 (cinquenta milhões novecentos e trinta mil reais), sendo R\$ 19.755.000,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e cinco reais), previstos na Ação 4192 e R\$ 31.175.000,00 (trinta e milhões, cento e setenta e cinco mil reais) procedentes das Ações 10ZS – Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol – CNT; 2113 – Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica (CT-Verde e Amarelo); 2997 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde; 4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia; 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio; 6225 - Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento; e 7N34 – Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Ar, conforme demonstrativo a seguir:



Demonstrativo da Execução Financeira
Desembolso por OS

Exercício: 2008
Base: 08-JAN-2009
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
UG Executora 240101 COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

CGC	Projeto/Atividade	Item de Informação		
		Empenhos Emitidos	Valores Pagos	Restos a Pagar
01.576.817.0001/75	ABTLuS 10ZS IMPLANTACAO DO CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO ETANOL - CNT	975 000,00	975 000,00	0,00
	2113 FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLOGICA (CT-VERDE A MAREL	2 200 000,00	2 200 000,00	0,00
	2997 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	3 000 000,00	3 000 000,00	0,00
	4031 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00
	4043 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO	5 000 000,00	5 000 000,00	0,00
	4192 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DA LUZ SINCROTRON E OU	19 755 000,00	19 755 000,00	0,00
	6225 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E DESENVOLVIME	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00
	7N34 PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E AR	17 000 000,00	17 000 000,00	0,00
TOTAL		50.930.000,00	50.930.000,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial da ABTLuS, encerrado em 31 de dezembro de 2008, devidamente analisado pela BDO Trevisan Auditores Independentes, Parecer de 24 de janeiro de 2009, evidencia um Patrimônio Social Líquido de R\$ 72.913 mil.

Desse montante, excluindo o valor de R\$ 42.768 mil, correspondente ao Ativo Permanente (Não-Circulante) resulta um saldo efetivo disponível de R\$ 30.145 mil, para fins de programação inicial do conjunto das atividades da ABTLuS no exercício de 2009, considerando que os Adiantamentos de Convênios no valor de R\$ 13.618 mil, os Saldos destinados ao CTBE no valor de R\$ 30.389 e os Saldos dos Recursos destinados ao LNLS-2, foram ajustados para a conta Outras Obrigações no Passivo Circulante, conforme Notas Explicativas nº 10 e 11 das Demonstrações Financeiras da ABTLuS.

Demonstrativo das Receitas e dos Dispendios – Contrato de Gestão 2008

DISCRIMINAÇÃO	LNLS	CTBE	ABTLuS
Receitas			<u>32.687.473</u>
- Contrato de Gestão	27.955.000	1.423.417	29.378.417
- Outras (Receitas Financeiras)	1.496.800	1.812.256	3.309.056
Dispendios			<u>34.366.440</u>
- Pessoal e Encargos	14.968.872	763.956	15.732.828
- Investimentos	4.402.659	184.341	4.587.000
- Outros (Materiais e Serviços)	13.387.151	659.461	14.046.612

Fonte: Balancete Contábil da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, de 31/12/2008.

Repases em 2008:	59.955
- LNLS	<u>27.955</u>
- Contrato de Gestão 2008	17.755
- Saldo de 2007	10.000
- CTBE	30.000
- LNLS-2	2.000

Em conformidade com o que determina o Contrato de Gestão, a ABTLuS procedeu à aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis do Contrato de Gestão, tendo auferido rendimentos no valor de R\$ 3.309.056,00.

Dos dispendios efetuados no período, relacionados às atividades da ABTLuS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R\$ 15.732.828,00, correspondente à 26,2% do total dos recursos financeiros repassados em 2008, mantendo-se dentro do limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão.

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e a ABTLuS, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, nomeada pela Portaria MCT nº 134, de 06/03/2009, reuniu-se nos dias 23 à 25 de março de 2009 para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2008, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual.

Após a análise do Relatório Anual de 2008, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação verificou que sete, dentre as 24 metas pactuadas com a ABTLuS, não foram atingidas. A sistemática de avaliação, contudo, consiste na atribuição de uma pontuação para cada indicador, em função dos percentuais atingidos, que são então ponderados pelos pesos de cada indicador. Dessa forma, apurou-se um conceito final de 9,0 pontos, o que significa, ainda de acordo com a sistemática de avaliação, que a ABTLuS atingiu plenamente o desempenho esperado no exercício de 2008.

COMPARATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS PARA 2008-LNLS

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	Grau de Alcance em 2008	Nota	Total de Pontos
Macro-Objetivo 1 – Prover e manter infraestrutura nacional de classe mundial para pesquisa, desenvolvimento e inovação nas suas áreas de atuação.						
1. Número de horas-linha	2	55.350	50.069	90,5%	9	18
2. Número de horas destinadas aos usuários de luz síncrotron	2	4.100	4.128	100,7%	10	20
3. Confiabilidade (horas entregues/horas previstas)	3	93%	98%	105,4%	10	30
4. Desempenho da Fonte de Luz Síncrotron	3	90%	126%	140,0%	10	30
5. Horas de estudo de máquinas e comissionamento	2	1.200	1.099	91,6%	9	18
6. Grau de saturação no uso da Fonte de Luz Síncrotron	2	70%	72%	102,9%	10	20
7. Custo por proposta realizada nas instalações abertas	2	R\$ 44.310	R\$ 46.903	94,5%	9	18
8. Número de propostas realizadas	3	630	660	104,8%	10	30
9. Índice de ocupação das linhas de luz	2	85%	87%	102,4%	10	20
10. Número de estruturas de proteínas depositadas e liberadas no PDB (média de 3 anos)	1	15	22	146,7%	10	10
11. Índice de satisfação do usuário	2	85%	97%	114,1%	10	20
Macro-Objetivo 2 – Realizar e difundir pesquisa própria, desenvolvimento e inovação em nível dos melhores laboratórios similares no mundo.						
12. Número total de publicações	4	230	241	104,8%	10	40
13. Publicações em revistas com Fator Impacto maior do que 5	1	12	14	116,7%	10	10
14. Publicações resultantes por pesquisador da ABTLuS	2	2,5	3,9	156,0%	10	20
15. Taxa de orientação de pós - graduados	2	1,5	2,7	180,0%	10	20
16. Taxa de supervisão de pós - doutores	3	1	0,79	79,0%	5	15
Macro-Objetivo 3 – Implantar e gerir a infraestrutura da ABTLuS visando ganhos de eficiência e eficácia mediante novos mecanismos de gestão e informação e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação.						
17. Número de memorandos técnicos disponíveis na Internet	2	10	7	70,0%	5	10
18. Número de projetos de desenvolvimento tecnológico	2	7	11	157,1%	10	20
19. Número de técnicos externos treinados	1	25	31	124,0%	10	10
19.1. Horas de treinamento de técnicos externos	1	25.000	42.508	170,0%	10	10
20. Número de pesquisadores externos treinados	2	320	171	53,4%	3	6
20.1. Horas de treinamento de pesquisadores externos	2	5.120	4.420	86,3%	7	14
21. Horas de treinamento por funcionário	1	30	35	116,7%	10	10
22. Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão	2	40%	55%	137,5%	10	20
TOTAL	49	-	-	-	-	439
PONTUAÇÃO GLOBAL	9,0					

Análise da Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA com relação às metas programadas e realizadas na implantação do CTBE:

“Conforme consta do Relatório Semestral 2008 desta da CAA, o plano de implantação e o cronograma de execução das atividades do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol - CTBE baseiam-se em estudo conduzido para o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE e pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

De acordo com o Relatório Anual 2008 da ABTLuS, em dezembro de 2007, por decisão do Conselho de Administração, a pedido do Ministro da Ciência e Tecnologia, a ABTLuS passou a incubar o CTBE. Em novembro de 2008, por decisão do Conselho, houve uma profunda reestruturação na ABTLuS, que passou a ser operadora de vários centros de pesquisa, iniciando essa nova estrutura com o LNLS e o CTBE – o qual deixa de ser um centro incubado para ser um dos centros associados, como o LNLS e, eventualmente, no futuro, o Centro de Biologia Molecular e Estrutural – CeBiME e o Centro de Nanociência e Nanotecnologia Cesar Lattes – C2Nano.

Segundo o referido Relatório, o primeiro semestre de atividade do CTBE foi ocupado pela definição da equipe executiva; pela identificação dos principais gargalos (recursos humanos, institucionalidade, instalações provisórias) e estratégias para sua implantação; por articulações institucionais com empresas e outras organizações (Dedini, Oxiteno, Dow, Corn Products, Embrapa, CENPES, FAPESP, Pólo Nacional de Biocombustíveis, FINEP, CNPq); por entrevistas com candidatos às posições abertas inicialmente (nenhuma contratação foi efetivada no 1º semestre); e pelo início da montagem de uma infraestrutura de gestão e administrativa.

Com esta etapa de estruturação inicial vencida, o CTBE iniciou sua implantação efetiva no segundo semestre de 2008. Em 29 de dezembro de 2008, foi firmado o Vigésimo-Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, cujo objeto foi o de complementar recursos financeiros ao orçamento de 2008 da ABTLuS (R\$ 975 mil), para a continuidade do fomento e execução das atividades relacionadas à implantação do CTBE. Este aditivo reformulou o quadro de programas, atividades, metas, indicadores e prazos, tornando sem eficácia o quadro que a CAA examinou em sua reunião de acompanhamento semestral. O novo quadro de metas e indicadores é apresentado no anexo I.

Observa-se que diversas atividades de implantação do Centro encontram-se em desenvolvimento, e que várias delas não cumpriram os prazos previstos no cronograma inicial, em função, segundo a direção do CTBE, do atraso no repasse dos recursos, cabendo destacar as seguintes realizações em 2008:

- início da formação das equipes administrativas e de pesquisadores, com a contratação de 20 profissionais;
- conclusão de projetos conceituais, a exemplo do projeto de engenharia da planta piloto de hidrólise; e,
- conclusão do projeto arquitetônico e de engenharia do prédio principal, com início das obras no exercício corrente, como constatou a Comissão em visita ao canteiro de obras.

Segundo o Relatório Anual 2008 da ABTLuS, o início efetivo do Centro deu-se com o aporte e liberação da segunda parcela, no valor de R\$ 20,0 milhões (21º Termo Aditivo), em 8 de outubro de 2008, a qual garantiu recursos suficientes para a realização das licitações e contratos em geral.

Reitera-se a observação registrada no Relatório Semestral da CAA, de que várias das etapas de implantação do Centro não comporão o quadro de indicadores da ABTLuS para futuras avaliações, dado que são atividades temporárias, que se encerram com a implantação. Será necessário, no futuro, construir indicadores apropriados para a aferição do desempenho do CTBE na condução de seus trabalhos.”

2.3.2. Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.

Gerente: Luiz Antonio Rodrigues Elias

Gerente Executivo: Maria do Socoro Fernandes

Público Alvo: Governo

Indicadores: Não requer

2.3.2.1. Principais ações do programa 0473:

Gestão das ações das Unidades de Pesquisa

2.3.2.1.1 Ação 7306 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCT

Tipo: Projeto

Finalidade: Introduzir sistema de ferramentas informatizadas para a gestão das informações gerenciais, e do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas Unidades de Pesquisa do MCT. Tendo por descrição a adaptação e implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, desenvolvido pelo CenPRA - Centro de Pesquisa Renato Archer, nas demais Unidades de Pesquisa do MCT, promovendo a evolução e o aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas, estruturação e registro do acervo de conhecimentos produzidos. A ação é conjunta da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP, com as Unidades de Pesquisa do MCT, visando à implantação progressiva e ao desenvolvimento e evolução, adaptadas às características específicas de cada Unidade, das ferramentas do sistema desenvolvido pelo CenPRA – Centro de Pesquisa Renato Archer, conhecido como SIGTEC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador nacional da Ação: Carlos Oití Berbert

Tabela 10 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Sistema Implantado	Financeira	Física Produto: Sistema Implantado	Financeira	Física	Financeira
16	1.000.355,00	15	940.416,00	99%	95%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Para agilizar o processo de implantação do SIGTEC nas Unidades de Pesquisa, a SCUP através de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP, firmou com o Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA o Termo de Compromisso de Execução, visando a participação de 50% do tempo do servidor Luis Augusto Neumann do LNA nas atividades de treinamento das equipes nas Unidades de Pesquisa.

A instalação da versão Sigtec-web nas outras Unidades de Pesquisa continua agendada para 2009. Os trabalhos serão conduzidos pela equipe do CTI em parceria com a empresa de manutenção.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento ao disposto no artigo 2º do decreto 6.258 de 19/11/2007, elaborou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP de utilização obrigatória por todos os órgãos da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional. Assim as informações sobre passagens e diárias registradas no SCDP serão duplicadas no SIGTEC, o que tem motivado um desconforto entre as Unidades que operam o sistema.

Visando racionalizar o processo de registro dessas informações nos dois sistemas, de modo que não haja duplicação de esforços, em 27/06, a SCUP promoveu um encontro entre a equipe técnica do CTI Renato Archer, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, o SERPRO e a Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação do MCT para apontar o melhor caminho de migração de dados. Estamos aguardando a posição do MPOG para agendarmos novas reuniões de trabalho em 2009.

Gestão das ações das Organizações Sociais

2.3.3.1.2. Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE

Tipo: Atividade

Finalidade: Apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos A descrição da ação é a realização de estudos e pesquisas em C,T&I, avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCT

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Tabela 11 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Produto: Estudo Realizado		Produto: Estudo Realizado			
20	5.265.000,00	24	5.265.000,00	120%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

Em 2008, o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE, Organização Social supervisionada pelo MCT, superou em 20% a meta física programada na avaliação do SIG-MCT – Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 24 Estudos.

No que tange aos recursos financeiros pactuados pelo MCT, por meio de Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, no valor de R\$ 22.900.000,00 (vinte e dois milhões e novecentos mil reais) o CGEE recebeu, em 2008, o montante de R\$ 20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil reais), sendo R\$ 5.265.000,00 (cinco milhões e duzentos e sessenta e cinco mil reais), previstos na Ação 4475 e R\$ 15.335.000,00 (quinze milhões e trezentos e trinta e cinco mil reais) procedentes da FINAEP, Ações 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico; 2113 - Fomento a Pesquisa e Inovação Tecnológica (CT-Verde e Amarelo); 2189 – Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica no Setor de Energia Elétrica; 2223 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos; 2997 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde; 4031 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia; 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio; 4053 - Fomento a

Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico; e 4949 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica. Restaram à receber, em 2009, o montante de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) provenientes das Ações 2113 - Fomento a Pesquisa e Inovação Tecnológica (CT-Verde e Amarelo); 2189 – Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica no Setor de Energia Elétrica; 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio; 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural; 4185 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação; e 8563 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte e Construção Naval, sob a responsabilidade da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme demonstrativo a seguir:



Demonstrativo da Execução Financeira
Desembolso por OS

Exercício: 2008
Base: 08-JAN-2009
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual
Mês de Referência DEZEMBRO
UG Executora 240901 FUNDO NAC. DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

CGC	Projeto/Atividade	Item de Informação		
		Empenhos Emitidos	Valores Pagos	Restos a Pagar
04.724.690.0001/82	CGEE 0A29 SUBVENCAO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	8.335.000,00	8.335.000,00	0,00
	2113 FOMENTO A PESQUISA E A INOVACAO TECNOLÓGICA (CT-VERDE AMAREL	1.150.000,00	1.000.000,00	150.000,00
	2189 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	1.050.000,00	1.000.000,00	50.000,00
	2223 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	500.000,00	500.000,00	0,00
	2997 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
	4031 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	500.000,00	500.000,00	0,00
	4043 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO	2.100.000,00	1.500.000,00	600.000,00
	4053 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AER	500.000,00	500.000,00	0,00
	4949 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NA REGIAO AM	500.000,00	500.000,00	0,00
	4156 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA	800.000,00	0,00	800.000,00
	4185 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA	400.000,00	0,00	400.000,00
	8563 FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA	300.000,00	0,00	300.000,00
	4475 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE PROSPECCAO E GESTAO ESTRATEGIC	5.265.000,00	5.265.000,00	0,00
		22.900.000,00	20.600.000,00	2.300.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O conjunto de estudos pactuados no Plano de Ação 2008, à conta dos recursos da FINEP, especialmente os relacionados à Ação 0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico estão respaldados na Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, cujo teor reforça o interesse multisetorial, multidisciplinar e o caráter transversal de muitas atividades desenvolvidas na área de C&T. Em seu art. 14 a referida Lei reconhece e reafirma a possibilidade de financiamento de ações transversais, conceituando-as como “aquelas que, relacionadas com a finalidade geral do FNDCT, são financiadas por recursos de mais de um Fundo Setorial, não necessitando estar vinculadas à destinação setorial específica prevista em lei. No mesmo artigo da Lei, são convalidados os atos de financiamento de ações desta natureza realizados antes da promulgação da mesma.

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial do CGEE, encerrado em 31 de dezembro de 2008, devidamente analisado por Auditoria Independente, aprovado pelo Conselho de Administração e publicado no Diário Oficial da União, evidencia um Patrimônio Social Líquido de R\$ 20.743.191,89.

Desse montante, excluindo o valor de R\$ 941.302,52, correspondente ao Ativo Permanente (Não-Circulante), resulta um saldo efetivo disponível de R\$ 19.801.889,37, para fins de programação inicial do conjunto das atividades do CGEE no exercício de 2009.

Demonstrativo das Receitas e dos Dispêndios – Contrato de Gestão 2008

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
Receitas	<u>22.479.296,89</u>
- Contrato de Gestão – Repasses de 2008	20.600.000,00
- Contrato de Gestão – Saldo de 2007	250.000,00
- Receitas Financeiras	1.593.031,58
- Outras	36.265,31
Dispêndios	<u>20.720.921,89</u>
- Pessoal e Encargos	9.144.473,58
- Outros	11.576.448,31

Fonte: Relatório de Gestão 2008 – CGEE

Em conformidade com o que determina o Contrato de Gestão, o CGEE procedeu à aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis do Contrato de Gestão, tendo auferido rendimentos no valor de R\$ 1.593.031,58.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do CGEE, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R\$ 9.144.473,58, correspondente à 43,9% do total dos recursos financeiros repassados em 2008, mantendo-se dentro do limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão, in verbis:

“SUB-CLÁUSULA QUINTA-

Observados os efeitos das repactuações orçamentárias, o Centro poderá gastar até 60% dos recursos públicos financeiros a este repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados.”

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Com relação às metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o CGEE, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do referido Contrato, nomeada pela Portaria MCT nº 136, de 06/03/2009, reuniu-se nos dias 31/03 à 01/04/2009 para avaliar o desempenho da Organização Social no exercício de 2008, de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no instrumento contratual.

2.3.3. Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Gerente: Luiz Antônio Rodrigues Elias

Indicadores:

1. Coeficiente de Participação de Pessoal Técnico em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas ;
2. Exportações Brasileiras da Indústria de Alta Tecnologia;
3. Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO);
4. Número de Pedidos de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes;
5. Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas.

Público-alvo: Empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológico.

2.3.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.3.1.1. Ação 2092 – Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA

Tipo: Atividade

Finalidade: Incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica; desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, entre outros) e bioindústrias na região amazônica, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade amazônica; estimular a implantação de pólos de bioindústrias na região amazônica, a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos e ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional; manter a estrutura técnica, administrativa e desenvolvimento de projetos no sentido de promover a inovação tecnológica a partir de processos e produtos da biodiversidade.

A ação é implementada através da gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA por meio de contrato de gestão tripartite entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Ciência e Tecnologia para permitir o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa de forma a articular diferentes altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região, em particular, propriedade intelectual, análises toxicológicas, determinação de padrão de qualidade de bioprodutos (fitofármacos, extratos vegetais, cosméticos, entre outros).

Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas: SEXEC/MCT

Unidades executoras: Administração Direta – 24101

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: 240113 - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Tabela 12 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Projeto Desenvolvido	Financeira	Física Produto: Projeto Desenvolvido	Financeira	Física	Financeira
1	700.000,00	1	700.000,00	100%	100%

Informações extraídas do Sistema SIG/MCT

A implementação da ação se deu por meio do repasse de recursos orçamentários e financeiros para a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, por meio de descentralização orçamentária, Portaria/MCT nº 593, de 28 de agosto de 2008, visando aplicação de recursos, por intermédio de Termo Aditivo ao Convênio já firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, para o custeio de bolsistas existentes no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

A SCUP, por meio do Ofício nº 03/2009/SCUP/MCT, de 17 de março de 2009 solicitou à SUFRAMA o encaminhamento do respectivo relatório de execução, até o dia 20/03/09, em atendimento ao que determina a Portaria/MCT nº 593, de 28 de agosto de 2008. Por intermédio do Ofício nº 1922/GAB.SAP, de 24/03/09 a SUFRAMA solicitou a extensão no prazo até 01 de abril de 2009.

2.4. Desempenho operacional

Conforme se mencionou anteriormente, o ano de 2008 foi excepcional para a Ciência e Tecnologia nacionais, e muito particularmente para as Unidades de Pesquisa coordenadas e supervisionadas pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP, as quais têm alcançado, nos últimos anos, crescentes resultados positivos, quer sob o ponto de vista científico e tecnológico, quer sob o ponto de vista de recuperação de sua infra-estrutura física e laboratorial, recomposição orçamentária-financeira, implantação e acompanhamento dos modelos de gestão (Termos de Compromisso de Gestão – TCG, Contratos de Gestão – CG, Planos Diretores das Unidades de Pesquisa – PDU, Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa – Sigtec), interação das Unidades de Pesquisa entre si e com outras Secretarias do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT.

A implantação do Sigtec e dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas Unidades de Pesquisa, assim como o início da retomada de atividades efetivas dos Núcleos Regionais vinculadas ao INPA (Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco) foram pontos altos que contaram também com a participação efetiva da SCUP, dentro de sua missão e determinação da alta administração do MCT.

Em que pesem estes avanços, em 2008 a SCUP ainda sofreu com a falta de funcionários em grande parte do ano, especialmente nas suas duas Coordenações-Gerais (Coordenação-Geral de Acompanhamento das Organizações Sociais - CGOS e Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP), que perderam pessoal no final do 1º semestre e só conseguiram repô-lo no final do segundo. A saída do Subsecretário em outubro (exonerado oficialmente em novembro de 2008) também trouxe aumento de carga de trabalho excessiva.

De qualquer sorte, a execução orçamentária/financeira das ações sob responsabilidade da SCUP foi satisfatória.

2.4.1. Evolução dos gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. Passagens	55.000,00	69.300,00	89.206,00
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	82.000,00	110.319,00	124.404,00
3. Serviços terceirizados	220.732,00	320.550,00	558.239,00
3.1 . Locação de mão-de-obra (apoio administrativo, estagiários, motorista etc)	220.732,00	320.550,00	558.239,00
4. Cartão de crédito corporativo	0	0	0

Comentário 3.1 – as despesas relacionadas aos exercícios de 2006, 2007 e 2008 sofreram aumento devido ao acréscimo no quantitativo de funcionários terceirizados, conforme consta do item 16, bem como, a mudança de empresa e na mudança de níveis/categorias.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos

Não se aplica.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Demonstrativo de transferência (realizadas) no exercício

ORGÃO/Transferência	OBJETIVO	VALOR
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Acesso contínuo e universal pelo MCT e suas unidades, ao conjunto de informações científicas e tecnológicas, permanentemente atualizadas, que integram as bases de dados disponibilizadas pelo Portal Eletrônico da CAPES (Periódicos)	R\$ 672.792,20
ABTLuS	Apoiar pesquisas, desenvolvimento e aplicação da fonte de Luz Síncrotron, por meio da manutenção do serviço de fonte de luz síncrotron e suas 12 estações experimentais, além dos laboratórios de microscopia eletrônica, da varredura, de biologia estrutural, de microfabricação e de ciências dos materiais. Apoio a usuários de sua infra-estrutura; desenvolvimento de tecnologia de aceleradores para a geração de luz síncrotron e a instrumentação científica necessária para o seu uso; realização de projetos de pesquisa; desenvolvimento de programas regulares de capacitação de recursos humanos. Inclui, ainda, e execução dos projetos CTBE e LNLS-2.	R\$ 50.900.000,00

ORGÃO/Transferência	OBJETIVO	VALOR
CGEE	Apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência e Tecnologia, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.	R\$ 22.900.000,00
IDSM	Apoiar o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais na Amazônia.	R\$ 7.150.000,00
IMPA	Apoiar a realização de pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de matemática, bem como a realização do Projeto Olimpíada Brasileira de Matemática.	R\$ 37.894.000,00
RNP	Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.	R\$ 91.358.422,00
CBA	Descentralização de crédito para a SUFRAMA, visando aplicação de recursos, por intermédio de Termo Aditivo ao Convênio já firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas –FAPEAM, para o custeio de bolsistas existentes no Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA.	R\$ 700.000,00

6. Previdência complementar patrocinada

Não se aplica

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica

8. Renúncia tributária

Não se aplica

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica

10. Operações de fundos

Não se aplica

11. Despesas com cartão de crédito

Não se aplica

12. Recomendação do órgão ou unidade de controle interno

PLANO DE PROVIDÊNCIAS – 2007

FICHA 1

1.1. Recomendação: 001

Que a SCUP/SE/MCT oriente às Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão quanto a elaboração correta de seus relatórios principalmente em relação às vinculações das metas e prazos aos respectivos termos aditivos/apostilamentos.

1.2. Recomendação: 002

Que a SE/MCT adote providências no sentido de se instrumentalizar visando a implementação de medidas de aferição de gastos.

➤ PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 001 - Prazo limite de implementação: Imediata

Orientar as Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados entre o MCT e as Organizações Sociais apontando as recomendações da Controladoria Geral da União quanto a necessidade de aperfeiçoamento dos processos de avaliação, vinculação das metas e prazos aos respectivos termos aditivos/apostilamentos.

Nesse sentido, foram encaminhados os Ofícios-Circulares SCUP-MCT nºs 8, 9, 10, 11 e 12/2008, datados de 21 de agosto de 2008 aos Membros das Comissões de Avaliação de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e as Organizações Sociais, apontando as recomendações da Controladoria Geral da União-CGU e determinando que nas avaliações a cargo das Comissões sejam observadas tais recomendações.

➤ PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 002

a) Etapa 1 - Prazo limite de implementação: até 31/Dez./2008

Rever a composição e o funcionamento das atuais Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão, considerando o § 2º do art. 8º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, o princípio de segregação de funções, o papel da SCUP quanto ao acompanhamento e à fiscalização dos contratos de gestão, como órgão supervisor da execução dos contratos.

Por meio do Memorando nº 370/2008 – SCUP, de 21 de agosto de 2008 foi solicitado à Coordenação Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais – CGOS/SCUP a apresentação de proposta de reformulação e modernização da CGOS, tanto no aspecto da segregação de funções quanto metodológico e gerencial, no sentido de avançar no processo de acompanhamento, supervisão e fiscalização a cargo do MCT, enquanto órgão supervisor.

Foi solicitado, ainda, que a CGOS/SCUP apresente sugestões no sentido da melhoria da sistemática de funcionamento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão, considerando o § 2º do art. 8º da Lei nº 9.637, de 15/05/1998, objetivando atender as necessidades internas e possíveis demandas dos órgãos de controle.

A SEXEC/MCT encaminhou consulta, por meio do Ofício nº 342/2008-SEXEC, de 15/10/08, à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento sobre o papel das Comissões. O assunto foi reiterado pelo Ofício nº 024/2009-SEXEC/MCT, de 27 de janeiro de 2009.

A Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão respondeu a consulta da SEXEC/MCT por meio do Ofício nº 94/SE-MP, de 09 de março de 2009 do qual consta recomendações para avaliação da execução de contratos de gestão de organização social e prestação de contas.

A SCUP/CGOS promoveu alterações na composição e funcionamento das atuais Comissões de Avaliação de modo a atender à recomendação da CGU. As portarias referentes a cada Organização Social foram devidamente assinadas e publicadas, conforme consta do processo nº 01200.000449/2009-21, de 4 de março de 2009.

b) Etapa 2 - Prazo limite de implementação: até 31/Mar/2009

Elaboração de um sistema informatizado para agilizar a execução do acompanhamento e fiscalização dos contratos de gestão, via web, com informações a serem preenchidas, mensalmente, pelas Organizações Sociais, que permitam aferir o andamento físico-financeiro das metas pactuadas.

Nesse sentido, por intermédio do Memorando nº 369/2008 – SCUP/MCT, de 21 de agosto de 2008 foi solicitado ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MCT, gestões no sentido de providenciar junto à Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI, o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e fiscalização da Organizações Sociais – OS, semelhante ao SIGMCT – Sistema Integrado de Gestão de Ciência e Tecnologia e Inovação – ferramenta construída para acompanhar e supervisionar o desempenho do Plano de Ação 2007-2010, que permita, inclusive, aferir o andamento físico-financeiro das metas pactuadas, visto que é fundamental aprimorar os meios de controle, fiscalização e transparência das ações que envolvem os trabalhos dessa área no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Foi realizada reunião em 10/10/08 com a participação da SCAV/SEXEC, CGOS e CGTI para análise de viabilidade de adequação do SIG-MCT como sistema de acompanhamento e fiscalização

das Organizações Sociais. O assunto evoluiu para a criação no SIGMCT de um módulo destinado especificamente as OS's. O sistema (módulo OS) passou pela fase de testes e avaliações de dados e informações e atualmente encontra-se disponível em ambiente de produção podendo ser acessado por intermédio do SIGMCT.

c) Etapa 3 - Prazo limite de implementação: até 31/Nov/2008

Elaborar e por em execução um Plano de Acompanhamento e Fiscalização para cada Contrato de Gestão firmado com as Organizações Sociais vinculadas ao Ministério.

A SEXEC/MCT, por meio do Memorando SEXEC/MCT nº 208, de 28 de agosto de 2008, determinou à SCUP elabore e ponha em execução um Plano de Acompanhamento e Fiscalização para cada Contrato de Gestão firmado com as Organizações Sociais vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. O Plano deverá incluir um Manual de Fiscalização, Cronograma de Fiscalização, Modelos de Relatórios, entre outros documentos necessários ao atendimento das orientações da CGU.

Encontra-se em fase de elaboração e implementação o Plano de Acompanhamento e Fiscalização dos contratos de gestão firmados com as organizações sociais, em atendimento às orientações da CGU.

FICHA 2

1.1. Recomendação: 001

Que a Secretaria-Executiva do MCT providencie de imediato a reprogramação ou o recolhimento aos cofres públicos o superávit financeiro decorrente da execução do Contrato Gestão com o CGEE no montante de R\$ 22.270.355,77, acumulado até 31/12/2007, conforme quadro demonstrativo de saldos acumulados constante deste relatório, em observância ao Parecer n.º 372/2006/ASJUR/CGU- PR, ratificado pelo Parecer 266/2007ASJUR/CGU- PR, sendo:

- a) R\$ 19.869.320,58(dezenove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte reais e cinqüenta e oito centavos) decorrente de saldos financeiros acumulados no período de 2002 a 2007, constante do Balanço Patrimonial do CGEE; e
- b) R\$ 2.401.035,19 (dois milhões, quatrocentos e um mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos) que se refere a diferença entre o superávit total do Contrato de Gestão (R\$ 22.270.355,77) e o superávit existente no CGEE (R\$ 19.869.320,58).

1.2. Recomendação 002

Que Secretaria-Executiva do MCT providencie de imediato a apuração de responsabilidade, por possíveis prejuízos causados pela não reprogramação de saldos financeiros e da não apuração de despesas realizadas em desacordo com os objetivos do Contrato de Gestão com o CGEE, decorrentes das diligências efetuadas pelos Ofícios n.ºs 14.466/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 14/05/07, 23.253/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 19/07/07 e 34.001/2007/SE/CGU-PR, de 11/10/2007, e em observância aos Pareceres n.ºs 372/2006 e 266/2007 ASJUR/CGU-PR.

1.3. Recomendação 003

Que Secretaria-Executiva do MCT oriente às Organizações Sociais - OS de que não há amparo legal de possíveis decisões do Conselho de Administração sobre a destinação dos saldos financeiros para cobrir despesas não vinculadas aos Contratos de Gestão, observando a Nota CONJUR/MCT 353/2008, de 10/06/2008 e Parecer nº 266/2007-ASJUR/CGU-PR, de 11/09/07.

➤ **PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 001** - Prazo limite de implementação: 30/09/2008

Para atendimento a essa recomendação foi solicitado ao CGEE, por meio do Ofício nº 017/2008-SCUP/MCT, de 28 de agosto de 2008, o encaminhamento das informações necessárias e/ou providências adotadas pelo CGEE, a fim de viabilizar resposta do MCT aos questionamentos da Controladoria Geral da União - CGU, considerando que parte das informações são da gestão e responsabilidade daquele Centro, oriundas de gestões de anos passados, quando a auditoria da CGU era realizada diretamente junto às organizações sociais. Deverão ser considerados os Ofícios No 240/2008 SEXEC/MCT de 30 de julho de /2008 e Ofício No 26968/2008/DICT/DI/SFC/CGU-PR, de 25 de agosto de 2008. De forma especial foram solicitados esclarecimentos referentes ao montante de R\$ 5.818.960,58, previsto como reserva técnica em 2008 de forma a viabilizar a manifestação conclusiva do MCT sobre a sua adequabilidade.

De posse das informações a serem encaminhadas pelo CGEE, a SEXEC/SCUP, com o apoio e orientação do Grupo de Trabalho Permanente de Controle Interno do MCT, criado pela Portaria nº 395, de 08 de julho de 2008, adotará, de imediato, as medidas necessárias ao ajuste no Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado com o CGEE, de modo a incorporar todos os saldos financeiros apurados, observada a Nota/CONJUR/MCT nº 353/2008, de 10/06/2008, e parecer 266/2007 ASJUR/CGU-PR.

O assunto foi objeto do 13º Termo Aditivo assinado em 30/09/08 e o extrato publicado no DOU de 01/10/08.

➤ **PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 002** - Prazo limite de implementação: 30/10/2008

Abrir comissão de sindicância para apurar a responsabilidade por possíveis prejuízos causados pela não reprogramação de saldos financeiros e da não apuração de despesas realizadas em desacordo com os objetivos do Contrato de Gestão com o CGEE, em até 30 dias, caso a reprogramação de saldos financeiros prevista nas Providências da Recomendação 01, desta Constatação, não contemple à CGU.

A SEXEC esteve na Corregedoria da CGU, tratando da instalação da Sindicância. Ficou acertado que o MCT/SEXEC/SCUP deveria elaborar e encaminhar à CGU, até dia 01/12/08, justificativa fundamentada sobre o assunto. A justificativa foi elaborada e encaminhada por meio do Ofício nº 433/SEXEC, de 28/11/08. A CGU, em reunião na SEXEC/MCT, dia 05 de março de 2009, informou, verbalmente, que a Corregedoria da CGU manifestou-se favorável à não abertura de Sindicância e que o processo encontra-se em tramitação na Controladoria, devendo a resposta formal ser encaminhada à SEXEC/MCT.

➤ **PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 003** - Prazo limite de implementação: Imediato

Envio de Ofícios aos Dirigentes das Organizações Sociais - OS, informando da inexistência de amparo legal que respalde decisões do Conselho de Administração sobre a destinação de saldos financeiros para cobrir despesas não vinculadas aos Contratos de Gestão e orientando que se processem as modificações necessárias no Estatuto da Organização Social para atender a orientação emanada da Controladoria-Geral da União.

Para atendimento a essa recomendação foi encaminhado o Ofício-Circular nº 18/2008 – SCUP, de 28 de agosto de 2008.

FICHA 3

1.1. Recomendação: 001

Que a Secretaria-Executiva do MCT:

- a) providencie de imediato a retificação do 1º Termo de Apostilamento ao Termo Aditivo n.º 11, do CGEE, identificando as metas e os custos;
- b) somente firme Termo Aditivo/Apostilamento com definição de metas e custos formalmente aprovados; e
- c) determine às Organizações Sociais que informe quando do encerramento de cada exercício os saldos financeiros não comprometidos com a execução de metas para serem reprogramados nos futuros Termo Aditivo/Apostilamento.

➤ PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 001

Letra “a” - Prazo limite de implementação: Imediata

A SCUP/CGOS providenciou no processo n.º 01200.006993/2001-29, a “Ratificação” do 1º Termo de Apostilamento ao Termo Aditivo n.º 11, do CGEE, identificando as metas e os custos, conforme determinação da Controladoria-Geral da União. Cópia do “Termo de Ratificação” publicado no Boletim de Serviços –BS do MCT n.º 16, de 29/08/08, foi anexada ao presente Plano de Providências.

Letra “b” - Prazo limite de implementação: Imediata

A Secretaria-Executiva determinou que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa adote as providências necessárias para que a recomendação dessa Controladoria-Geral da União seja fielmente observada, considerando a necessidade de fazer constar nos próximos termos aditivos “as metas e planilhas de custo, de forma a permitir transparência nos gastos relacionados à transferência de recursos”.

A SEXEC/SCUP, por meio dos Ofícios-Circulares n.ºs 13, 14, 15, 16 e 17/2008 – SCUP, datados de 22/08/2008, endereçados aos Dirigentes das Organizações Sociais – OS sob supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia, ressaltou a recomendação da Controladoria-Geral da União - CGU no sentido de que só se firme Termo Aditivo/Apostilamento com definição de metas e custos formalmente aprovados, determinando o seu fiel cumprimento.

Letra “c” - Prazo limite de implementação: Imediata

Enviar Ofício aos Dirigentes das Organizações Sociais determinando que sejam informados ao final de cada exercício financeiro os saldos financeiros do mencionado exercício que não foram comprometidos com a execução de metas e que necessitam ser reprogramados nos futuros Termo Aditivo/Apostilamento.

A SCUP/SEXEC, por meio dos Ofícios-Circulares n.ºs 13, 14, 15, 16 e 17/2008 – SCUP, datados de 22/08/2008, solicitou atendimento à esta recomendação.

FICHA 4

1.1. Recomendação: 001

Que a Secretaria Executiva/SCUP, no prazo de 30 dias, apresente o amparo legal e os valores correspondentes para a execução de cada ação detalhadas na tabela anexa citada no item 21 da SA n.º 04, correlacionado-as com o termo formal aprovado, ou caso contrário providencie a devolução aos cofres público do montante.

➤ **PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 001** - Prazo limite de implementação: Imediato

Encaminhamos mensagem eletrônica do CGEE, de 05 de junho de 2008, que encaminha um “Demonstrativo Contábil dos Gastos por Ação”, conforme estabelecido no Plano de Ação 2007, objeto do Aditivo nº 11 ao Contrato de Gestão. Por meio desse documento, o CGEE esclarece que a apropriação contábil do seu sistema se dá ao nível de ação, que pode contemplar mais de um estudo ou evento. Diante disso, não se encontra disponível a informação de custos por produto na forma da planilha solicitada. Ações realizadas encontram respaldo no Plano de Ação 2007, objeto do aditivo nº 11 do Contrato de Gestão.

FICHA 5

1.1. Recomendação: 001

Que a unidade abstenha-se de realizar recrutamento e seleção de terceirizados uma vez que tal encargo é obrigatoriedade da contratada.

PROVIDÊNCIAS RECOMENDAÇÃO: 001 - Prazo limite de implementação: Imediata

Informar aos Órgãos/Entidades que possuem terceirizados que o recrutamento e a seleção de terceirizados é encargo exclusivo da contratada, não devendo haver interferência da Administração do Órgão/Entidade no processo, muito menos o encaminhamento de relação indicando pessoas que devam ser contratadas, além de que este aspecto seja realçado nos editais dos procedimentos licitatórios. Nesse sentido, foi encaminhado o Memo-Circular SPOA nº 23, de 04 de setembro de 2008 e o Ofício-Circular SPOA nº 20.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Acórdão 2080/2008 – Segunda Câmara-TCU

Determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que, objetivando otimizar a alocação dos recursos no orçamento da União, passe a incluir, no relatório anual de acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão firmado com a RNP, tópico com a análise da execução financeira do contrato, com ênfase na aferição da compatibilidade entre o montante de recursos repassados pelo órgão supervisor e as metas fixadas para a Associação no exercício, com vistas a identificar a necessidade de eventuais ajustes nos valores envolvidos e/ou nas metas pactuadas, de modo a minimizar a ocorrência de excedentes financeiros (15/07/08).

A SEXEC/MCT encaminhou consulta, por meio do Ofício nº 342/2008-SEXEC, de 15/10/08, à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento sobre o papel das Comissões. O assunto foi reiterado pelo Ofício nº 024/2009-SEXEC/MCT, de 27 de janeiro de 2009.

A Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão respondeu a consulta da SEXEC/MCT por meio do Ofício nº 94/SE-MP, de 09 de março de 2009 do qual consta recomendações para avaliação da execução de contratos de gestão de organização social e prestação de contas, em andamento.

Ainda, nesse sentido, por intermédio do Memorando nº 369/2008 – SCUP/MCT, de 21 de agosto de 2008 foi solicitado ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MCT, gestões no sentido de providenciar junto à Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI, o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e fiscalização das Organizações Sociais – OS, semelhante ao SIGMCT – Sistema Integrado de Gestão de Ciência e Tecnologia e Inovação – ferramenta construída para acompanhar e supervisionar o desempenho do Plano de Ação 2007-2010, que permita, inclusive, aferir o andamento físico-financeiro das metas pactuadas, visto que é fundamental aprimorar os meios de

controle, fiscalização e transparência das ações que envolvem os trabalhos dessa área no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O sistema (módulo OS) passou pela fase de testes e avaliações de dados e informações e atualmente encontra-se disponível em ambiente de produção podendo ser acessado por intermédio do SIGMCT.

Acórdão 2742/2004 – Primeira Câmara-TCU

Ao Ministro da Ciência e Tecnologia que somente celebre termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o CGEE quando houver as planilhas de custos relativas à aplicação de recursos eventualmente suplementados, de forma a permitir a transparência nos gastos relacionados com as metas pactuadas (16/11/2004).

Determinação atendida com a celebração do 13º Termo Aditivo firmado em 30/09/08.

Acórdão 2640/2008 - Primeira Câmara TCU:

9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que:

9.4.1. exija, quando da celebração de termos aditivos ao contrato de gestão firmado com o CGEE, para aprovação de eventuais alterações orçamentárias, que venham a ser propostas, as planilhas detalhadas de custos estimados, nos termos dos itens 9.3.2 e 9.3.3 do subitem anterior;

9.4.2. ao firmar contratos de gestão, estipule as metas a serem alcançadas, com as respectivas previsões de gastos incorridos, especificando, detalhadamente, todos os custos atinentes às ações que estão sendo consideradas;

9.4.3. no próximo termo aditivo do Contrato de Gestão firmado com o CGEE, faça constar dispositivo que contenha o teto remuneratório a ser obedecido para pagamento de salários e ordenados, efetuado com recursos do aludido ajuste, em obediência ao inciso II do artigo 7º da Lei n. 9.637/1998.

Determinações atendidas mediante assinatura do 13º Termo Aditivo em 30/09/2008, conforme Plano de Providências – 2007.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não se aplica

15. Dispensas de instauração de tce e tce cujo envio ao tcu foi dispensado

Não se aplica

16. Informações sobre composição de recursos humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Quantidade de funcionários do quadro	06	SPOA	05	SPOA	04	SPOA

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Quantidade de funções de confiança, sem vínculo	02	SPOA	02	SPOA	04	SPOA

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (lei 8.745/1993)	04	SPOA	03	SPOA	02	SPOA

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado vigilância/limpeza	0	-	0	-	0	-
Pessoal terceirizado apoio administrativo	09	SPOA	13	SPOA	17	SPOA
Pessoal terceirizado outras atividades	0	-	0	-	0	-
Estagiários	04	SPOA	04	SPOA	03	SPOA

DESCRIÇÃO	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	10	SPOA
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	20	SPOA
Total geral	30	SPOA

17. Outras informações relevantes

O ano de 2008 pode ser considerado excepcional para a C&T&I nacionais e, em particular, para as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais apoiadas pela SCUP.

Quatro dos cinco maiores desafios ou problemas comuns às UPs de administração direta levantados pela Comissão de Avaliação no início dos anos noventa tiveram um grande avanço: a) a recuperação e expansão da infra-estrutura física e laboratorial de suas instalações; b) a recomposição orçamentário-financeira das mesmas; c) a implantação de instrumentos de gestão efetivos (Termos de Compromisso de Gestão, consolidação dos Planos Diretores 2007-2010 de cada UP e OS, Sigtec – Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas); e d) a interação inter-Unidades e dessas com todas as Secretarias do MCT e com outras instituições de pesquisa científica e tecnológica do País. O quinto grande problema – a recomposição dos quadros de pessoal – ainda persiste, ainda que tenham sido aprovados os concursos públicos para elas, os quais virão apenas minimizá-lo, à luz das aposentadorias previstas nesses próximos dois anos, a alta média de idade de servidores nas UPs.

Os Termos de Compromisso de Gestão – 2008, em especial, demonstraram um grande avanço na realização de pesquisas científicas e tecnológicas dos institutos e bom amadurecimento na sua formulação e execução das metas pactuadas, conquanto ainda tenham que experimentar, nesses próximos dois anos (2009-2010), aprimoramentos em função dos novos Planos Diretores que estarão sendo realizados para o período 2011-2014.

No que tange especificamente às Organizações Sociais, foi identificada a necessidade de se implementarem medidas administrativas de aprimoramento ao processo de acompanhamento dos instrumentos contratuais, com algumas realizações concretas, entre as quais, o desenvolvimento e

implantação, em fase adiantada do Módulo OS (extensão do Sistema SIG/MCT) e a elaboração do Plano de Acompanhamento e Fiscalização das OS's.

O Módulo OS, cujo desenvolvimento teve início no mês de dezembro de 2008, homologado em março de 2009, e que se encontra em fase de alimentação de dados, tem por finalidade propiciar um acompanhamento gerencial, a partir das informações contidas em sua base, correspondendo ao quadro de metas e indicadores, totalidade de fontes de recursos financeiros e respectiva execução, conclusões das avaliações realizadas pelas Comissões de Acompanhamento e Avaliação, dentre outras informações.

O Plano de Acompanhamento e Fiscalização encontra-se em elaboração, em fase de conclusão, e terá por objetivo ser um instrumento norteador na execução das atividades de órgão supervisor, contemplando conceitos e orientações técnicas, especialmente em relação a assuntos carentes de regulamentação.

A vivência da CGOS aponta para a necessidade de se adotar outras medidas que também contribuam para um melhor gerenciamento dos Contratos de Gestão.

Com esse propósito, cabe registrar a diversidade de fontes de recursos financeiros utilizados para fomentar as atividades de C, T & I, gerando maior burocracia, menor transparência, menor agilidade no repasse, com a conseqüente geração de um alto custo final.

Medidas que viabilizem a concentração das diversas fontes de recursos financeiros na Ação orçamentária constante da LOA certamente propiciarão ganhos com a celeridade na liberação de recursos, maior transparência, melhor controle, e, como resultado final, maior efetividade na atividade estatal de fomento.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

Relatório de Gestão / 2008
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome da Unidade	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia
Normativos de criação	Decreto 5.886, de 06/09/2006 e Portaria nº 758, de 03/10/2006
CNPJ	
Nome e código no SIAFI	
Endereço	Esplanada dos Ministério, Bloco “E” CEP : 70.067-900 – Brasília - DF
Situação da Unidade	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia
Tipo de Atividade	Execução do Planejamento
Unidade Gestora Utilizadas no SIAFI	240101/0001 – CGRL 240102/0001 –CGOF 240133/0001 - CGRL

2 – Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 - Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), as atividades desenvolvidas estão relacionadas ao planejamento, coordenação e supervisão das áreas de orçamento, finanças e contabilidade, de organização e modernização administrativa, de inovação de processos da administração, de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logísticas, de documentação e arquivo. Ressalta-se, ainda, o papel desempenhado pela SPOA na articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, bem como nos serviços prestados de informação, orientação às demais unidades do MCT, em especial quanto ao cumprimento das normas administrativas vigentes.

2.2 – Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA possui atribuições transversais às demais unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Por ser tratar de uma unidade de execução do planejamento desenvolvido no Ministério, suas ações refletem diretamente no cumprimento dos planos e programas estabelecidos. É um trabalho desenvolvido em conjunto, onde a interação é imperativa.

O início de um novo pensamento, voltado para tornar mais decisivo o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I no desenvolvimento sustentável do Brasil, esta Subsecretaria tem trabalhado num sentido visionário de alcance de melhores condições para os usuários diretos e indiretos da área de C,T&I.

Para cumprir todas as realizações a que se propõe, a SPOA estrutura-se, além de seu Gabinete, em conformidade com a Portaria nº. 758, de 03 de outubro de 2006, integram a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), 05 (cinco) Coordenações, assim distribuídas:

- > Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF);
- > Coordenação-Geral de Gestão e Inovação (CGGI);
- > Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH);
- > Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL);
- > Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI).



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL

Relatório de Gestão / 2008
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL

Fevereiro / 2009

1 - Identificação

Nome da Unidade	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia
Normativos de criação	Decreto 5.886, de 06/09/2006 e Portaria nº 758, de 03/10/2006
CNPJ	03.132.745/0001-00
Nome e código no SIAFI	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - 240101/0001
Endereço	Esplanada dos Ministério, Bloco "E" CEP : 70.067-900 – Brasília - DF
Situação da Unidade	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia
Tipo de Atividade	Execução orçamentária e financeira
Unidade Gestora	240101/0001 – CGRL

2 – Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 - Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRL, regimentalmente, compete: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, execução orçamentária e financeira, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, telefonia, serviços gerais, administração e manutenção predial no âmbito da Administração Central do Ministério, bem como orientar as unidades de pesquisa e entidades vinculadas em assuntos pertinentes à sua área de competência, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central dos Sistemas Integrados de Administração de Serviços Gerais e Financeira, SIASG e SIAFI, bem como a implementação de normas e procedimentos objetivando a normatização, racionalização e o aprimoramento dessas atividades.

2.2 – Estratégias de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

As atividades desenvolvidas pela CGRL, no âmbito de suas competências e limites de atuação, no exercício de 2008, as quais tiveram escopo o atendimento das metas de resultados eficazes, inerente à área de logística e cujas decisões foram adotadas com base em princípios gerenciais, os mais transparentes e eficientes possíveis, segundo critérios rigorosamente profissionais a fim de contemplar as demandas administrativas deste ministério sob a ótica da legalidade, qualidade, eficiência e responsabilidade com o bem público, sendo primordial registrar o empenho, a dedicação e o profissionalismo de cada um dos servidores.

2.3 - Programas

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL coordena algumas ações dos programas listados abaixo conforme Portaria MCT nº 940, de 17/12/2008:

- > Programa 0750 – Apoio Administrativo;
- > Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- > Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- > Programa 0464 – Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)
- > Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior (PITCE)

2.3.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	0750 – Apoio Administrativo
Objetivo geral	Atender o pagamento de despesas com as ações de manutenção das atividades, envolvendo os serviços com pessoal, estagiários, ajuda de custo, indenização de moradia e outros serviços administrativos compreendendo, serviços postais, telefonia fixa e telefonia móvel, manutenção predial, aquisição de material de consumo e expediente, assinatura de jornais e periódicos, serviços de apoio operacional e administrativo e a aquisição de equipamentos e material permanente visando atender as necessidades vitais do órgão.
Gerente do programa	Programas Padronizados
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não previsto
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2 . Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade- “Ação Orçamentária”- MEIO
Finalidade	Administração da Unidade
Descrição	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração-SPOA
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos 240.133 –Coordenação –Geral de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Recursos Logísticos
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não previsto na ação	38.540.504,00	Não previsto na ação	36.822.690,30

Execução/Previsão %	
Física	Financeira
Não previsto na ação	0,96%

A ação 2000 – Administração da Unidade foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 38.540.504,00 (trinta e oito milhões e quinhentos e quarenta mil e quinhentos e quatro reais), cujo montante foi integralmente empenhado em favor das ações pertinentes ao programa. Como houve alocação de recursos suficientes para implementar o atendimento da infra-estrutura administrativa necessária ao atendimento das atividades meio, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos atendeu satisfatoriamente as demandas das Unidades integrantes da estrutura institucional do MCT, na condução de suas políticas de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A Divisão de Obra e Engenharia no exercício de 2008 executou os seguintes serviços de manutenção, remanejamentos e instalações de divisórias e cortinas, rede lógica, rede elétrica, consertos e instalações de aparelhos de ar condicionado, e obras executadas:

- I. Serviços de instalação de placas de identificação visual de salas, andares, banheiros, escadas de emergência e totens de identificação de secretarias, coordenações e divisões por andar em todo o MCT;
- II. Término das instalações dos sistemas de águas pluviais, água potável e sistema de combate a incêndio;
- III. Devido à ruptura de uma tubulação que passava por baixo da sala T-08, que ocasionou o alagamento sob o piso desta sala, e o alagamento do poço do elevador privativo, foi feita a troca da tubulação de drenagem de esgoto feita de ferro carbono(barbará) por tubos de PVC, localizado na área frontal do edifício sede e ligado a rede interna do edifício;
- IV. Retirada do revestimento na fachada da via S1(anexos), feita uma nova impermeabilização e colocação de um novo revestimento;
- V. Construção de uma nova copa na sobreloja;
- VI. Instalação de porta de vidro temperado automática, para controle de acesso a ante sala, da sala cofre da CGTI;
- VII. Colocação de portas de vidro temperado, com identificação das secretarias;
- VIII. Serviço de construção de paredes da biblioteca, juntamente com um pilar, a fim de evitar novas rachaduras no local devido a recalque do terreno.

A Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação no ano de 2008 realizou diversos serviços de caráter contínuo e a implementação de novos serviços e funcionalidades como:

- I. Inauguração e funcionamento da Sala-Cofre do MCT, lugar onde está instalado o cérebro eletrônico de nossa rede, composto por servidores, concentradores de rede, roteador da internet, entre outros, e permitiu a hospedagem do hardware seguro da Infra-Estrutura de Chaves Públicas para pesquisa e Ensino –ICPEDU.
- II. Cabeamento Estruturado, substituição de cabos de Categoria 5 por cabos de Categoria 6 , visando permitir a implantação de projetos que necessitam de maior velocidade e confiabilidade de banda , como por exemplo VOIP e Videoconferência;
- III. Visando melhorar as opções de capacitação do corpo de servidores do MCT, a CGTI reformulou o laboratório de treinamento substituindo os equipamentos obsoletos por outros mais modernos.

Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científicas existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.
Gerente do programa	Luiz Antônio Rodrigues Elias
Gerente executivo	Carlos Oiti Berbert
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de Pesquisa, Universidades e Empresas Nacionais

Principais Ações do Programa

Ação 116C – Implantação do Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada - CEITEC

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Implantação do Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada – CEITEC, no Município de Porto Alegre – RS.
Descrição	Apoiar projetos e atividades para construção, implantação e modernização de institutos de pesquisa, laboratórios, redes e demais instalações para pesquisa e desenvolvimento de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

Tipo	Projeto
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPOA/CGRL/
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício – 116C

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
27	60.000.000	27	59.996.772,21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

O projeto brasileiro que está sendo implantado terá dois prédios interligados: prédio de fabricação e pesquisa e o centro operacional que abrigará a unidade de projeto. O prédio das instalações da unidade brasileira em construção, possui 9.600m², abrigando duas salas limpas, uma principal e outra de pesquisa, além de depósitos químicos, uma planta de deionização de água, torres de resfriamento de água, central elétrica e mecânica, sistema de ar condicionado, depósito, tratamento de efluente e subfab. A Sala Limpa é o ambiente de instalação dos equipamentos que fabricam as lâminas processadas, terá 800m², com classe 100 – ISO Classe 5.

Os recursos disponibilizados na ação foram alocados nas etapas do empreendimento, conforme listadas abaixo:

- ✓ Instalar piso elevado nas áreas de escritório (Design Center, Engenharia de processo e instalar gerador de emergência de 380KVA para alimentar as redes de computadores, servidores, iluminação e ventilação de emergência do Design Center Administrativo, Engenharia de Processo, Auditório e Salas de Aula;
- ✓ Instalar No Break de 125KVA para alimentar as redes de computadores, servidores, iluminação e ventilação de emergência do Design Center, Administrativo, Engenharia de Processo, Auditório e Salas de aulas;
- ✓ Restante da Instalação dos 20 gabinetes e distribuição dos gases especiais (equipamentos, pipeline, storage and supply system) e fornecimento de gases de alto volume.
- ✓ Conexões dos equipamentos de produção de semicondutores às facilidades eletromecânicas da sala limpa (Hook-UP) ;
- ✓ Revisão, limpeza, montagem e treinamento referente equipamentos de produção de semicondutores doados pela Motorola, a fim de viabilizar sua operação (Set-UP);
- ✓ Execução de 72% do escopo de serviços relativos à adequação da sala limpa e das facilidades eletro-mecânicas aos equipamentos de processo que serão instalados no Prédio da Fabricação, para produção de semicondutores, incluindo as etapas de elaboração do projeto, execução de bases e pedestais que sustentarão os equipamentos, fornecimentos e interligações eletro-mecânicas;
- ✓ Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização – Projeto de Construção do Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada.

Ação 2D34 – Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover estudos, pesquisas e formação de recursos humanos altamente especializados em tecnologia de semicondutores e áreas correlatas.
Descrição	Desenvolvimento de pesquisas e estudos, pelo Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos -CGRL
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos-CGRL
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
10	1.292.653	10	1.292.653

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

Despesas Operacionais do Centro Tecnológico de Eletrônica Avançada, com a construção das salas limpas, elas devem ser montadas em ambiente limpo, de forma que os sistemas e equipamentos delas integrantes sejam ligados desde a sua montagem, o que termina por gerar despesas, como consumo de energia e água, manutenção, dentre outras.

Uma vez iniciada a construção limpa, os equipamentos de controle ambiental, não podem mais ser desligados. Isto significa que os insufladores de ar, resfriadores, aquecedores, torres de refrigeração e bombas do sistema devem ser ligados durante a construção e sua velocidade incrementada até atingir o nível final, de produção. O sistema de água ultrapura também deverá ser ligado antes do início da produção, pois todos os equipamentos e instalações devem ser limpos sempre com água ultrapura. Sem esta manutenção, coloca-se em risco toda a construção já concluída e os equipamentos já instalados, além de se impedir a continuidade da instalação da infra-estrutura necessária aos equipamentos de produção. Esta fase é caracterizada como uma fase de operação da sala limpa e de instalação e pré-operação do laboratório e da unidade de fabricação de lâminas.

Ação 4172 – Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Prover infra-estrutura de redes de alta velocidade , grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa-científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.
Descrição	Manutenção e Atualizações de Telecomunicações Nacionais e Internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento,Orçamento e Administração - SPOA
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos -CGRL
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos -CGRL

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício - MCT

Previstas		Realizadas	
Física (pontos)	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
27	8.586.000,00	27	8.586.000,00
	39.890.000,00		39.890.000,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

Recursos Descentralizados pelo MEC

Os recursos disponibilizados na ação pelo MCT e o MEC foram alocados para atualização de capacidades de enlaces físicos de comunicação entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Unidades de Pesquisa (UP), para restabelecer o indicador de qualidade do backbone e das condições de tráfego adequado ao uso inovador que se pretende manter na rede.

O programa Novo RNP consiste em estender as ações atuais, em conjunto com governos dos estados, municípios, empresas de energia e infra-estrutura, em sinergia com ações do governo federal em saúde, cultura e infovias federais, para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- > Promover a interiorização da infra-estrutura avançada para comunicação e colaboração em pólos estaduais, permitindo a inclusão de unidades localizadas nestas cidades ao sistema nacional de C,T&I e o uso eficiente de educação à distância , para formação de professores e alunos por meio da UAB;
- > Integrar iniciativas complementares ligadas à saúde, nos programas de tele saúde e telemedicina, e à cultura, nos programas de cultura digital, museus e intercâmbio de vídeo para TV universitária/educativa; e
- > Apoiar aplicações avançadas de pesquisa (e – ciência), para suporte aos programas da Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior (redes temáticas) e popularização de ciência (inclusão digital)–complementar à Ação de Produtos e Serviços de TIC em Redes Cooperativas.

Programas 0473 – Gestão da Política de C.T&I

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia e inovação
Gerente do programa	Luiz Antonio Rodrigues Elias
Gerente executivo	Maria do Socorro Fernandes
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não previsto
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Ação 4210 – Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia Nacional

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Manter a política única de Ciência e Tecnologia para o segmento, buscando integrar os sistemas estaduais e federais
Descrição	Desenvolvimento de ações de coordenação e supervisão voltadas à capacitação do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos -CGRL
Coordenador nacional da ação	Coordenador –Geral de Recursos Logísticos

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
1	960.458	1	960.458

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

No âmbito desta ação destacam-se como resultados alcançados, iniciativas para o estabelecimento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, demonstrando seus avanços e as estratégias usadas para o Brasil, promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país.

Fomentar a articulação com outros ministérios, estados da federação, que, no país e no exterior, exerçam atividades ligadas ao apoio e à coordenação da C&T; e na comunidade de pesquisadores de universidades e centros de pesquisas que desenvolvam estudos sobre a temática da política de ciência, tecnologia e inovação, a supervisão, consolidação, expansão e integração do sistema nacional de C.T&I.

Programas 0464 – Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais e benefícios da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais Os sistemas espaciais são atualmente, essenciais, não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.
Gerente do programa	Carlos Ganem
Gerente executivo	Himilcon de Castro Carvalho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não previsto
Público-alvo (beneficiários)	Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

Ação OB18 – Participação da União no Capital – Alcântara Cyclone Space - ACS

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Operação Especial
Finalidade	Compor o capital da empresa Alcântara Cyclone Space
Descrição	Participação da União, como acionista brasileira, na composição do capital da empresa binacional”Alcântara Cyclone Space - ACS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Unidades executoras	240.101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos -CGRL
Coordenador nacional da ação	Coordenador –Geral de Recursos Logísticos

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
Capital Composto(%)7	10.400.000	7	10.400.000

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

O Acordo Espacial firmado entre o Brasil e a Ucrânia , sobre cooperação de longo prazo na utilização do veículo de lançamentos ucraniano Cyclone 4 , estabelece a criação da Alcântara Cyclone Space, empresa binacional a ser constituída , a quem competirá o desenvolvimento e

operação do sítio de lançamento do Cyclone4 , a ser implantando no Centro de Lançamentos de Alcântara – CLA, no Maranhão, promulgado pelo Decreto nº 5.436 de 28.04.2005.

Conforme Decreto de 02 de outubro de 2008, publicada no DOU nº 192, de 03 de outubro de 2008, autoriza o aumento de Capital da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space , crédito ordinário aberto em favor do MCT , previsto na Lei nº 11.647, de 24/03/2008.

Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCe)

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica
Gerente do programa	Secretario Executivo
Gerente executivo	Não cadastrado
Indicadores ou parâmetros utilizados	Certificações de sistemas e famílias de produtos
Público-alvo (beneficiários)	Empresas em especial, as de nanotecnologia, biotecnologia, química, eletrônica, energia renováveis , de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica, laboratórios e comunidades científicas e tecnológicas.

Ação 6432 – Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores.

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Implantar no País um ecossistema microeletrônico, composto por uma cadeia de pesquisa
Descrição	Estimulo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, em parcerias com universidades e centros de pesquisas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240145 – Secretaria de Política de Informática-SEPIN
Unidades Executoras	240145 – Secretaria de Política de Informática
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática
Coordenador nacional da ação(Portaria MCT nº 940, de 17/12/2008)	Coordenador- Geral de Microeletrônica da Secretaria de Política de Informática

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
Projeto Apoiado	5.000.000	Projeto Apoiado	5.000.000

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

A Lei nº 11.894 de 29/12/2008, Abre o Orçamento Fiscal da União ,em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia , crédito especial , programa de trabalho: 19.572.1388.6432.0110 – Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores- Contribuição a Associação Civil de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC-RS.

A contribuição refere-se a cota contributiva anual , a destinação de recursos a título de “Contribuições” a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, somente poderá ser efetivada mediante previsão LOA.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa - Nacional

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária - MEIO
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 -SPOA
Unidades Executoras(SIAFI)	240101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos -CGRL
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPIN/SETEC/SEPED
Coordenador nacional da ação	Coordenador- Geral de Recursos Logísticos

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira R\$	Física	Financeira R\$
Não possui	4.212.942,88	Não possui	4.212.942,88

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SigMCT

Essas despesas compreendem: serviços administrativos , manutenção e conservação , tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos , despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação e divulgação de políticas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessários á gestão e administração do programa.

2.4 - Desempenho Operacional

As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o governo e o setor empresarial dedicam à ciência e à tecnologia. Países como o Brasil, em condições altamente favoráveis para alcançar as nações mais desenvolvidas social e economicamente, necessitam de investimentos em C&T.

Destacam-se como resultados alcançados, iniciativas para o estabelecimento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, demonstrando seus avanços e as estratégias usadas para o Brasil, promover o desenvolvimento político, econômico, social do país.

O processo de fabricação de circuitos integrados (chips) é sem dúvida um dos processos de produção mais complexos e avançados da indústria moderna. Partindo-se da lâmina de silício ultra-puro até chegar ao chip pronto para o encapsulamento são necessários centenas de etapas em equipamentos complexos e sofisticados, instalados em ambientes extremamente limpos.

Essa mobilização de empresas e de institutos tecnológicos, visando à formação de redes para a solução de problemas e à capacitação tecnológica empresarial, em todas as regiões do País, certamente estimulará o estabelecimento de ambiente propício à inovação nas empresas em especial as de menor porte.

A meta estabelecida na execução pela CGRL/SPOA, dentro de sua disponibilidade orçamentária, foi atender com rapidez e eficiência as solicitações de serviços e aquisições de materiais, levando em consideração a economicidade na aquisição de bens e serviços, optando pela prática do binômio menor preço e qualidade, sob a ótica da legalidade e embasado nos conceitos que fundamentam a execução orçamentária e financeira. Dessa forma, a administração central do MCT, no decorrer de 2008, face ao volume de recursos recebidos, conseguiu cumprir com a demanda de serviços oriundos das demais Unidades do MCT.

2.4.1 – Evolução de gastos gerais – Unidade Gestora 240101

Despesa com Passagens				
Exercício		2006	2007	2008
33903301	Passagens para o país	177.109,89	274.368,81	336.217,12
33903302	Passagens para o exterior	51.452,50	49.055,40	82.132,27

Despesas com Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens e transporte				
Exercício		2006	2007	2008
33901414	Diárias no país	47.406,90	90.102,09	84.198,62
33901416	Diárias no exterior	4.420,00	25.518,50	18.098,95
33903602	Diárias a colaboradores eventuais no país	6.318,85	26.746,91	17.697,96
33909305	Indenização de transporte - pessoal civil	1.033,61	1.667,62	1.073,63

Despesas com Serviços Terceirizados				
Exercício		2006	2007	2008
33903701	Apoio administrativo, técnico e operacional	15.932.541,25	12.852.148,38	16.917.740,23
33903702	Limpeza e conservação	1.897.869,23	1.821.517,21	1.672.339,86
33903703	Vigilância ostensiva	4.341.869,65	4.776.412,18	4.811.590,62
33903705	Serviços de copa e cozinha	604.395,83	652.273,36	662.742,66
33903916	Manutenção e conserv. de bens imóveis	1.576.429,15	2.586.848,38	2.032.062,48
33903957	Serviços de proc. De dados	5.274.730,32	5.922.475,13	5.970.573,34
33903973	Transporte de servidores	859.213,07	688.141,20	641.114,78
33903993	Publicidade e utilidade pública	4.461.847,97	499.666,24	1.000.000,00

Despesas com Cartão de Crédito Corporativo				
Exercício		2006	2007	2008
199962401	Saque - cartão de pagamento gov.federal	23.741,00	17.660,00	250,00
199962402	Fatura - cartão de pagamento gov.federal	13.927,09	24.826,10	24.360,47

3 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.

4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UNIDADE GESTORA 240101

Ano	RP Processados				RP Não Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar
2006				-	1.629.279,22	542.993,21	1.085.515,80	770,21
2007	720.700,57		720.700,57	-	7.096.038,90	981.637,57	4.820.856,19	1.293.545,14
2008	1.632.829,02	93.605,14	1.460.275,98	78.947,90	29.795.947,93	2.406.097,16	27.148.124,01	241.726,76
Total:	2.353.529,59	93.605,14	2.180.976,55	78.947,90	38.521.266,05	3.930.727,94	33.054.496,00	1.536.042,11

Fonte SIAFI GERENCIAL- CGOF

5 – Demonstrativos de Transferências (recebidas e realizadas) no exercício

RECEBIDAS – Unidade Gestora 240101

ORGÃO	OBJETIVO	VALOR
CENSIPAM/PR	Despesas Operacionais	264.954,52
INST.NAC.TEC.DA INF. ITI	Despesas Operacionais	25.000,00
CNPq	Despesas Operacionais	191.204,77
Ag. Espacial Brasileira-AEB	Despesas Operacionais	1.154.402,28
FNDCT	Fomento a Pesquisa	80.500.000,00
Ministério da Educação	Serviços de Comunicação Rede	39.890.000,00
Ministério da Educação	Fomento a Pesquisa	8.000.000,00
Fund.- CAPES	Fomento a Pos-graduação	4.822.422,30
FNDE	Tecnologia da Informação	5.000.000,00
FNDE	Desenvolvimento Educacional	3.000.000,00
FNDE	Olimpíadas Escolares	15.000.000,00
Ministério da Justiça	Apoio Implement.Políticas	2.621.737,25
Fundo Nac.Cultura	Apoio Economia Solidaria	800.000,00
Ag.Nacional Água - ANA	Despesas Administrativas	1.719.562,75
Ministério do Orç.e Gestão	Prospecção Tecnologias	36.000,00
Ministério da Defesa	Despesas Operacionais	418.769,70
Ministério da Integração	Despesas Operacionais	2.348.805,36
Ministério da Integração	Publicidade Utilidade Publica	4.000.000,00

Concedidas – Unidade Responsável 240101

ORGÃO	OBJETIVO	VALOR
CNPq	Formulação da Política	80.000,00
Controladoria –Geral da União	Capacitação de Servidores	8.830,50

6 – Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7 – Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

8 – Renúncia Tributária

Não se aplica.

9 – Declarações de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica.

10 – Operações de fundos

Não se aplica.

11 – Despesas com Cartão de Crédito

Despesas com cartão de crédito				
	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	valor
2006	33	13.927,09	68	23.741,00
2007	41	24.826,10	73	17.660,00
2008	34	24.360,47	1	250,00

Limite de utilização total da UG:	50.000,00
Natureza dos gastos permitidos:	339030/339039
Limites concedidos a cada portador	Exercício de 2008
Portador	Limite
Adriano Pereira dos Santos	9.775,00
Antonio Carlos Morgato	2.500,00
Claudia S Prates	4.000,00
Kelson Vieira Senra	3.000,00
Liney Toledo Soares	17.324,00
Obdulia A Belmonte	5.184,00

12 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrência no período.

13 – Determinações e recomendações do TCU - CGRL

1) PROCESSO TCU 021.647/2006-0

a) Diligência de Acompanhamento

Diligência realizada por meio do Ofício nº 94/2008 TCU/SECEX-6, que trata do Pregão Eletrônico MCT nº 23/2006, cujo objeto é:

“Item 01: Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para implantação de uma infra-estrutura tecnológica com a implementação de uma solução de comunicação, incluindo o fornecimento de hardware e software, bem como execução de serviços de garantia, de acordo com as especificações técnicas, condições de fornecimento e prazos previstos neste Termo de Referência.

Item 02: Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação para execução de serviço de upgrade dos servidores de rede do MCT, incluindo o fornecimento de hardware e software, bem como execução de serviços de garantia, de acordo com as especificações técnicas, condições de fornecimento e prazos previstos neste Termo de Referência.”

Nessa diligência o TCU solicitou justificativas e documentos sobre o Pregão Eletrônico MCT nº 23/2006, o que foi atendido pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, mediante o Ofício nº 157/2008-CGRL, de 11/03/2008.

b) Determinação

Quanto ao mesmo processo, foi ainda realizada Determinação, através do Acórdão TCU nº 2267/2008 – Plenário, com o seguinte teor:

“9.4. determinar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Ciência e Tecnologia (CGRL/MCT) que:

9.4.1. observe os novos preços propostos pela empresa Redisul Informática Ltda, no que se refere à execução dos itens notebooks e adequação do backbone vertical, consoante anexos 05 e 07 do Ofício n.º 77/2008-CGRL-SPOA, como limites máximos aceitáveis para repactuação;

9.4.2. observe, no que se refere à execução da adequação do backbone vertical, relativo ao contrato firmado com a empresa Redisul Informática Ltda:

9.4.2.1. a exclusão do valor relativo à CPMF, bem como o correto enquadramento da adequação do backbone vertical como serviço ou fornecimento, a fim de certificar-se da pertinente incidência dos impostos (ICMS e ISS);

9.4.2.2. o entendimento do TCU no sentido de que os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo de bonificações e despesas indiretas, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o

contratado, não devendo ser repassados à contratante, nos termos dos Acórdãos 325/2007, 950/2007, 608/2008, 889/2008, todos do Plenário;

9.4.3. encaminhe, no prazo de quinze dias, os novos preços e condições repactuadas para os itens notebooks e adequação do backbone vertical, relativos ao contrato firmado com a empresa Redisul Informática Ltda, bem como a documentação técnica e/ou manuais relativos ao software Comverger objeto do contrato firmado com a empresa NT Systems Informática Ltda;

9.5. alertar a CGRL/MCT para a observância do Item 9.5 do Acórdão 2.400/2006 – Plenário.”

As determinações foram atendidas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, mediante os Ofícios nº 759/2008-CGRL, de 26/11/2008, e 03/2009-CGRL, de 05/01/2009.

2) PROCESSO TCU nº 005.581/2008-4

a) Diligência

Diligência realizada por intermédio do Ofício nº 233/2008-TCU/SECEX-6, referente ao Pregão Eletrônico MCT nº 01/2008, correspondente ao seguinte objeto:

“Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução integrada de anti-vírus, anti-spywares, firewall pessoal e IPS pessoal para estações de trabalho e anti-vírus para servidores (rede interna), para proteção da rede de computadores do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, com funcionalidades providas por software e embutidas nos equipamentos, incluindo sua instalação e configuração e repasse de tecnologia mediante treinamento de pessoal do MCT, além de garantia básica e de atualização por 48 (quarenta e oito) meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.”

Essa Diligência, na qual o TCU solicitou documentos e informações acerca do Pregão acima citado, foi respondida pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos por meio do Ofício nº 228/2008-CGRL, de 07/04/2008.

3) PROCESSO TCU 008.734/2008-9

a) Diligência

Diligência efetuada através do Ofício nº 557/2008-TCU/SECEX-6, que teve como foco o Pregão Eletrônico MCT nº 01/2007, com o seguinte objeto:

“Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, sem fornecimento de materiais, para atendimento da demanda do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência.”

Essa diligência foi atendido pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, mediante o Ofício nº 374/2008-CGRL, de 24/06/2008.

4) PROCESSO TCU 025.074/2006-3

a) Diligência

Diligência realizada por meio do Ofício nº 1265/2008-TCU/SECEX-6, referente ao Pregão Eletrônico MCT nº 21/2006, cujo objeto é:

“contratação de pessoa jurídica especializada em prestação dos serviços elencados abaixo, para atendimento da demanda do MCT, em seu Edifício Sede e nas instalações localizadas no Setor Policial Sul, em Brasília-DF, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Item 01: Prestação de serviços de apoio operacional, sem emprego de material, nas condições e quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

Item 02: Prestação de serviços de apoio administrativo, sem emprego de material, nas condições e quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.”

A Diligência em pauta foi efetuada com objetivo de requisitar documentos e informações acerca do Pregão Eletrônico MCT nº 21/2006, o que foi atendido pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos mediante o Ofício nº 720/2008-CGRL, de 14/11/2008.

5) PROCESSO TCU 030.278/2008-0

a) Cautelar / Oitiva / Diligência

Cautelar, Oitiva e Diligência realizadas por intermédio do Ofício nº 1551/2008 e Ofício nº 1552/2008 TCU/SECEX-6, referentes ao Pregão Eletrônico MCT nº 33/2008, cujo objeto é:

“a contratação de pessoa jurídica (sociedade empresarial) especializada em prestação dos serviços de apoio operacional e apoio administrativo, sem emprego de material, para atendimento da demanda do MCT, conforme especificações contidas no Termo de Referência”

Nesse caso o TCU determinou a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico MCT nº 33/2008, o que foi atendido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, segundo Memorando nº 411/2008-DILC, de 02/12/2008.

Já as justificativas solicitadas foram encaminhadas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, mediante o Ofício nº 777/2008-CGRL, de 09/12/2008 e Memorial.

b) Determinação

Quanto ao mesmo Processo, o TCU realizou determinação, através do Acórdão TCU nº 113/2009 – Plenário, cujo teor segue abaixo:

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 45, e 113 da Lei 8.443/92, c/c arts. 235, 237 e 250, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno, em:

(...)

9.3. autorizar a continuidade do referido Pregão, caso seja de interesse do MCT, apenas se republicado o edital e o termo de referência do Pregão Eletrônico 33/2008, observando as condições previstas em lei para tanto, procedendo às seguintes modificações e inclusões em:

9.3.1. restabeleça o número de contratados, se for o caso, de forma que o número de terceirizados ocupantes de postos de trabalho, na estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, cujas atribuições sejam similares às de cargos integrantes de seu plano de carreira, não ultrapasse os totais definidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG para os exercícios de 2009 e 2010, quais sejam, 442 e 287, respectivamente;

9.3.2. estabeleça expressamente que a vigência/validade dos contratos advindos desse pregão não poderão ultrapassar o exercício de 2010, sendo, portanto, improrrogáveis a partir desse exercício;

9.3.3. retire a exigência relativa ao estabelecimento de garantia no valor correspondente a 10% do valor anual do contrato, vez que a lei (art. 56, § 3º, da Lei 8.666/93) só permite a utilização desse percentual em situações específicas, às quais o certame sob análise não se enquadra;

9.3.4. retire a exigência relativa a valor mínimo de capital social integralizado, vez que a lei refere-se apenas a patrimônio líquido ou a capital social, conforme já assentado em jurisprudência desta Corte;

9.3.5. caso seja de seu interesse, substitua as exigências referidas nos itens 9.3.1.3 e 4, acima, por outras amparadas na lei;

9.3.6. inclua no Processo administrativo relativo ao pregão estudos e análises que fundamentem as exigências relacionadas à comprovação de aptidão técnica (item 12.4 do edital) e a opção pelo não parcelamento do objeto licitado;

9.3.7. avalie a conveniência/oportunidade de aumentar o tempo fixado para que os licitantes apresentem nova proposta ajustada ao ultimo lance ofertado, de forma a que a administração não se veja privada de propostas de menor valor por questões meramente operacionais;

9.4. determinar ao MCT que:

9.4.1. informe a esta Corte, no prazo de quinze dias, o número total atual de terceirizados, por funções ou cargos (apresentando a descrição de cada função ou cargo conforme constante dos editais e termos de referência dos procedimentos licitatórios que deram origem às respectivas contratações), e por lotação dentro da estrutura do MCT, indicando, ainda, quais e em que quantitativos deverão ser eventualmente substituídos por contratados advindos do pregão sob análise;

9.4.2. caso decida pela continuidade do Pregão Eletrônico 33/2008, nas condições fixadas no item 9.3. retro, adote urgentemente as medidas necessárias, com vistas ao

encerramento mais breve possível do contrato emergencial que atualmente suporta as contratações a que o pregão se refere;

(..)

9.6. revogar a cautelar adotada nos presentes autos (Ata nº 50-Plenário, sessão de 26.11.2008), que obstava o prosseguimento do referido Pregão nº 33/2008.”

Diante do Acórdão acima, o Edital do Pregão Eletrônico MCT nº 33/2008 está sendo reformulado para análise da Consultoria Jurídica e nova publicação.

6) PROCESSO TCU 030.575/2008-5

a) Determinação

Foi expedida, ainda, mediante o Acórdão TCU nº 3076/2008-Plenário, Determinação referente aos seguintes processos administrativos:

- Pregão Eletrônico MCT nº 21/2006, com o seguinte objeto:

“a contratação de pessoa jurídica especializada em prestação dos serviços elencados abaixo, para atendimento da demanda do MCT, em seu Edifício Sede e nas instalações localizadas no Setor Policial Sul, em Brasília-DF, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Item 01: Prestação de serviços de apoio operacional, sem emprego de material, nas condições e quantidades previstas no Termo de Referência.

Item 02: Prestação de serviços de apoio administrativo, sem emprego de material, nas condições e quantidades previstas no Termo de Referência.”

- Pregão Eletrônico MCT nº 32/2006, utilizado para contratação de:

“pessoa jurídica especializada em prestação de serviços apoio operacional e apoio administrativo, para atendimento da demanda do Instituto Nacional do Semi-Árido – Celso Furtado, em Campina Grande-PB, conforme especificações contidas no Termo de Referência”.

- Contrato Emergencial nº 02.0032.00/2008, que abrange:

“a prestação dos serviços de apoio operacional e de apoio administrativo, sem emprego de material, para atendimento da demanda do MCT, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Processo nº 01200.004020/2008-21.”

O teor da determinação é o seguinte:

“9.2. determinar cautelarmente ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 276 do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. retenha a quantia de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) em cada pagamento mensal a ser realizado no âmbito do Contrato 02.0032.00/2008, firmado com a empresa Visual Locação, Serviço, Construção Civil e Mineração;

9.2.2. caso já tenha havido dispêndios no âmbito do Contrato 02.0032.00/2008, desconte nos próximos pagamentos a quantia de R\$ 850.000,00 referente a cada pagamento mensal já realizado”

A determinação acima transcrita, referente à retenção cautelar de valores das faturas da Empresa Visual Ltda está sendo efetuada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, sendo que logo após o conhecimento sobre o referido Acórdão foi encaminhado ao TCU o Ofício nº 787/2008-CGRL, de 16/12/2008, e o Ofício nº 792/2008-CGRL, de 17/12/2008.

14 - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício

Não se aplica.

15 – Dispensas de Instauração de TCE E TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrência no período.

16 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade				-		-
Funcionários contratados – CLT em exercício na unidade						
Total pessoal próprio						

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA
Quantidade de funções de confiança, sem vínculo	5		2		5	

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA
Contratações temporárias (lei 8.745/1993)	5		4		3	

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA
Pessoal terceirizado vigilância/limpeza		-		-	319	-
Pessoal terceirizado apoio administrativo					168	
Pessoal terceirizado outras atividades		-		-	43	-
Estagiários						

DESCRIÇÃO	2008	
	QTDE	DESPEZA
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	-	-
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	-	-
Total geral	-	-

17 – Outras Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes

Nada a declarar.

18 – Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

Relatório de Gestão / 2008
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF	
Natureza Jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006 e Portaria nº 758, de 3 de outubro de 2006	
CNPJ	01263896/0002-45	
Nome e Código no SIAFI	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF 240102/0001	
Endereço completo da Sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco “E” CEP: 70.067-900 – Brasília / DF Tel: (61) 3317 7713 Fax: (61) 3317 7654	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Orçamento, Programação Orçamentária e Financeira e Contabilidade	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGOF	240102

2. Responsabilidades institucionais

2.1 - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF, unidade integrante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão setorial de Orçamento, Finanças e Contabilidade, é responsável pela orientação, coordenação e elaboração da proposta orçamentária do Ministério, dos ajustes orçamentários necessários à execução de suas unidades e pela programação financeira dos recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Própria das unidades.

A Coordenação-Geral tem também a incumbência de descentralizar os recursos orçamentários e financeiros para as unidades do Ministério, acompanhando de forma específica os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Operações de Créditos Interna e Externa.

Cabe, ainda, à Coordenação-Geral acompanhar e orientar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas a este Ministério.

Dentre as atribuições da Coordenação-Geral destacam-se as seguintes:

- elaborar a proposta orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia dentro dos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Orçamento (SOF/MP).
- analisar e propor a Secretaria de Orçamento Federal as necessidades de créditos adicionais solicitados pelas Unidades do Ministério;
- subsidiar a elaboração do Plano Plurianual - PPA quanto aos seus aspectos orçamentários;
- acompanhar, coordenar e prestar assistência técnica as Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia quanto aos aspectos da Contabilidade e execução orçamentária e financeira, envolvendo análise de balanços e balancetes, conformidades contábeis, relatórios para tomada de decisão, orientações técnicas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil aos gestores das unidades, cadastramento de operadores nos sistemas corporativos do Governo Federal, entre outras;
- elaborar e acompanhar a programação financeira das Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia.

2.2 - Estratégia de atuação

Negócio

Orçamento, Programação Orçamentária e Financeira e Contabilidade.

Missão

Coordenar o processo de programação orçamentária e financeira, bem como acompanhar a correta aplicação das normas contábeis, visando otimizar os recursos destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação em benefício da sociedade.

Visão de Futuro

Ser referência nos processos de programação orçamentária e financeira e gerenciamento contábil.

Valores

Eficiência, comprometimento, tempestividade, transparência, objetividade, humanidade e ética.

2.3 - Gestão de programas e ações

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças não executa programas ou ações dos orçamentos da União. Conforme relatado no tópico “Papel da Unidade na execução das Políticas Públicas” a gestão da Coordenação-Geral tem por base as atividades inerentes a unidade setorial de orçamento, finanças e contabilidade do órgão superior Ministério da Ciência e Tecnologia.

ORÇAMENTO POR PROGRAMA

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O orçamento inicial aprovado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, no exercício de 2008, foi de R\$ 6.120.365.645,00 incluídos R\$ 997.734.239,00 de recursos alocados em Reserva de Contingência dos Fundos Setoriais e, ainda, R\$ 225.000.000,00 de recursos destinados a Operações Oficiais de Créditos sob supervisão do FNDCT.

Ao longo do referido exercício foram registrados créditos suplementares e cancelamentos de dotações orçamentárias, passando sua posição final para o total de R\$ 6.632.399.232,00, conforme demonstrado nos Quadros I e I(a).

QUADRO I – Orçamento por Programa / 2008

Programa	Orçamento MCT	Executado
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	254.648.135	253.709.437
0460 Formação e Capitação de Recursos Humanos para Pesquisa	580.986.181	588.109.467
0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	682.191.746	644.525.058
0464 Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	265.367.205	209.417.609
0471 Ciência e Tecnologia para Inclusão Social	268.491.671	238.249.061
0472 PROANTAR	960.016	960.016
0473 Gestão da Política de Ciência e Tecnologia	27.578.441	21.555.289
0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais	1.200.000	1.199.664
0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	5.586.884	3.095.659
0750 Apoio Administrativo	614.682.479	603.627.969
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	17.255.873	11.065.902
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	1.595.520	0
0999 Reserva de Contingência	997.734.239	0
1008 Inclusão Digital	132.601.478	120.687.158
1113 Programa Nacional de Atividades Nucleares	1.047.255.403	999.287.540
1122 Ciência, Natureza e Sociedade	60.598.640	58.849.416
1145 Comunidades Tradicionais	400.000	99.650
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de		
1388 Comércio Exterior	1.651.257.031	1.625.377.191
1409 Desenvolvimento da Agroenergia	3.499.000	2.625.983
1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas	18.509.290	18.205.925
TOTAL GERAL	6.632.399.232	5.400.647.994

QUADRO I (a) – POSIÇÃO INICIAL E FINAL DO ORÇAMENTO / 2008

R\$1,00

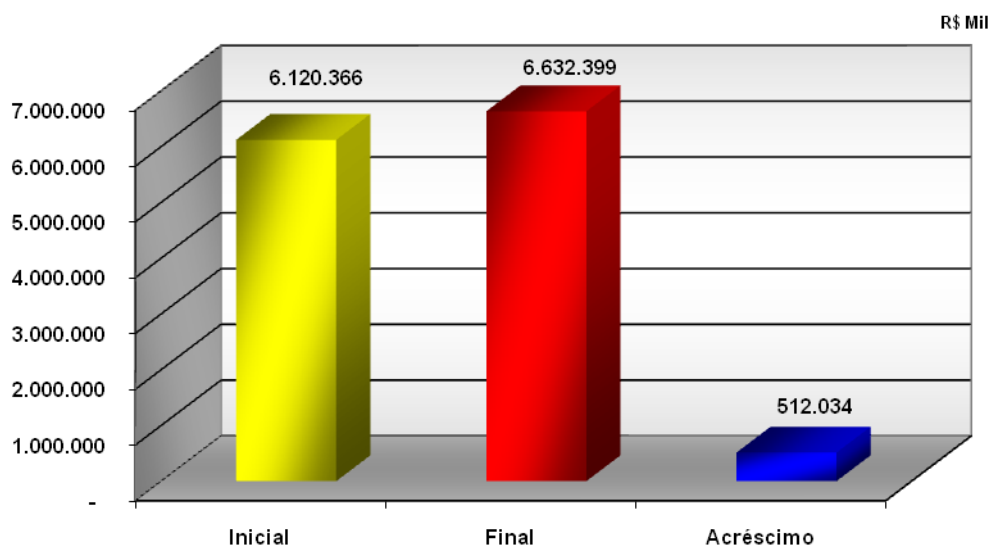
FONTE	ORÇAMENTO		GRUPOS DE DESPESAS				
	INICIAL	FINAL	PESSOAL	DÍVIDA	CUSTEIO	CAPITAL	RESERVA CONTINGÊNCIA
100	2.733.470.348	3.049.090.808	957.677.850	1.595.520	1.554.511.915	535.305.523	-
129	-	5.929.989	-	-	4.374.991	1.554.998	-
134	63.325.626	63.325.626	-	-	45.193.564	11.800.075	6.331.987
135	32.227.285	32.227.285	-	-	20.142.732	8.861.929	3.222.624
141	12.379.994	12.379.994	-	-	5.905.258	5.236.845	1.237.891
142	1.435.395.720	1.435.395.720	-	-	487.182.226	146.766.609	801.446.885
148	3.000.000	3.000.000	-	-	3.000.000	-	-
150	3.956.342	3.956.342	-	-	3.456.682	496.420	3.240
151	19.543.497	19.546.497	-	-	19.546.497	-	-
153	45.913.112	51.913.112	51.913.112	-	-	-	-
156	56.886.702	50.886.702	50.886.702	-	-	-	-
169	92.476.443	92.476.443	92.476.443	-	-	-	-
172	1.136.516.283	1.136.516.283	-	-	619.737.795	367.411.541	149.366.947
174	4.512.814	4.512.814	-	-	3.494.834	1.017.980	-
180	452.545	452.545	-	-	452.545	-	-
182	9.124.402	9.124.402	-	-	8.377.993	746.409	-
195	2.000.000	2.000.000	-	-	1.700.000	300.000	-
250	458.078.781	504.078.781	-	-	414.484.452	56.577.423	33.016.906
280	7.040.112	7.040.112	-	-	3.932.353	-	3.107.759
281	4.000.000	4.000.000	-	-	4.000.000	-	-
282	65.639	65.639	-	-	65.639	-	-
300	-	123.080.638	29.047.496	-	-	94.033.142	-
350	-	2.617.000	-	-	1.707.000	910.000	-
374	-	2.197.000	-	-	1.240.000	957.000	-
380	-	1.972.000	-	-	-	1.972.000	-
650	-	7.000.000	-	-	4.500.000	2.500.000	-
680	-	7.114.000	-	-	4.614.000	2.500.000	-
1100	499.500	499.500	-	-	499.500	-	-
TOTAL	6.120.365.645	6.632.399.232	1.182.001.603	1.595.520	3.212.119.976	1.238.947.894	997.734.239
%		100,00	17,82	0,02	48,43	18,68	15,04

GRÁFICO DA POSIÇÃO INICIAL E FINAL DO ORÇAMENTO / 2008

POSIÇÃO FINAL DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA 2008



EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2008



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Limite de Empenho

O limite para movimentação e empenho, foi de R\$ 5.456.101.123,00, envolvendo pessoal, dívida e outros custeios e capital. Destacamos que o limite para outros custeios e capital atingiu o montante

de R\$ 4.272.504.000,00, incluídos os valores provenientes dos recursos de doação e outros créditos adicionais que independem de limite de empenho (Quadro II).

QUADRO II – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA / 2008

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

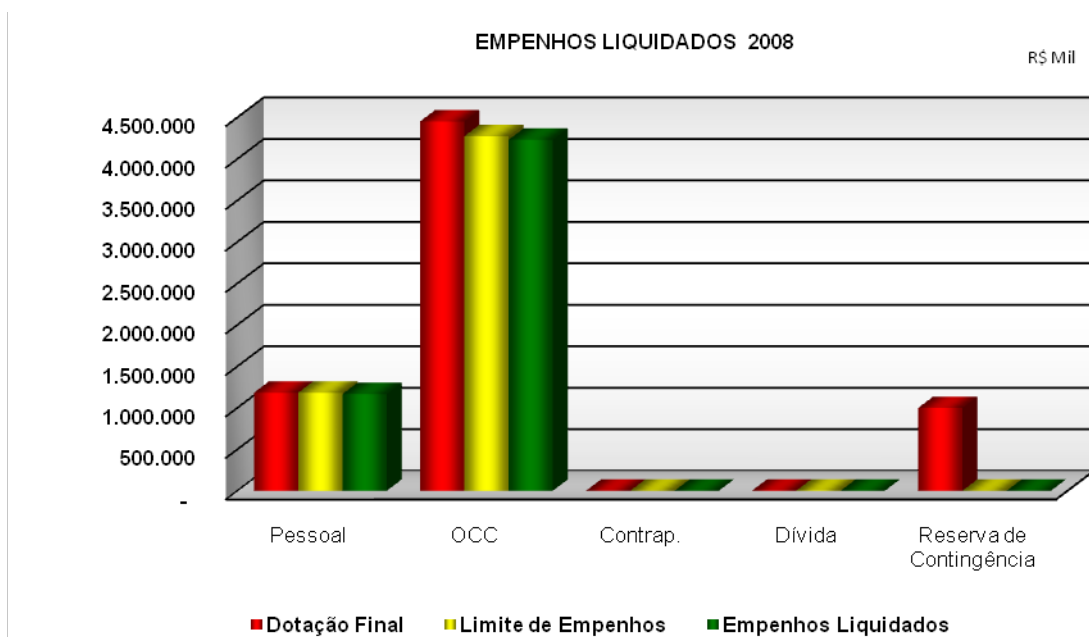
R\$1,00

CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E DE EMPENHO	1.164.840.954
PESSOAL	1.182.001.603	1.182.001.603	1.164.840.954
0100	957.677.850	957.677.850	941.242.813
0153	51.913.112	51.913.112	51.464.416
0156	50.886.702	50.886.702	50.808.852
0169	92.476.443	92.476.443	92.459.531
0300	29.047.496	29.047.496	28.865.342
OCC (*)	4.450.568.370	4.272.004.500	4.229.604.080
0100	2.089.817.438	2.059.817.438	1.957.102.281
0129	5.929.989	5.929.989	1.503.727
0134	56.993.639	56.993.639	56.486.211
0135	29.004.661	29.004.661	27.167.883
0141	11.142.103	11.142.103	10.111.083
0142	633.948.835	573.948.835	622.196.357
0148	3.000.000	3.000.000	-
0150	3.953.102	3.953.102	2.289.417
0151	19.546.497	19.546.497	17.538.204
0172	987.149.336	898.585.466	960.807.051
0174	4.512.814	4.512.814	4.181.854
0180	452.545	452.545	37.376
0182	9.124.402	9.124.402	7.581.916
0195	2.000.000	2.000.000	902.826
0250	471.061.875	471.061.875	440.198.142
0280	3.932.353	3.932.353	3.810.560
0281	4.000.000	4.000.000	3.998.877
0282	65.639	65.639	62.500
0300	94.033.142	94.033.142	93.847.760
0350	2.617.000	2.617.000	2.203.739
0374	2.197.000	2.197.000	2.111.014
0380	1.972.000	1.972.000	1.918.287
0650	7.000.000	7.000.000	6.826.019
0680	7.114.000	7.114.000	6.720.996
CONTRAPARTIDA	499.500	499.500	
1100	499.500	499.500	-
DÍVIDA	1.595.520	1.595.520	
0100	1.595.520	1,595.520	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	997.734.239	-	
0134	6.331.987	-	-
0135	3.222.624	-	-
0141	1.237.891	-	-
0142	801.446.885	-	-
0150	3.240	-	-
0172	149.366.947	-	-
0250	33.016.906	-	-
0280	3.107.759	-	-
TOTAL	6.632.399.232	5.456.101.123	5.394.445.034

(*) OCC – Outros Custeios e Capital

Fonte: CGOF/CCP/DPF.

GRÁFICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2008



Limite de Pagamento

Considerando o limite para movimentação e empenho, mais os restos a pagar de 2007 e ordens bancárias de 2007 compensadas em 2008, em outros custeios e capital, o Ministério teria uma necessidade de limite de pagamento no valor de R\$ 6.921.660.560,00, todavia, foi concedido um limite no montante de R\$ 5.138.326.603,00 (Quadro III).

QUADRO III – EXECUÇÃO FINANCEIRA / 2008

R\$1,00

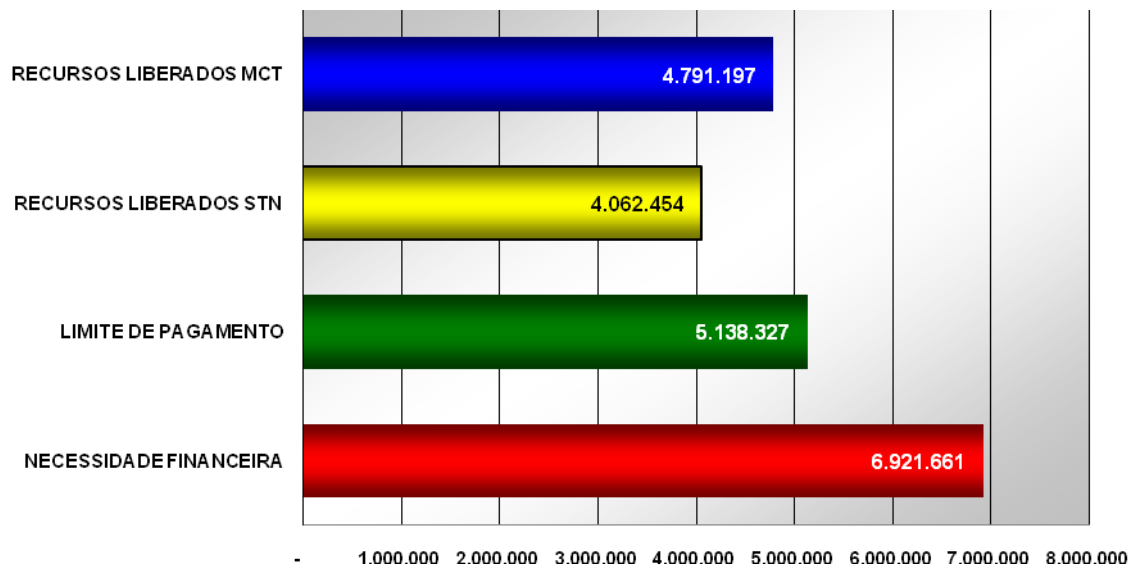
CATEGORIA	NECESSIDADE FINANCEIRA				LIMITE PAGAMENTO	RECURSOS LIBERADOS STN	RECURSOS LIBERADOS MCT
	LIMITE DE EMPENHO	RESTOS A PAGAR	OB's	TOTAL			
PESSOAL	1.182.001.603	3.147.712	-	1.185.149.315	1.182.001.603	1.161.458.001	1.211.461.385
OCC	4.272.504.000	1.453.278.725	9.133.000	5.734.915.725	3.956.325.000	2.900.996.375	3.579.736.099
DIVIDA	1.595.520	-	-	1.595.520	-	-	-
TOTAL	5.456.101.123	1.456.426.437	9.133.000	6.921.660.560	5.138.326.603	4.062.454.376	4.791.197.484

OBS: inclui fonte 0195, fonte 0181, Sentenças e Crédito Extraordinário.

Fonte: CGOF/CCP/DPF.

GRÁFICO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA / 2008

R\$ Mil



DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS E RECURSOS FINANCEIROS

O Quadro IV demonstra a posição orçamentária e financeira de cada Unidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como os valores de limite de pagamento e valores pagos por categoria. Os valores liquidados pelas unidades no total de R\$ 5.394.445.034,00, representam 98,8% do limite para movimentação e empenho, que foi de R\$ 5.456.101.123,00.

QUADRO IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / 2008

R\$1,00

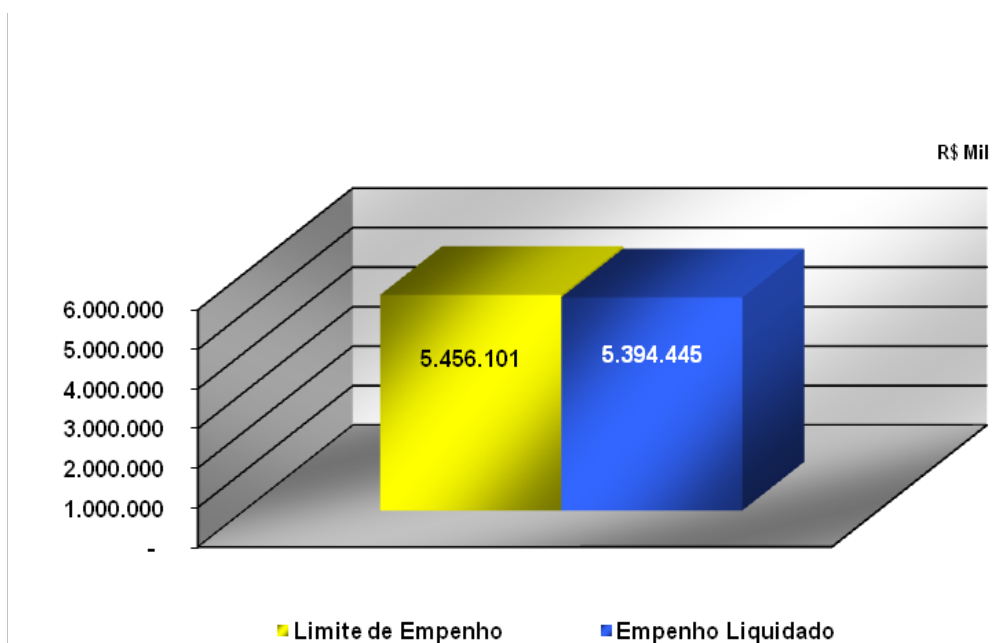
UNIDADE	CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHO LIQUIDADO	NECESSIDADE FINANCEIRA	LIMITE DE PAGAMENTO	VALORES PAGOS
ASSIN	OCC	8.787.263	6.236.000	6.060.000	9.028.000	8.787.000	5.886.000
SCUP	OCC	69.767.520	69.768.000	67.283.000	68.004.000	62.867.000	60.713.000
SECIS	OCC	364.431.102	345.443.000	330.838.941	559.292.000	348.964.000	40.377.000
SEPED	OCC	20.679.985	20.680.000	19.405.826	27.535.000	18.680.000	11.105.626
SEPIN	OCC	10.732.540	10.733.000	10.248.000	6.592.000	5.733.000	9.516.000
SETEC	OCC	19.086.218	19.086.000	17.784.000	21.578.000	17.786.000	4.012.000
SEXEC	OCC	108.257.612	59.875.000	58.111.000	118.932.000	75.733.000	22.776.000
SPOA	PESSOAL	518.105.181	518.105.181	516.201.204	518.105.181	518.105.181	515.951.544
	OCC	142.041.213	121.784.000	118.727.000	143.465.000	114.883.000	91.906.200
	DIVIDA	1.595.520	1.595.520	-			-
INT	OCC	12.635.906	12.636.000	11.863.000	14.642.000	12.211.000	8.709.000
INPA	OCC	22.628.900	22.629.000	22.206.000	30.884.000	27.036.000	18.840.000
INPE	OCC	49.424.808	49.425.000	47.885.000	51.634.000	45.414.000	32.646.000
INSA	OCC	4.050.000	4.050.000	2.355.000	4.059.000	3.878.000	588.000
CBPF	OCC	7.963.000	7.963.000	8.093.000	8.226.000	7.463.000	7.085.000
IBICT	OCC	6.750.000	6.750.000	6.234.000	6.849.000	6.634.000	5.614.000
LNCC	OCC	9.100.000	9.100.000	8.937.000	10.350.000	9.314.000	7.668.000
MAST	OCC	3.300.000	3.300.000	3.258.000	3.762.000	3.278.000	2.514.000
MPEG	OCC	8.344.800	8.345.000	7.244.000	9.154.000	8.387.000	5.620.000
ON	OCC	6.220.000	6.220.000	6.317.000	6.679.000	6.491.000	5.583.000
CETEM	OCC	8.520.000	8.520.000	7.636.000	8.988.000	8.620.000	6.218.000
LNA	OCC	6.200.000	6.200.000	5.697.000	6.664.000	5.976.000	5.469.000
CTI	OCC	9.309.750	9.310.000	9.158.000	10.273.000	8.998.000	8.034.000
SUBTOTAL I		1.417.931.318	1.327.753.701	1.291.541.971	1.644.695.181	1.325.238.181	876.831.370

QUADRO IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / 2008

R\$1,00

UNIDADE	CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHO LIQUIDADO	NECESSIDADE FINANCEIRA	LIMITE DE PAGAMENTO	VALORES PAGOS
AEB	PESSOAL	4.099.523	4.099.523	3.833.432	4.099.523	4.099.523	3.833.432
	OCC	197.835.296	194.370.000	194.240.000	286.486.000	166.275.000	86.936.000
CNEN	PESSOAL	391.048.279	391.048.279	388.406.683	391.048.279	391.048.279	388.406.683
	OCC	129.969.435	128.470.000	125.609.000	157.795.000	125.670.000	95.248.000
CNPq	PESSOAL	112.630.691	112.630.691	111.650.632	112.630.691	112.630.691	111.581.631
	OCC	711.040.083	711.040.000	711.040.000	742.631.000	716.732.000	682.128.628
INB	PESSOAL	94.141.998	94.141.998	83.635.275	94.141.998	94.141.998	81.864.059
	OCC	415.483.219	359.315.000	355.745.000	501.802.000	381.722.000	264.949.000
NUCLEP	PESSOAL	61.975.931	61.975.931	61.113.731	61.975.931	61.975.931	60.076.775
	OCC	94.705.804	81.533.000	81.520.603	46.608.000	31.583.000	62.977.000
FNDCT	OCC	3.001.537.655	1.989.723.000	1.986.108.707	2.451.952.000	1.727.210.000	1.535.930.000
SUBTOTAL II		5.214.467.914	4.128.347.422	4.102.903.063	4.851.170.422	3.813.088.422	3.373.931.208
TOTAL GERAL		6.632.399.232	5.456.101.123	5.394.445.034	6.495.865.603	5.138.326.603	4.250.762.578

GRÁFICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / 2008



DÍVIDA

Os recursos desta rubrica, da ordem de R\$ 1.595.520,00, foram alocados para pagamento dos encargos e amortização dos empréstimos internos e externos, representando 0,02% do orçamento final do Ministério.

RESTOS A PAGAR

Inscrição de Restos a Pagar / 2008

A inscrição em Restos a Pagar do exercício de 2008 foi baseada nas informações fornecidas pelo SIAFI atingindo o montante de R\$ 1.456.402.265,65, sendo R\$ 282.732.672,86 em Processado e R\$ 1.173.669.592,79 em Não Processado.

Conforme demonstrado nos quadros V a VII, a Inscrição de Restos a Pagar, está assim distribuída:

Itens	Valores Inscritos		
	2006	2007	2008
Pessoal	287.999	3.357.995	3.147.712
Fonte 0195	1.237.125	1.459.267	43.200
Sentenças	92.298	9.603	3.833.477
Créditos Extraordinários	21.190.119	11.499.493	26.201
Projeto Piloto	1.879.100	6.659.077	63.014.238
Demais Ações OCC	967.762.025	1.299.639.308	1.386.361.610
TOTAL	992.450.672	1.322.626.750	1.456.428.446

O valor de Restos a Pagar de 2008 em “outros custeios e capital”, comparado com o valor inscrito de 2007 que foi de R\$ 1.299.639.309,00, teve um crescimento de 6,67%.

**QUADRO V – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2006
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL**

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP/2006		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0100	69.446.637	144.891.897	214.338.534
	0300	0	2.000.650	2.000.650
	1100	400.000	129.150	529.150
	3100	62.946	0	62.946
	5100	131.849	265.062	396.911
	TOTAL		70.041.432	147.286.759
INT	0100	79.677	847.451	927.128
	0150	64.256	239.953	304.209
	TOTAL	143.933	1.087.404	1.231.337
INPA	0100	29.784	530.027	559.811
	TOTAL	29.784	530.027	559.811
INPE	0100	392.987	3.961.440	4.354.427
	TOTAL	392.987	3.961.440	4.354.427
CBPF	0100	53.493	1.097.613	1.151.106
	TOTAL	53.493	1.097.613	1.151.106
IBICT	0100	0	105.609	105.609
	TOTAL	0	105.609	105.609
LNCC	0100	80.817	398.812	479.629
	TOTAL	80.817	398.812	479.629
MAST	0100	3.214	437.792	441.006
	TOTAL	3.214	437.792	441.006
MPEG	0100	63.510	531.935	595.445
	0150	0	1.617	1.617
	TOTAL	63.510	533.552	597.062
ON	0100	148.660	109.344	258.004
	TOTAL	148.660	109.344	258.004
CETEM	0100	31.098	257.369	288.467
	0150	-	1.528	1.528
	TOTAL	31.098	258.897	289.995
LNA	0100	486.992	19.396	506.388
	TOTAL	486.992	19.396	506.388
CenPRA	0100	208.986	614.952	823.938
	0150	43.795	48.516	92.311
	TOTAL	252.781	663.468	916.249
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL	71.728.701	156.490.113	228.218.814
CNPq	0100	24.095.120	32.649.338	56.744.458
	0250	0	99.307	99.307
	0280	0	484.458	484.458
	0300	28.995.734	3.661.261	32.656.995
	TOTAL	53.090.854	36.894.364	89.985.218
AEB	0100	24.056.765	73.739.549	97.796.314
	TOTAL	24.056.765	73.739.549	97.796.314
CNEN	0100	6.565.978	11.600.683	18.166.661
	0174	481.841	1.084.118	1.565.959
	0250	728.586	18.727.606	19.456.192
	0280	987.039	342.068	1.329.107
	TOTAL	8.763.444	31.754.475	40.517.919

QUADRO V – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2006
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2006		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
INB	0100	0	761.844	761.844
	0250	16.767.300	23.698.929	40.466.229
	TOTAL	16.767.300	24.460.773	41.228.073
NUCLEP	0100	669.039	0	669.039
	0250	7.409.069	0	7.409.069
	0300	1.198.529	0	1.198.529
	TOTAL	9.276.637	0	9.276.637
FNDCT	0100	17.699.912	17.172.690	34.872.602
	0129	215.240	293.158	508.398
	0134	3.548.945	24.256.431	27.805.376
	0135	3.180.197	4.148.457	7.328.654
	0141	594.057	2.919.679	3.513.736
	0142	32.311.145	64.787.840	97.098.985
	0172	119.239.412	170.371.887	289.611.299
	TOTAL	176.788.908	283.950.142	460.739.050
TOTAL GERAL	360.472.609	607.289.416	967.762.025	

QUADRO VI – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2007
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2007		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0100	55.852.013	231.168.308	287.020.321
	0300	2.000.650	1.330.998	3.331.648
	5100	24.725	0	24.725
	TOTAL	57.877.388	232.499.306	290.376.694
INT	0100	231.527	1.760.044	1.991.571
	0150	42.485	392.293	434.778
	TOTAL	274.012	2.152.337	2.426.349
INPA	0100	460.220	530.183	990.403
	0150	0	870	870
	0300	184.267	2.587.606	2.771.873
	TOTAL	644.487	3.118.659	3.763.146
INPE	0100	229.367	5.463.731	5.693.098
	0150	0	8.772	8.772
	0300	0	513.330	513.330
	TOTAL	229.367	5.985.833	6.215.200
INSA	0100	0	181.009	181.009
	TOTAL	0	181.009	181.009
CBPF	0100	72.628	689.288	761.916
	0150	0	700	700
	TOTAL	72.628	689.988	762.616
IBICT	0100	0	215.346	215.346
	TOTAL	0	215.346	215.346
LNCC	0100	172.817	863.554	1.036.371
	TOTAL	172.817	863.554	1.036.371
MAST	0100	0	483.981	483.981
	TOTAL	0	483.981	483.981
MPEG	0100	263.133	464.411	727.544
	0150	0	39.203	39.203
	TOTAL	263.133	503.614	766.747

ON	0100	68.665	118.936	187.601
	TOTAL	68.665	118.936	187.601
CETEM	0100	33.787	301.659	335.446
	0150	-	32.965	32.965
	TOTAL	33.787	334.624	368.411
LNA	0100	438.910	249.772	688.682
	TOTAL	438.910	249.772	688.682
CenPRA	0100	49.927	1.173.259	1.223.186
	0150	2.855	48.939	51.794
	TOTAL	52.782	1.222.198	1.274.980
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL	60.127.976	248.438.148	308.566.124
CNPq	0100	11.095.902	16.045.105	27.141.007
	0250	0	142.179	142.179
	0281	201.588	3.035.071	3.236.659
	TOTAL	11.297.490	19.222.355	30.519.845
AEB	0100	7.020.714	113.173.526	120.194.240
	TOTAL	7.020.714	113.173.526	120.194.240
CNEN	0100	284.487	15.726.837	16.011.324
	0174	120.094	573.251	693.345
	0250	980.247	12.459.214	13.439.461
	0280	299.653	1.112.756	1.412.409
	TOTAL	1.684.481	29.872.058	31.556.539

**QUADRO VI – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2007
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL**

R\$ 1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2007		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
INB	0100	48.327	15.245.763	15.294.090
	0250	10.713.757	93.041.367	103.755.124
	0300	0	1.026.878	1.026.878
	TOTAL	10.762.084	109.314.008	120.076.092
NUCLEP	0100	1.147.434	0	1.147.434
	0250	6.860.032	0	6.860.032
	0300	3.749.035	0	3.749.035
	TOTAL	11.756.501	0	11.756.501
FNDCT	0100	5.554.298	16.319.702	21.874.000
	0129	435.718	70.453	506.171
	0134	2.941.383	22.274.023	25.215.406
	0135	1.849.952	11.792.830	13.642.782
	0141	310.876	4.845.578	5.156.454
	0142	25.573.314	235.698.290	261.271.604
	0150	1.366	0	1.366
	0172	89.687.427	163.619.731	253.307.158
	0180	34.163	102.150	136.313
	0182	27.740	920.520	948.260
	0300	0	0	0
	0342	66.601.945	28.127.500	94.729.445
TOTAL	193.018.182	483.770.777	676.788.959	
TOTAL GERAL		295.667.428	1.003.971.881	1.299.639.309

**QUADRO VII – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2008
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL**

R\$1,00

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2008		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0100	57.751.803	385.040.982	442.792.785
	0151	710.846	-	710.846
	TOTAL	58.462.649	385.040.982	443.503.631
INT	0100	184.346	1.940.650	2.124.996
	0150	375	798.478	798.853
	0350	16.638	929.054	945.692
	TOTAL	201.359	3.668.182	3.869.541
INPA	0100	255.877	3.061.599	3.317.476
	0150	-	30.376	30.376
	0300	14.841	-	14.841
	TOTAL	270.718	3.091.975	3.362.693
INPE	0100	3.127.399	12.334.569	15.461.968
	0150	-	3.037	3.037
	TOTAL	3.127.399	12.337.606	15.465.005
INSA	0100	14.642	1.838.030	1.852.672
	TOTAL	14.642	1.838.030	1.852.672
CBPF	0100	288.116	3.193.848	3.481.964
	0150	-	14.487	14.487
	TOTAL	288.116	3.208.335	3.496.451
IBICT	0100	-	344.915	344.915
	0150	-	239.720	239.720
	0350	-	71.129	71.129
	TOTAL	0	655.764	655.764
LNCC	0100	65.888	414.926	480.814
	TOTAL	65.888	414.926	480.814
MAST	0100	2.466	741.981	744.447
	TOTAL	2.466	741.981	744.447
MPEG	0100	546.219	915.890	1.462.109
	0150	79.527	3.031	82.558
	0350	-	84.160	84.160
	TOTAL	625.746	1.003.081	1.628.827
ON	0100	112.456	687.506	799.962
	TOTAL	112.456	687.506	799.962
CETEM	0100	193.109	1.206.834	1.399.943
	0150	-	18.150	18.150
	TOTAL	193.109	1.224.984	1.418.093
LNA	0100	33.259	210.298	243.557
	TOTAL	33.259	210.298	243.557
CTI	0100	6.216	1.017.260	1.023.476
	0150	-	75.599	75.599
	TOTAL	6.216	1.092.859	1.099.075
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TOTAL	63.404.023	414.560.745	477.964.768

**QUADRO V – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR / 2008
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL**

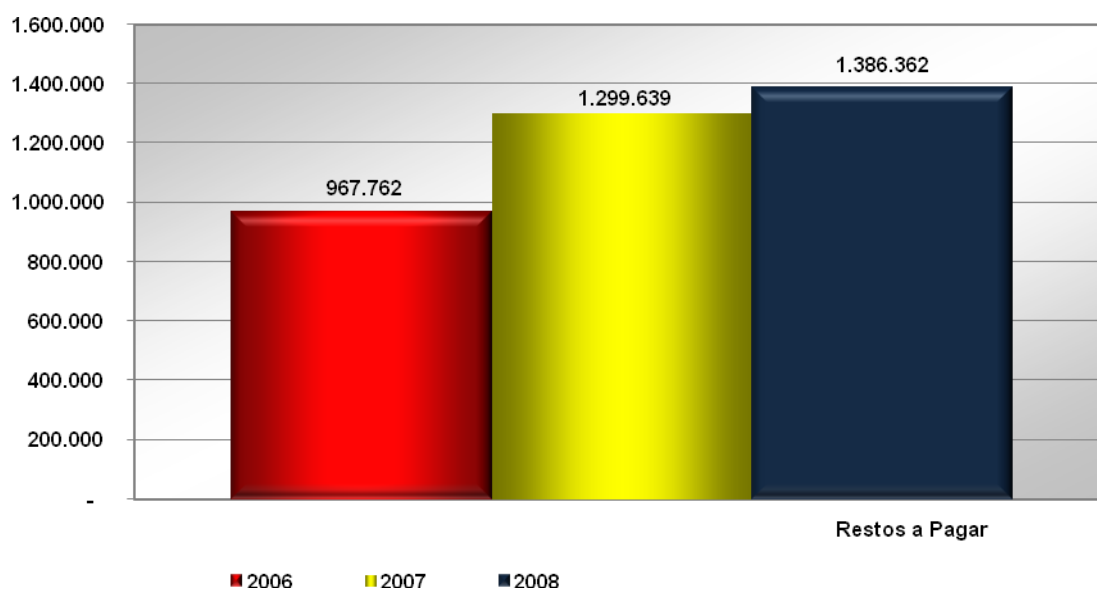
UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2008		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	0100	8.317.193	28.261.034	36.578.227
	0250	-	155.370	155.370
	0280	-	505.716	505.716
	0282	-	62.500	62.500
	TOTAL	8.317.193	28.984.620	37.301.813
AEB	0100	5.621.293	71.175.107	76.796.400
	TOTAL	5.621.293	71.175.107	76.796.400
CNEN	0100	24.030	5.102.475	5.126.505
	0174	2.749	1.969.971	1.972.720
	0250	32.584	15.943.158	15.975.742
	0280	-	277.441	277.441
	0374	-	1.395.092	1.395.092
	0650	1.311	2.715.745	2.717.056
	0680	8.280	2.904.612	2.912.892
	TOTAL	68.954	30.308.494	30.377.448
INB	0100	238.582	10.823.279	11.061.861
	0250	2.390.061	83.611.646	86.001.707
	TOTAL	2.628.643	94.434.925	97.063.568
NUCLEP	0100	5.606.789	-	5.606.789
	0151	3.121	-	3.121
	0250	13.040.053	-	13.040.053
	TOTAL	18.649.963	0	18.649.963
FNDCT	0100	4.329.246	10.934.554	15.263.800
	0129	94.880	1.408.847	1.503.727
	0134	4.460.012	21.164.569	25.624.581
	0135	5.319.588	10.101.718	15.421.306
	0141	1.971.734	2.591.669	4.563.403
	0142	49.384.264	133.563.038	182.947.302
	0150	1.366	-	1.366
	0172	113.011.712	285.089.129	398.100.841
	0180	34.163	101.150	135.313
	0182	36.540	2.835.989	2.872.529
	0342	-	1.000.000	1.000.000
	0380	-	117.718	117.718
	TOTAL	178.643.505	468.908.381	647.551.886
	TOTAL GERAL		277.333.574	1.109.028.036

GRÁFICO DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

COMPARATIVO DE RESTOS A PAGAR 2006 / 2007 / 2008

R\$1,00



2.4. Desempenho operacional

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças não tem a seu cargo a execução de programas orçamentários. Os indicadores de gestão da CGOF foram fixados tendo por base as competências estabelecidas para cada uma das suas áreas de atuação: orçamento, finanças e contabilidade.

- Denominação: Elaboração da Proposta Orçamentária Anual.

Descrição: entrega da proposta orçamentária anual do MCT ao Ministério do Planejamento no prazo estabelecido em ato próprio do órgão central do Sistema de Orçamento Federal.

Tipo: Indicador de eficácia.

Método de apuração: verificação do cumprimento do prazo estabelecido para apresentação da proposta orçamentária à SOF/MPOG.

Responsável pela apuração: Coordenador de Orçamento da CGOF.

Resultado apurado: o prazo estabelecido no Ofício nº 71/SOF/MP, de 25/06/2008, foi integralmente observado.

- Denominação: Programação do Limite para Empenho.

Descrição: distribuição do limite para empenho a ser observado pelas unidades do MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério.

Tipo: Indicador de eficácia.

Método de apuração: verificação da distribuição de limite de empenho no prazo estabelecido para cada uma das Unidades do Ministério.

Responsável pela apuração: Coordenador de Orçamento da CGOF.

Resultado apurado: todas as Unidades foram contempladas com limite de empenho por meio do Ofício-Circular N° 010/2008 e Memo-Circular n° 13, ambos de 08 de maio de 2008.

- Denominação: Elaboração da Programação Financeira do Ministério.

Descrição: elaboração e execução da Proposta de Programação Financeira relativas às unidades da administração direta e entidades vinculadas ao MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério, bem como o cumprimento dos valores programados.

Tipo: Indicador de Eficácia.

Método de apuração:

- a) verificação da distribuição às Unidades do Ministério dos limites para pagamento no prazo estabelecido pelo decreto de programação financeira;
- b) percentual (PPF - Número de Proposta Solicitadas pelas Unidades / PFA - Número de Proposta Aprovada x 100%).

Responsável pela apuração: Coordenador de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.

Resultado apurado:

- a) foi efetuada a distribuição às Unidades dos limites para pagamento no prazo estabelecido, por meio do Ofício-Circular N° 010/2008 e Memo-Circular n° 13, ambos de 08 de maio de 2008.
- b) 100% das propostas solicitadas pelas Unidades foram aprovadas e liberadas.

- Denominação: Registro da Conformidade Contábil

Descrição: conformidade contábil dos atos e fatos praticados pela administração direta e entidades vinculadas ao MCT.

Tipo: Indicador de Eficácia.

Método de apuração: percentual (TCN – Total de Conformidade Necessária / TCE – Total de Conformidade Efetuada x 100%).

Responsável pela apuração: Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.

Resultado apurado: 100% das conformidades contábeis necessárias nas unidades gestoras e órgãos foram efetuadas dentro do prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Consta do item 2.3 – Gestão de Programas e Ações

5. Demonstrativo de transferências no exercício

Não se aplica.

6. Previdência complementar patrocinada

Não se aplica.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

8. Renúncia tributária

Não se aplica.

9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia

Não se aplica.

10. Operações de fundos

Não se aplica.

11. Despesas com cartões de créditos

Não se aplica.

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Nada a registrar.

13. Determinações e recomendações do TCU

Nada a registrar.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício

Não se aplica.

15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica.

16. Informações sobre a composição de recursos humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	3	-	3	-	3	-
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	3	-	3	-	3	-

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	3	-	3	-	3	-

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias (Lei 8.745 /1993)	3	-	1	-	1	-

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado vigilância/limpeza	-	-	-	-	-	-
Pessoal terceirizado apoio administrativo		-		-	14	SPOA
Pessoal terceirizado outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários		-		-	1	SPOA
Total Pessoal Terc +Estagiário		-		-	15	-

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	7	-	7	-	7	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	7	-	7	-	7	-

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade						
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade						
Total Geral						

As informações destes quadros são de competência da CGRH/SPOA.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Nada a registrar.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria Executiva- SEXEC
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

Relatório de Gestão / 2008
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

Fevereiro / 2009

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH
CNPJ	01.263.896/0018-02
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério de Ciência e Tecnologia, foi criado pelo Decreto 91.146 de 15 de março de 1985, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formação de diretrizes da Ação governamental.
Endereço completo da sede	SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “E” – Brasília – DF CEP: 70.610-200 Telefones: 61- 3411-5213 – Fax: 3411-5070
Endereço da página institucional na internet	http://www.mct.gov.br
Norma de criação	Portaria MCT nº 151, de 12 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U de 16 de dezembro de 2003.
Código da UJ titular do relatório	Coordenação de Recursos Humanos - 240133
Código das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Execução Orçamentária e Financeira relativa a despesas de pessoal
Função do Governo predominante	Administração
Tipo de atividade	Executar atos e fatos relacionados à execução orçamentária e financeira relativa a despesas de pessoal no âmbito da Administração Central e, no que couber, das unidades de pesquisa do Ministério com o Sistema de Administração Financeira - SIAFI.

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos:

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas:

A Coordenação-Geral de Humanos - CGRH, tem como responsabilidade institucional Planejar, coordenar, supervisionar a execução das atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC e as normas e orientações do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia –CPC; prestar assessoramento técnico às comissões internas: acompanhar, coordenar e orientar as unidades de pesquisas e entidades vinculadas nos assuntos de sua competência. Orientação financeira às Unidades de Pesquisa ; apropriação e execução da folha de pagamento centralizada no SIAFI.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas:

A Coordenação-Geral de Humanos - CGRH atua na inclusão e ampliação das parcerias, envolvendo a participação de colaboradores no setor privado, institutos, universidades para a execução do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos - PDRH.

2.3 Programas

2.3.1 - Tipo de Programa: - Apoio Administrativo – 0750

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 0110 - Contribuição a Previdência Privada

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar que as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de Previdência Privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações
Gerente Objetivo específico	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Gerente do programa	Coordenador Geral de RH
Gerente Executivo	Sérgio Vidal Chamon
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Servidor Público

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações, para custeio de regime de previdência dos servidores federais na forma do art 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o pagamento da contribuição da União, para custeio do regime de previdência dos servidores federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Metas e resultados da ação 09HB no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 62.912.107,82	R\$ 62.912.107,82	100
Física			

2.3.2.2. Ação 2000 – Administração da Unidade

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Gerente do programa	Coordenador Geral de RH
Gerente Executivo	Sérgio Vidal Chamon
Responsável pelo Programa no âmbito UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Servidor Público

2.3.2.3. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para saúde física e mental.
Objetivo específico	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 7.262.931,45	R\$ 7.262.931,45	100
Física		Servidores beneficiados 4193 (média).	

2.3.2.4. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Concessão do benefício pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Objetivo específico	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Dec. 977, de 10/11/93.

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 303.633,40	R\$ 303.633,40	100
Física		Servidores beneficiados 325 (média).	

2.3.2.5. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar aos servidores e empregados o benefício para deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações.
Objetivo específico	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União de natureza jurídica e indenizatória.

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 1.657.620,24	R\$ 1.657.620,24	100
Física		Servidores beneficiados 1381 (média).	

2.3.2.6. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, de acordo com a Lei nº 9527/97.

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 6.097.749,66	R\$ 6.097.749,66	100
Física		Servidores beneficiados 3548 (média).	

2.3.3 - Tipo de Programa: - Previdência de Inativo e Pensionistas da União – 0089

2.3.3.1. Ação 181 - Pagamento de aposentadorias e pensões servidores civis

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou seus pensionistas, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio.
Objetivo específico	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Financeira	R\$ 120.212.067,15	R\$ 120.212.067,15	100
Física			

2.3.4 - Tipo de Programa: - Gestão de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação – 0473

2.3.4.1. Ação 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Objetivo específico	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio de eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Competências requeridas para a execução da ação	Programa de Desenvolvimento de Equipes de Trabalho Programa de Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho Mostra Cultural de Talentos Campanha da Vacinação Campanha do Agasalho Ginástica Laboral Programa de Estágio Programa de Assistência Médico-Hospitalar Atendimento Psicoterapeuta Divulgação das Atividades da CGRH Central de Informação de Recursos Humanos – CGRH Cobertura de Eventos Campo de Destaques da Intranet Canal de RH na Intranet RH Expresso Programa de Vale-transporte

2.4. Desempenho Operacional:

A Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE atua no treinamento e capacitação de servidores e colaboradores do MCT e servidores das 12 (doze) Unidades de Pesquisas –UP's vinculadas.

O objetivo é capacitar todos os servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e das Unidades de Pesquisa - UP's para exercerem suas atividades com competência, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, contribuindo para que a sociedade seja bem atendida:

a) Utilidade: Indicador de Produtividade

b) Tipo: Eficiência, eficácia ou efetividade.

1º Indicador: Eficiência

Estabelecer a quantidade de servidores treinados durante o ano de 2008 para verificar se a meta definida foi totalmente atingida.

Percentual atingido: 79,42% (setenta e nove vírgula quarenta e dois por cento) de servidores capacitados.

Utilidade: Indicador de Economicidade

2º Indicador: Eficácia

Quanto dos recursos disponibilizados foram efetivamente utilizados.

Total: 69,34 (sessenta e nove vírgula trinta e quatro por cento) de recursos utilizados.

Utilidade: Indicador de Produtividade

3º Indicador: Efetividade

Da quantidade de cursos programados quantos foram implementados.

Total: 90% (noventa por cento)

c) Fórmula de cálculo: regra de três simples para calcular o percentual.

d) Método de aferição: porcentagem

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos -CODE/CGRH

f) Resultado do indicador no exercício:

Verifica-se pelos dados obtidos que as metas estabelecidas para o ano de 2008 atingiram índices de 79,42% de eficiência, 69,34% de eficácia e 90% de produtividade, alcançando, portanto, resultados acima da média.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Conciliar interesses e reunir os profissionais das Unidades de Pesquisa para efetuar a capacitação e mais, as dificuldades orçamentárias de algumas Unidades que impedem o pagamento de diárias e passagens para capacitação.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Criação de parcerias com os Institutos por meio de ministração de cursos no Rio de Janeiro, considerando que dos 12 (doze) Institutos vinculados, 06(seis) estão instalados naquele Estado, diminuindo as despesas de transporte e de diárias. As dificuldades encontradas devem-se a fatores conjunturais subjetivos e geográficos.

No presente Relatório de Gestão, e conforme a natureza jurídica da parte operacional e desempenho inerentes, verifica-se que esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos cumpriu suas atribuições regimentais, dentro das disponibilidades orçamentárias, financeiras, pessoal, infraestrutura e no tempo hábil observando toda a legislação em vigor.

Os objetivos foram perseguidos com competência e profissionalismo, sem deixar de cuidar adequadamente do relacionamento interpessoal. Foi assim que, ao lado de todos os projetos desenvolvidos e do cumprimento das tarefas inerentes ao exercício das funções, esta Coordenação desenvolveu importante trabalho interno de formação de equipes e capacitação gerencial que proporcionou o aprimoramento de suas ações.

Motivados e amparados nessa convicção, esperamos continuar, durante o exercício de 2009, desenvolvendo nossas atividades com a presteza necessária, com qualidade e eficiência.

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Não se aplica.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Ano de Inscrição, em anexo.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não se aplica.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

8. Renúncia Tributária

Não se aplica.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica.

10. Operações de fundos

Não se aplica.

11. Despesas com cartão de crédito

Não se aplica.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não se aplica.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não se aplica.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC (Quantidade)
Admissão	--	--
Desligamento	2	--
Aposentadoria	4	--

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica.

16. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Informações sobre a composição de Recursos Humanos

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade (Total)	199	4.986.071,40	201	5.140.820,64	205	5.352.464,40
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Estagiários	40	195.624,7	33	169.770,00	35	193.404,00

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	Despesa
	Qtde	Qtde	Qtde	
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade (com e sem ônus)	66	69	63	4.574.205,82

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	Despesa
	Qtde	Qtde	Qtde	
Total Pessoal Cedido pela Unidade (com e sem ônus)	114	113	104	3.878.106,00

Força de Trabalho da SEXEC e Adjacentes

Mapa do quantitativo de pessoal, em 31.12.2006 e 31.12.2007 e 31.12.2008

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	2	Sem vínculo	2	Sem vínculo	2
CDT	8	CDT	-	CDT	-

Força de Trabalho da SCUP

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	1	Sem vínculo	1	Sem vínculo	1
CDT	4	CDT	2	CDT	2

Força de Trabalho da SPOA

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	1	Sem vínculo	-
CDT	2	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGGI

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	-	Sem vínculo	1	Sem vínculo	-
CDT	8	CDT	5	CDT	2

Força de Trabalho da CGTI

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	-	Sem vínculo	-	Sem vínculo	-
CDT	4	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGOF

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	3	Sem vínculo	3
CDT	3	CDT	1	CDT	1

Força de Trabalho da CGRH

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	3	Sem vínculo	4	Sem vínculo	4
CDT	11	CDT	7	CDT	5

Força de Trabalho da CGRL

Descrição	Quantitativo de Pessoal 2006	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2007	Descrição	Quantitativo de Pessoal 2008
Sem vínculo	5	Sem vínculo	2	Sem vínculo	5
CDT	5	CDT	4	CDT	3

- Restos a pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Ano de Inscrição**UG 240133-CGRH**

Ano	RP Processados				RP Não Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	a Pagar
2006	8.750,50	66,03	8.684,47	-	-	-	-	-
2007	122.876,98	51.906,92	70.970,06	-	2.255,72	2.255,72	-	-
2008	159.216,36	66.554,59	92.661,77	-	-	-	-	-
Total:	290.843,84	118.527,54	172.316,30	-	2.255,72	2.255,72	-	-